

Universidade Católica do Salvador

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

EDNALDA MARQUES ARAÚJO DO NASCIMENTO

TRADIÇÃO E MUDANÇAS RECENTES NO TERRITÓRIO

DE AMÉLIA RODRIGUES-BAHIA

Salvador

2017

EDNALDA MARQUES ARAÚJO DO NASCIMENTO

**TRADIÇÃO E MUDANÇAS RECENTES NO TERRITÓRIO
DE AMÉLIA RODRIGUES-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora Prof^a. Dr.^a Barbara-Christine M. Nentwig
Silva

Salvador
2017

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

N244 Nascimento, Ednalda Marques Araújo do.
Tradição e mudanças recentes no território de Amélia
Rodrigues - Bahia/ Ednalda Marques Araújo do Nascimento. –
Salvador, 2017.
136 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.
Orientação: Profa. Dra. Barbara-Christine M. Nentwig Silva.

1. Tradições açucareiras . 2. Mudanças - Amélia Rodrigues/ BA
3. Território I. Título.

CDU 711.4(813.8)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Homologado pelo CNE (Portaria N° 3.116, 09/09/2005)

TERMO DE APROVAÇÃO

EDNALDA MARQUES ARAÚJO DO NASCIMENTO

**TRADIÇÃO E MUDANÇAS RECENTES NO TERRITÓRIO DE AMÉLIA RODRIGUES-
BAHIA**

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 31 de janeiro de 2017

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva (Orientadora)
Doutora em Geografia
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho
Doutora em Geografia
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Profa. Dra. Rosali Braga Fernandes
Doutora em Geografia
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Dedico aos meus pais Edna e Arnaldo (in memorian), sempre deixaram claro que o maior legado de uma vida é a educação que os pais podem passar para seus filhos. Dedico também a meu companheiro de luta, Moisés com muita paciência compreendeu e apoiou minhas atitudes nessa e em outras jornadas das nossas vidas.

Dedico aos meus filhos Victor e Eduardo, minha irmã Atanair, meu sobrinho Daniel e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda a glória. Obrigado Senhor, pois nas horas mais difíceis tinha a certeza de que Tu estavas me carregando e operava em cada gesto e cada palavra.

A orientadora professora-doutora Bárbara-Christine, pelos ensinamentos, muita paciência e persistência.

A doutoranda Maína Pirajá, um anjo que por vezes interrompeu suas atividades para me auxiliar.

Ao professor Sylvio Carlos por seus sábios ensinamentos, sugestões e palavras positivas.

Aos professores do curso que nos presentearam com seus conhecimentos, sempre nos incentivando a seguir.

Meus colegas de turma, especialmente as amigas: Adenilda, Ruth e Valdirene.

Aos funcionários da secretaria do curso, muito atenciosos, solícitos e compreensíveis e a tantos outros amigos que sempre me incentivaram.

Muito obrigado.

RESUMO

NASCIMENTO, Ednalda Marques Araújo do. **Tradição e mudanças recentes no território de Amélia Rodrigues-Bahia**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017.

As produções açucareiras imprimem suas marcas e constituem a territorialidade do município de Amélia Rodrigues. A pesquisa intitulada Tradição e Mudanças Recentes no Território de Amélia Rodrigues – Bahia foi realizada com o objetivo de analisar quais são os fatores que estão presentes nas mudanças que se processam nesse município, onde as tradições do histórico Recôncavo Açucareiro se fazem presentes. Essas produções repercutem na dinâmica demográfica municipal, inicialmente concentrada nas áreas rurais dos distritos que, nos anos de 1960, formam o município de Amélia Rodrigues. Sua base econômica é agrícola, mais especificamente açucareira e sua população majoritariamente urbana. Como resultado, uma população que demanda por trabalho, incipiente no município. A pesquisa revela que o ano de 2015 representa para essa comunidade o final do predomínio canavieiro com a paralisação das atividades da empresa sucroalcooleira Aliança, do grupo União Açucareira Limitada (UNIAL), sua maior empregadora que deixa por legado, estruturas açucareiras e um trabalhador com baixa formação escolar e qualificação profissional que necessita migrar pendularmente para outros municípios em busca de trabalho. Associa-se a esses fatores a presença da rodovia BR-324, que corta o distrito-sede e amplia as possibilidades de deslocamentos dessa população, aproximando-a geograficamente dos centros urbanos de Salvador e principalmente Feira de Santana, com repercussões no crescimento da economia local. Ao mesmo tempo, a rodovia se revela como um elemento que contribui para uma possível integração à economia de Feira de Santana, pois verificamos a atração de algumas indústrias de pequeno e médio porte instaladas no município no período de 2000-2016, às margens da rodovia e de outras atividades no segmento de serviços no distrito-sede, principalmente no centro da cidade.

Palavras-chave: Tradições açucareiras. Mudanças. Território. Amélia Rodrigues/BA.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Ednalda Marques Araújo do. **Tradition and recent changes in the territory of Amélia Rodrigues-Bahia. 2017.** 136 f. Dissertation (Master degree) - Catholic University of Salvador, Salvador, 2017.

The sugar productions print their marks and constitute the territoriality of the municipality of Amélia Rodrigues. The research entitled Tradition and Recent Changes in the Territory of Amélia Rodrigues - Bahia was carried out with the objective of analyzing what are the factors that are present in the changes that take place in this municipality, where the traditions of the historical Recôncavo Açucareiro are present. These productions have repercussions on the municipal demographic dynamics, initially concentrated in the rural areas of the districts that, in the 1960s, form the municipality of Amélia Rodrigues. Its economic base is agricultural, more specifically sugar and its mainly urban population. As a result, a population that demands work, incipient in the municipality. The research reveals that the year 2015 represents for this community the end of the predominance of sugar cane with the paralysis of the activities of the sugar and ethanol company Aliança, of the group União Açucareira Limitada (UNIAL), its largest employer that leaves by legacy, sugar structures and a Low school education and professional qualification that needs to migrate to other municipalities in search of work. These factors are associated with the presence of the BR-324 highway, which cuts the headquarters district and increases the possibilities of displacement of this population, geographically approaching the urban centers of Salvador and especially Feira de Santana, with repercussions on the growth of the economy local. At the same time, the highway reveals itself as an element that contributes to a possible integration into the economy of Feira de Santana, as we can see the attraction of some small and medium-sized industries installed in the municipality in the period from 2000-2016, along the highway And other activities in the services segment in the headquarters district, mainly in the city center.

Keywords: Sugar Traditions. Changes. Territory. Amélia Rodrigues / BA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Amélia Rodrigues no Território de Identidade do Portal do Sertão.....	17
Figura 2 - Localização do município de Amélia Rodrigues às margens da rodovia BR-324.....	18
Figura 3 - Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	25
Figura 4 - Produções comerciais no Recôncavo da Bahia- 1940.....	38
Figura 5 - Engenhos no território de Santo Amaro – século XIX.....	40
Figura 6 - Engenhoca de cana-de-açúcar com tração humana em obra de Debret à Esquerda e Engenho com roda d'água em obra de Rugendas à direita.....	42
Figura 7 - Usina de São Bento no município de Amélia Rodrigues – 1950.....	48
Figura 8 - Usina Itapetingui no município de Amélia Rodrigues – 1995.....	49
Figura 9 - Área da Usina Aliança invadida, no município de Amélia Rodrigues.....	53
Figura 10 - Usina Aliança, município de Amélia Rodrigues- 2016.....	54
Figura 11 - Ramais ferroviários das Usinas São Bento, Aliança e Itapetingui, no município de Amélia Rodrigues -1964.....	56
Figura 12 - Ruínas do Alambique Água Fria, município de Amélia Rodrigues - 2011.....	58
Figura 13 - Alambique Boa Esperança no município de Amélia Rodrigues- 2016.....	58
Figura 14 - Distribuidora de álcool combustível no município de Amélia Rodrigues - 2016.....	60
Figura 15 - Localização das estruturas açucareiras no município de Amélia Rodrigues- 2016.....	62
Figura 16 - Fundação São Roque, município de Amélia Rodrigues- 2016.....	63
Figura 17 - Evolução da configuração territorial do município de Amélia Rodrigues	76
Figura 18 - Romaria ao milagre de São Roque, Usina Itapetingui, no município de Amélia Rodrigues – 2015.....	79

Figura 19 - Patrimônio histórico do Recôncavo Açucareiro no município de Amélia Rodrigues – 2016.....	80
Figura 20 - Ônibus intermunicipal de passageiros no município de Amélia..... - 2016.....	93
Figura 21 - Indústria Linhanyl, município de Amélia Rodrigues- 2016.....	98
Figura 22 - Empresa Metalplastic no município de Amélia Rodrigues – 2016.....	99
Figura 23 - Empresa Centergomma, no município de Amélia Rodrigues- 2016	100
Figura 24 - Empresa Kemo, no município de Amélia Rodrigues – 2016.....	101
Figura 25 - Notícia relacionada à implantação de indústria no município de Amélia Rodrigues – 2015.....	101
Figura 26 - Área adquirida pela Empresa Distak, no município de Amélia Rodrigues – 2016.....	102
Figura 27 - Localização das indústrias, áreas adquiridas, galpões para locações, áreas adquiridas no município de Amélia Rodrigues - 2016	103
Figura 28 - Praça de pedágio da ViaBahia no município de Amélia Rodrigues -2016.....	104
Figura 29 - Estabelecimentos de serviços margens da BR-324 no município de Amélia Rodrigues - 2016.....	105
Figura 30 - Estabelecimentos de serviços turísticos, margens da BR-324 no município de Amélia Rodrigues - 2016	106
Figura 31 - Estabelecimentos de serviços turísticos, no município de Amélia Rodrigues -2016.....	106
Figura 32 - Centro comercial do município de Amélia Rodrigues-2016.....	107
Figura 33 - Estabelecimentos de serviços especializados no município de Amélia Rodrigues - 2016.....	108
Figura 34 - Localização de novos empreendimentos de serviços, no município de Amélia Rodrigues – 2016.....	110
Figura 35 - Campus avançado de agronomia da UEFS no município de Amélia Rodrigues – 2016.....	111
Figura 36 - Noticia do convênio da Universidade Estadual de Feira de Santana Santana adquire área no município de Amélia Rodrigues - 2015.....	112

Figura 37 - Exposição da Feira do Aipim em Amélia Rodrigues-2016.....	113
Figura 38 - Localização das Regiões Metropolitanas de Salvador e Feira de Santana no Estado da Bahia – 2013.....	115
Figura 39 - Trabalhadores às margens da rodovia BR-324, no município de Amélia Rodrigues-2016.....	118
Figura 40 - Veículos em rota para trabalhadores no município de Amélia Rodrigues – 2016.....	119
Figura 41 - Transporte alternativo de Amélia Rodrigues para o município de Feira de Santana - 2016.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos específicos e hipóteses da pesquisa.....	22
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Usinas açucareiras no município de Amélia Rodrigues - 1892-1920	47
Tabela 2 - Alambiques no município de Amélia Rodrigues- 1922-1980.....	57
Tabela 3 - Indústria canavieira no município de Amélia Rodrigues (exceto usinas) -1950-2016.....	61
Tabela 4 - Dez maiores municípios produtores de cana-de-açúcar do Estado da Bahia – 1990.....	65
Tabela 5 - Dez maiores municípios produtores de cana-de-açúcar do Estado da da Bahia – 2002.....	66
Tabela 6 - Dez maiores municípios produtores de cana-de-açúcar do Estado da Bahia – 2014.....	67
Tabela 7 - Populaçãodo município de Amélia Rodrigues - 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	83
Tabela 8- Crescimento absoluto e relativo da população do município de Amélia Rodrigues - 1940, 1950, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	84
Tabela 9 – População dos distritos do município de Amélia Rodrigues – 1940, 1950, 1970,1980, 1991, 2000 e 2010.....	86
Tabela 10 - Crescimento absoluto e relativo da população dos distritos do município de Amélia Rodrigues - 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	87
Tabela 11 - Linha intermunicipal entre Feira de Santana Amélia Rodrigues – 2016..	94
Tabela 12 - Linha intermunicipal entre Salvador e Amélia Rodrigues -2016.....	94
Tabela 13 - Estabelecimentos industriais instalados no município de Amélia Rodrigues - 2000-2016.....	96
Tabela 14 - Atividades comércio e serviços, no município de Amélia Rodrigues - 2010-2014.....	109
Tabela 15 - Local de exercício do trabalho principal da população residente de Amélia Rodrigues – 2010.....	116
Tabela 16 - Tipo da atividade do trabalhador fora do município de Amélia Rodrigues - 2010.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área colhida (ha) de cana-de-açúcar no município de Amélia Rodrigues - 1990-2015.....	68
Gráfico 2 - Quantidade produzida (t) de cana-de-açúcar no município de Amélia Rodrigues - 1990-2015.....	69
Gráfico 3 - Posição do município de Amélia Rodrigues com relação aos outros municípios produtores de cana-de-açúcar no Estado da Bahia, por área colhida (há) – 1990/2014.....	71
Gráfico 4 - Evolução da população do distrito-sede Amélia Rodrigues – 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	88
Gráfico 5 - Evolução da população do distrito de Inhatá-1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	89
Gráfico 6 - Evolução da população do distrito de Mata de Aliança- 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	90
Gráfico 7 - Evolução da população do município de Amélia Rodrigues – 1940, 1950,1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	90
Gráfico 8 - Evolução da população do Estado da Bahia- 1940/2010.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGERBA	Agencia Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
ASKAR	Associação dos Condutores Autônomos de Amélia Rodrigues
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIS	Centro Industrial do Subaé
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOTRAFS	Cooperativa do Transportador Autônomo, Rodoviário de Passageiros, Cargas, Escolar, Fretamento, Turismo e Serviços do Estado da Bahia
COOPTAR	Cooperativa de Transportes Autônomo, Turismo, Fretamento de Cargas de Amélia Rodrigues
COPEC	Companhia Petroquímica de Camaçari
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EVA	Etil Vinil Acetato
IFBA	Instituto Federal de Educação no estado da Bahia
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISS	Imposto sobre Circulação e Serviços.
LIR	Lavouras Indústrias Reunidas
RMFS	Região Metropolitana de Feira de Santana
RMS	Região Metropolitanas de Salvador
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNIAL	União Açucareira Limitada
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 O TEMA E A JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	20
1.2 QUESTÕES DA PESQUISA, OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	21
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	25
2 TERRITÓRIO E “DESENVOLVIMENTO” NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES.....	27
2.1 DISCUTINDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO.....	27
2.2 SENTIDOS DA QUESTÃO DO “DESENVOLVIMENTO” NO TERRITÓRIO DE AMÉLIA RODRIGUES.....	32
3 LEGADOS AÇUCAREIROS DO RECÔNCAVO NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES.....	36
3.1 AMÉLIA RODRIGUES NO CONTEXTO DO RECÔNCAVO AÇUCAREIRO.....	36
3.2 PRODUÇÕES ECONÔMICAS EM AMÉLIA RODRIGUES: DOS ENGENHOS ÀS USINAS.....	44
3.2.1 Unidades rurais de produção: as usinas de São Bento, Itapetingui e Aliança.....	46
3.2.2 Custos privados do escoamento da produção e alocação dos operários.....	55
3.2.3 Destilarias e distribuidora de álcool combustível como negócios urbanos complementares da cadeia produtiva açucareira local.....	57
3.2.4 Outra produção associada às usinas: a fundição.....	62
3.3 A IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR DE AMÉLIA RODRIGUES NO CENÁRIO BAIANO.....	63
3.4 FORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES.....	72
3.5 MEMÓRIAS DAS PRODUÇÕES AÇUCAREIRAS NUM TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO.....	77

4 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES	82
4.1 REPERCUSSÕES DEMOGRÁFICAS DAS MUDANÇAS ECONÔMICAS EM AMÉLIA RODRIGUES.....	82
4.2 A RODOVIA BR-324: FATOR DE UMA RELAÇÃO DE DESLOCAMENTOS E POSSIBILIDADES.....	92
4.3 NOVAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS.....	95
4.4 DESAFIOS DA CONTEXTUALIZAÇÃO ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS DE FEIRA DE SANTANA E SALVADOR.....	113
5 CONCLUSÃO.....	124
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICES.....	132

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida para a elaboração deste trabalho é o Recôncavo Baiano, mais especificamente, o histórico Recôncavo Açucareiro enquanto um espaço de grande relevância na história da Bahia e do Brasil, nele destacando o município de Amélia Rodrigues. O Recôncavo da Bahia é uma síntese do Brasil-Colônia, especialmente representado nas práticas agrícolas dos cultivos da cana-de-açúcar, do fumo e da mandioca com importante papel na formação socioeconômica e cultural do Brasil até o século XIX. (SILVA; SILVA; SILVA, 2013, p. 10).

O contexto internacional, favorável à comercialização do açúcar, estimulava os conquistadores portugueses à prática da lavoura da cana-de-açúcar que se adaptou bem às terras férteis do solo massapé, no entorno da Baía de Todos os Santos. Schwartz (1988, p.83), afirma que apesar da reputação de região açucareira, o Recôncavo nunca foi completamente dos canaviais que predominavam entre as áreas adjacentes da baía até a sua orla norte. Nos terrenos mais arenosos e elevados de Cachoeira, predominou a agricultura do fumo e no sul do Recôncavo a agricultura de subsistência.

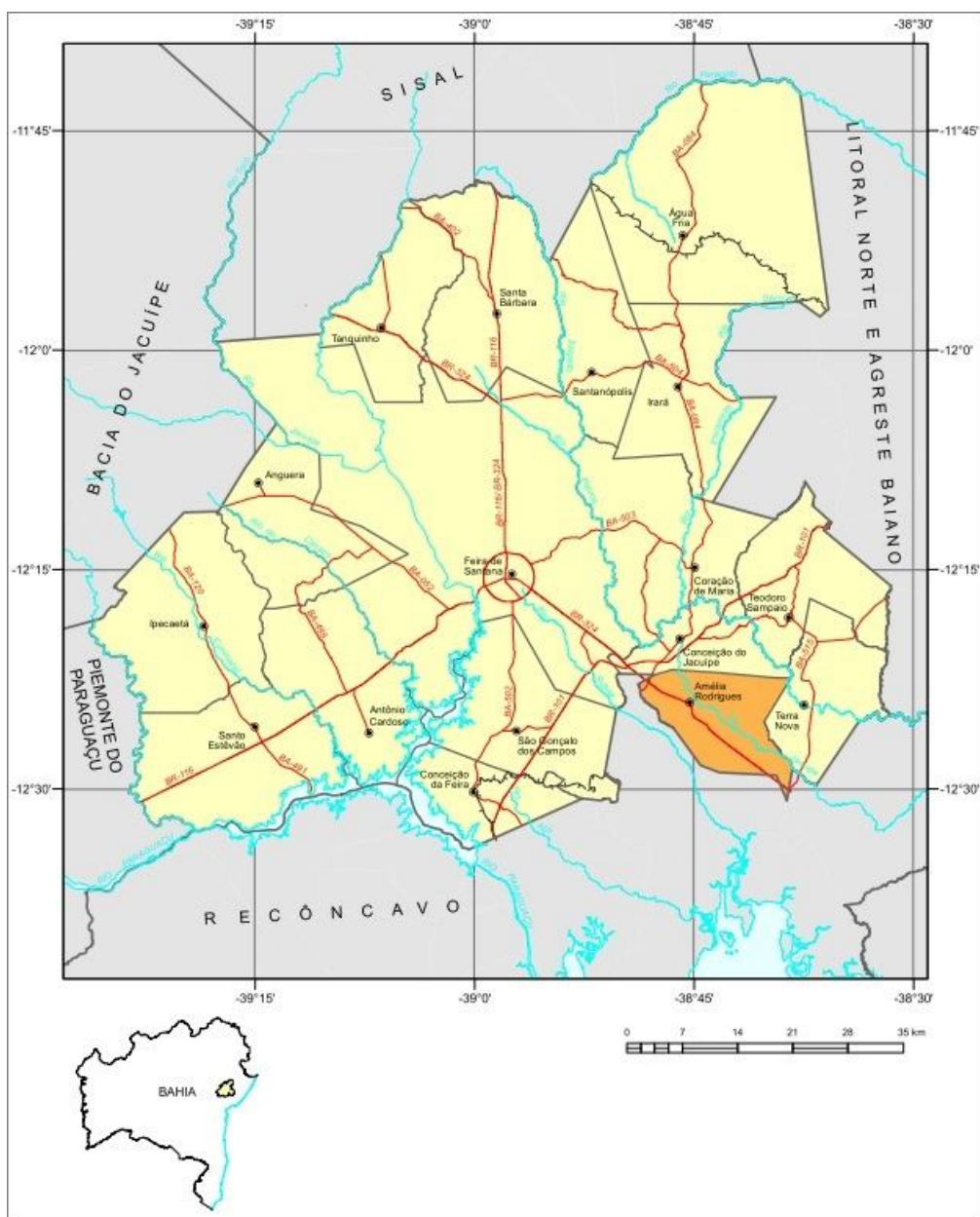
Para Pedrão (2007, p.9), os interesses do capital mercantilista internacionalizado se materializam neste espaço, quando os portugueses vão à busca de novos meios materiais que promovam uma rápida acumulação de riqueza.

Neste, todo um ciclo produtivo foi estabelecido, do plantio e beneficiamento até a comercialização. Das engenhocas e engenhos, alambiques ou destilarias, até as usinas de açúcar e álcool.

Estas estruturas edificadas no Recôncavo Baiano foram também construídas nas áreas que formam o atual território do município de Amélia Rodrigues, com atividades relacionadas ao plantio, beneficiamento e processamento da cana-de-açúcar. Considerando que palavra Recôncavo ou Recôncavo da Bahia, faz referência às terras no entorno da Baía de Todos os Santos (SANTANA, 2011, p.19) e estando o município de Amélia Rodrigues atualmente delimitado fora dessa área, é possível afirmar que o mesmo não o integra. Entretanto, considerado nos seus limites históricos e culturais o município de Amélia Rodrigues está entre os quarenta municípios que retratam o Recôncavo (BRANDÃO, 2007, p.54), devido a sua formação histórica e territorial ter sido um resultado de áreas que pertenceram ao município de Santo Amaro.

Conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o município de Amélia Rodrigues está localizado no nordeste brasileiro, na porção leste do Estado da Bahia, sob as coordenadas geográficas de $-12^{\circ} 23' 30''$ Sul e $38^{\circ} 45' 24''$ Oeste, a 217 metros de altitude. Seus limites territoriais são com os municípios de Conceição do Jacuípe, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Terra Nova e integra o Território de Identidade Portal do Sertão, cujo município polarizador é Feira de Santana. (Figura 1).

Figura 1 - Localização do município de Amélia Rodrigues no Território de Identidade do Portal do Sertão

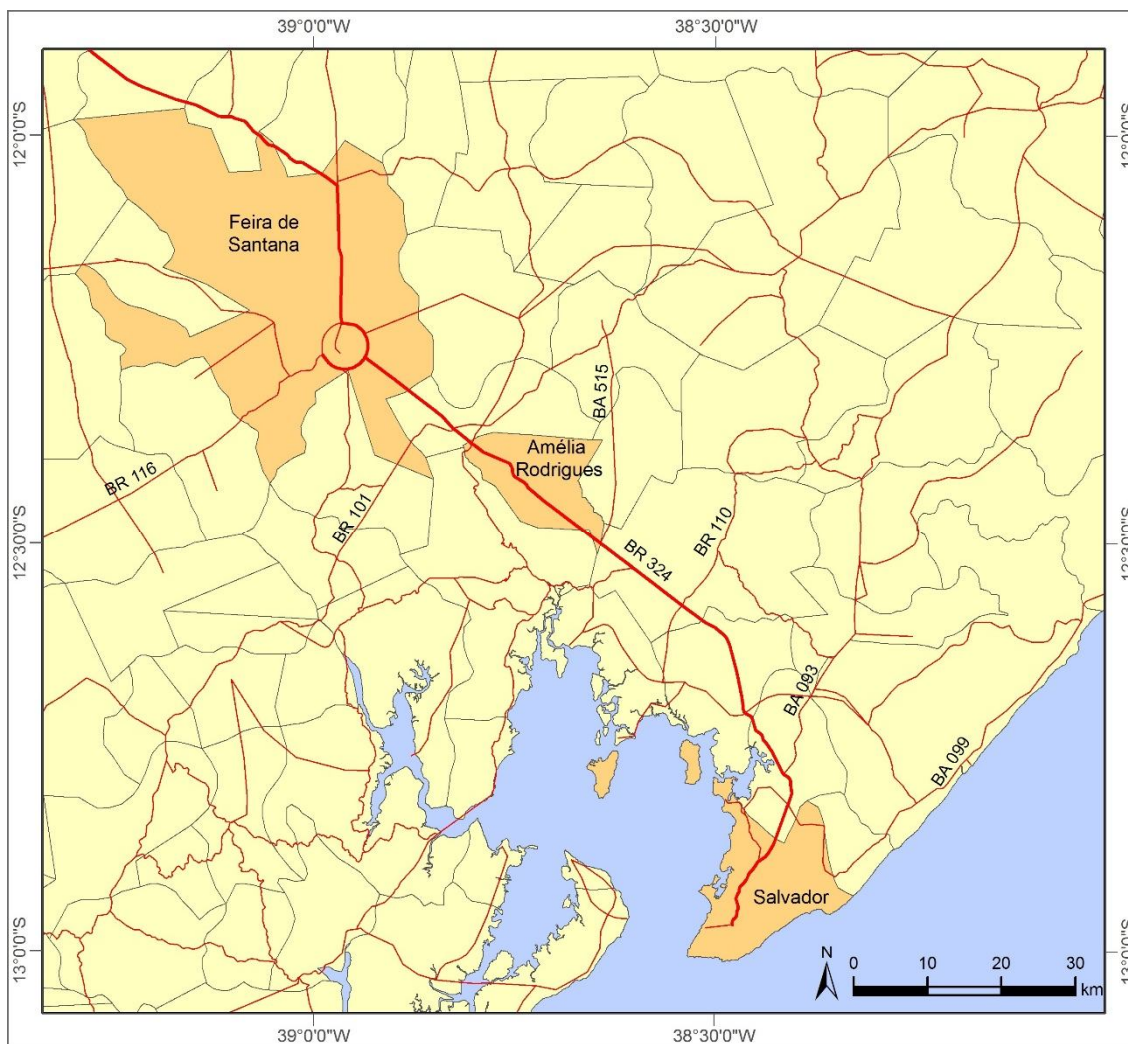


Fonte: SEI (2013).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um município que tem área territorial de pequena dimensão, com 173,4 km², e uma população residente de 25.190 habitantes, registrada no censo de 2010, por isso, apresenta uma densidade demográfica de 145,2 hab/km².

Sua localização, às margens da rodovia BR-324 favorece sua conexão com os importantes municípios de Feira de Santana e Salvador, distantes, 28 e 82 km, respectivamente. Esta localização geográfica permite um rápido e fácil acesso a outras duas importantes rodovias, ambas de circulação nacional, a BR-101 e a BR-116 e contribui no estabelecimento do seu contato com os fluxos de mercadorias, bens e serviços que circulam pelo Estado da Bahia. (Figura 2).

Figura 2 - Localização do município de Amélia Rodrigues às margens da rodovia BR-324



Elaboração: Nascimento, E. (2016)

De clima tropical, tem precipitação média de 1.277 mm ao ano, principalmente nos meses de abril a julho, com temperatura média de 23°C. Os meses de fevereiro e julho registram em média, suas maiores e menores temperaturas, 25.3°C e 20.9°C.

A formação vegetal predominante é a do domínio Mata Atlântica, atualmente alterada, diminuta, antropizada com áreas de pastagens, agrícolas e urbanizadas. O solo denominado massapê é presente em grande parte do seu território, com ocorrência mineral da argila e sua rede hídrica faz parte da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte, tendo como os principais rios Jacuípe e Traripe.

Para Matos (1975, p.26), a vegetação de Mata Atlântica foi explorada intensivamente no Recôncavo da Bahia, para dar lugar aos canaviais e alimentar as fornalhas dos engenhos, provocando o desaparecimento de várias espécies da fauna e flora de formação florestal secular.

No início da segunda metade do século XX, dos anos de 1950 com a descoberta do petróleo, aos anos de 1970, mudanças significativas ocorreram no cenário econômico da Bahia, promovidas pelo desenvolvimento da indústria petroquímica. Essas mudanças afetaram diretamente as atividades econômicas existentes em parte do Recôncavo.

Ao emergir um novo perfil industrial no Estado, municípios como Camaçari e Feira de Santana ganham destaques e municípios, outrora centro das produções econômicas açucareiras, a exemplo de Santo Amaro, que não se beneficiou com a descoberta do petróleo em suas terras, enfrentam acentuado declínio do prestígio econômico, pois “torres e refinarias não operavam ao lado da cana ou do fumo, mas, em detrimento destes.” (BRANDÃO, 1998, p.24). Nesse contexto Amélia Rodrigues não era um dos centros das produções açucareiras, mas dele derivado, pois sua origem remete às delimitações e possessões do município de Santo Amaro, esse sim, um dos municípios cernes dessas produções no Recôncavo Baiano.

A atividade industrial em torno da exploração do petróleo em meados do século XX, da Companhia Petroquímica de Camaçari (COPEC) e do Centro Industrial de Aratu (CIA), resulta em novos investimentos em infraestrutura, modernização de portos, abertura de estradas, que ocorrem de modo desigual na região “provocam transformações nos circuitos financeiros, produtivos e de consumo da capital, movimentando definitivamente o núcleo econômico do Recôncavo da antiga porção tradicional para o norte” (CHAGAS, 2008, p. 81-85).

1.1 O TEMA E A JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Como vimos, a formação social e econômica do Recôncavo Baiano e nele, o município de Amélia Rodrigues, passa pela introdução e desenvolvimento da lavoura da cana-de-açúcar. As tradições açucareiras se fazem presentes neste território, imprimem suas marcas desde sua origem, construindo a sua territorialidade.

Neste contexto, está inserida a usina sucroalcooleira Aliança do grupo União Industrial Açucareira (UNIAL), unidade agrocanavieira localizada na área do histórico Recôncavo Açucareiro e, que, ao final do ano de 2015, paralisou suas atividades produtivas. A derrocada açucareira no município é seguida por mudanças recentes e repercute socioeconomicamente neste território.

Assim, este município reúne fatos e fatores que suscitam um olhar que possa contribuir com informações sistematizadas. Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Dissertações e Teses com estudos relacionados ao município de Amélia Rodrigues foram defendidos, a exemplo da Eliane Souza (2013), que faz uma reflexão sobre as atividades do assistente social em Amélia Rodrigues, como trabalho de conclusão de curso de graduação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Dissertação de Arlan Góes (2016) pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), que faz a análise do plano diretor do município. Elisabete Santos (2010) analisa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), a gestão da implantação do SUS no município.

Célia Carvalho (2008) analisa pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) a atuação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) como agente promotor do desenvolvimento local na implantação do curso de pedagogia no município mediante um convênio entre a universidade e a Secretaria Municipal de Educação no período de 2003-2007. Amós Souza (2008), com mestrado que analisa as práticas de inovação pedagógico-cultural e os afro-brasileiros em uma escola da rede estadual no município e, no ano de 2015 com tese de doutorado sobre a(s) memória(s) dos homens e mulheres das usinas na contemporaneidade do Recôncavo Açucareiro como demanda educacional, ambos pela UNEB.

Não foram identificados estudos direcionados à análise sobre a organização deste município, considerando as relações entre a tradição produtiva açucareira, sua derrocada e as mudanças recentes, nesse início de século XXI, assuntos defendidos nessa dissertação. Inovador, que justificam a sua escolha e produção.

1.2 QUESTÕES DA PESQUISA, OBJETIVOS E HIPÓTESES

Para efeito deste estudo, é necessário compreender como a introdução, organização e produção relacionada à lavoura da cana-de-açúcar, configuraram espacialmente o município de Amélia Rodrigues, desde sua origem no século XVII, até este início de século XXI.

Na atualidade, o município é caracterizado por uma economia de base agrária, industrial e comercial pouco diversificada e incipiente para absorver sua mão de obra. A situação é agravada no ano de 2015, com a paralisação das atividades da Usina Aliança, última em funcionamento no município e na área historicamente denominada por Recôncavo Açucareiro. Este quadro situacional motiva os deslocamentos diários da população de Amélia Rodrigues para outros municípios baianos em busca de oportunidade de trabalho, mercadorias, bens e serviços.

Entre os anos de 2000 e 2016, algumas unidades industriais são implantadas no município, por iniciativas de ordem tanto pública quanto privada. Associado a este elemento, ocorre a movimentação do capital, proveniente de iniciativas de empreendedores que residem no local ou em outros municípios. Em todos os casos, os investimentos empresariais estão concentrados no distrito-sede, principalmente às margens da rodovia BR-324 e no centro da cidade. Estes fatos, associados, suscitam reflexões e conduzem ao seguinte questionamento:

Quais fatores estão presentes nas mudanças recentes no município de Amélia Rodrigues onde as tradições do histórico Recôncavo Açucareiro marcam esse território?

Essa é a questão que se apresenta como a principal problemática a ser respondida. Esse questionamento conduz a outros secundários, complementares.

O declínio das atividades açucareiras tem reflexo na empregabilidade local?

As ações da Prefeitura Municipal não atendem as demandas locais por mudanças significativas, em decorrência de uma gestão pouco participativa dos demais atores sociais que ocupam este território?

A população, a administração municipal e atores exógenos ao local, como o governo estadual, não vislumbram as possibilidades que o elemento locacional às margens da BR-324, possa representar na construção de mudanças significativas neste território?

Por conseguinte, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as mudanças no período 2000-2016 no município de Amélia Rodrigues, considerando o peso das tradições açucareiras, sua localização geográfica às margens da BR-324, no contexto das Regiões Metropolitanas de Feira de Santana e Salvador. Assim, no quadro 1 explicitamos os objetivos específicos e as hipóteses indispensáveis no desenvolvimento da pesquisa e construção dessa dissertação.

Quadro 1- Objetivos específicos e hipóteses da pesquisa

Objetivos específicos	Hipóteses
Traçar o perfil da população do município de Amélia Rodrigues, frente às mudanças das atividades sucroalcooleiras e da implantação de novas atividades no município	A população de Amélia Rodrigues vem se urbanizando nas últimas décadas
Investigar quais as principais mudanças no tradicional setor canavieiro de Amélia Rodrigues	O fechamento das usinas tem reflexo na empregabilidade local, sendo que os trabalhadores buscam alternativas de emprego fora de Amélia Rodrigues
Analisar os principais fatores que estão presentes na recente dinâmica do município de Amélia Rodrigues	Os fatores presentes são decorrentes das ações empreendedoras locais e externas
Identificar o perfil das empresas que se instalaram no município de Amélia Rodrigues no período de 2000-2016	As novas empresas são, em sua maioria, de pequeno porte e associadas à dinâmica dos mercados de Feira de Santana e Salvador
Verificar as ações que a administração municipal tem realizado para fomentar o crescimento e promover o desenvolvimento social no território de Amélia Rodrigues	A prefeitura municipal apresenta pouca interação com os demais atores sociais nas tomadas de decisões, mantendo uma postura pouco participativa
Analisar a integração do município de Amélia Rodrigues no contexto das Regiões Metropolitanas de Feira de Santana e Salvador	Amélia Rodrigues é um município com potencial locacional a ser explorado na medida em que está situado às margens da BR-324 entre os municípios de Feira de Santana e Salvador, próximo das BR-101 e 116

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método é fundamental em todo e qualquer trabalho para que as ações se desenvolvam dentro de uma lógica e conduzam o pesquisador na elaboração de uma pesquisa de aspecto relevante para a sociedade. Diante deste entendimento, para esta pesquisa, se utiliza o método de abordagem hipotético-dedutivo.

Preliminarmente, foi realizado o levantamento bibliográfico para verificar se o objetivo geral da pesquisa correspondia a uma proposta inédita e relevante para uma produção acadêmica. Para tanto, foram realizadas escolhas que são adequadas ao estudo proposto, verificando as produções relacionadas ao histórico Recôncavo Açucareiro, para compreender o contexto histórico da construção do território de Amélia Rodrigues.

As informações obtidas nos meios físicos e virtuais de instituições de ensino superior são essenciais para estabelecer um melhor recorte e fundamentar teoricamente a produção realizada.

Associada às buscas na literatura, realizamos pesquisas que envolvem dados socioeconômicos e culturais do Recôncavo Açucareiro, que correspondam ao território de Amélia Rodrigues, utilizando como ferramenta a internet para ter acesso a bancos de dados dos órgãos oficiais IBGE, SEI, Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Como parte da busca pela história da formação do território de Amélia Rodrigues, o Arquivo Público Municipal de Santo Amaro foi visitado, no intuito de obter informações que contribuam nas respostas às lacunas de dados encontradas na literatura, sobre as Usinas de São Bento, Itapetingui e Aliança no decorrer dessa pesquisa. A limitação nas informações sobre as usinas representam o principal desafio da pesquisa.

A metodologia de procedimento trabalha os dados da pesquisa numa perspectiva histórica ao acompanhar a evolução histórica do objeto de estudo e as condições da sua atualidade.

Durante a pesquisa de campo foi utilizado um questionário semiestruturado nas visitas à Prefeitura Municipal, junto às secretarias da indústria, fazenda, agricultura e tributação com acesso aos seus arquivos. O sindicato dos trabalhadores rurais, associação comercial, as indústrias, a associação dos condutores de transporte alternativo de passageiros, os estabelecimentos

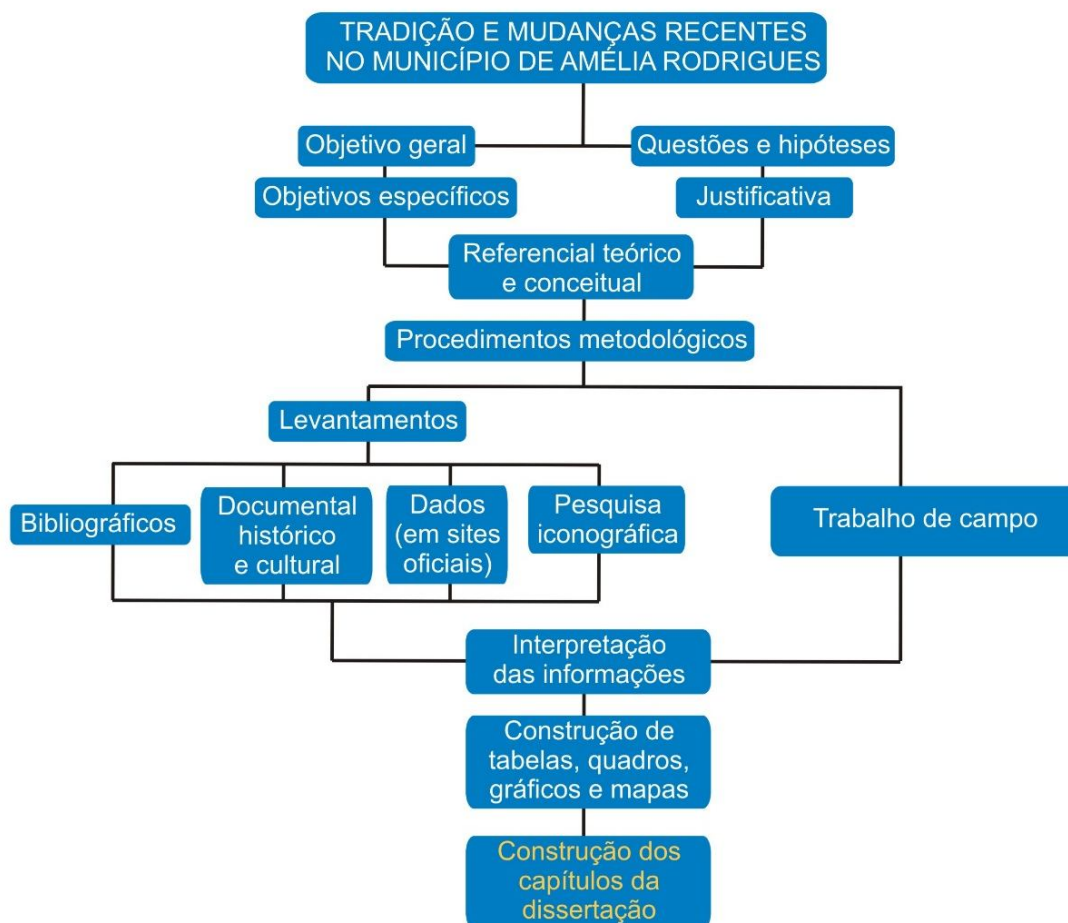
comerciais e de serviços foram visitados no intuito de obter informações que complementassem ou fizessem contraponto à informação oficial para desenvolver uma argumentação coerente.

No desenvolvimento da pesquisa, as produções iconográficas foram utilizadas para comprovar a veracidade das argumentações apresentadas. Assim, obtivemos imagens através das fontes literárias sobre o Recôncavo Açucareiro, dos acervos de particulares residentes nos municípios de Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Amélia Rodrigues, além daquelas disponibilizadas no site oficial da prefeitura local.

Parte do material iconográfico sobre as estruturas açucareiras existentes no município foram obtidas durante as saídas de campo com registros das fachadas ou interiores dos estabelecimentos, inclusive das ruínas de usinas e alambiques. Não houve permissão para visitar as estruturas internas das Usinas Itapetingui e Aliança, estruturalmente preservadas.

A produção de mapas revela a importância da cartografia na construção da pesquisa. Com ajuda de pessoas de conhecimento na área, foram utilizados dados georeferenciados com auxílio do programa Google Earth para obtenção das coordenadas geográficas e do programa ARCGIS, na confecção de alguns mapas temáticos relacionados ao objeto desta pesquisa. A figura 3 sintetiza os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

Figura 3- Procedimentos metodológicos da pesquisa



Elaboração: Nascimento, E. (2016)

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O texto está dividido em quatro capítulos. O primeiro reúne a apresentação de forma sucinta do tema, sua importância, localização, problematização do estudo, o objetivo geral e os específicos, assim como os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa.

O levantamento de dados foi utilizado para verificar os estudos relacionados ao histórico Recôncavo Açucareiro e à produção do açúcar no município de Amélia Rodrigues para demonstrar a contribuição original dessa pesquisa. Nessa fase, os dados foram obtidos dos bancos de Dissertações e Teses e, de órgãos oficiais como o IBGE, SEI e EMBRAPA.

Concluída essa etapa, segue a construção do referencial teórico no segundo capítulo, fundamentando e estruturando o processo investigativo da pesquisa, com

levantamentos, sínteses e interpretações dos estudos acadêmicos que discutem o conceito de território e contribuam na construção da argumentação sobre sentidos da questão do desenvolvimento no território de Amélia Rodrigues.

O terceiro capítulo disserta sobre o legado açucareiro na evolução histórica para a formação do município de Amélia Rodrigues, no contexto do Recôncavo Baiano. Descreve a importância das produções açucareiras na construção desse território e, apresenta seu legado como patrimônio presente nas estruturas edificadas e nas expressões culturais de sua população.

O quarto capítulo, considera como as produções açucareiras repercutem na demografia do município. Analisa a influência da rodovia BR-324 nos deslocamentos diários da sua população, na inserção de novas atividades na indústria e serviço, de iniciativa pública ou privada no período de 2000-2016. Contextualiza o território municipal mediante sua localização entre os municípios de Feira de Santana e Salvador e suas Regiões Metropolitanas.

O quinto capítulo, é a conclusão desta pesquisa e, sintetiza o trabalho desenvolvido, expressando a atual situação o município, limitações e desafios. Para isso, retoma os questionamentos e objetivos, verificando se as hipóteses apresentadas foram confirmadas ou refutadas. Sugerimos ações viáveis que possam contribuir na construção de um município que oportunize uma melhor relação socioeconômica para seus cidadãos.

2 TERRITÓRIO E “DESENVOLVIMENTO” NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES

Ao refletirmos sobre as necessidades de transformação do espaço geográfico, fator de autoprodução e existência, questionamos a noção de território naquilo em que ele nos faz pensar, nas lutas pelo seu controle, nas possibilidades de determinação de seu caráter e uso enquanto espaço de produção e trabalho, assim como espaço de lazer e simbolismo. Enfim, a noção de território nos remete ao sentido de territorialidade, como uma infinidade de processos e possibilidades, pertencimentos e apropriações territoriais, que transformam o município de Amélia Rodrigues como territorialidade em movimento, entre as tradições desse sentido açucareiro do Recôncavo e as possibilidades para os seus sujeitos que demandam trabalho e renda como fatores da qualidade de vida.

2.1 DISCUTINDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO

O conceito de território é amplamente utilizado não só pela ciência geográfica mas também por outras ciências e áreas do conhecimento humano. Conforme Souza (2008), desde o século XVI, a expressão vem sendo utilizada em estudos da biologia, botânica e zoologia relacionada à necessidade de delimitar uma área vital para alguma espécie, contudo, o sentido de fenômenos sociais se formalizou em publicações científicas a partir do século XVII. (SOUZA, E. 2008, p. 22).

Quando pensamos no sentido etimológico da palavra território, duas definições são solicitadas e se complementam mediante as ações estabelecidas no espaço. Do latim *terra-territorium* relacionado à delimitação que se faz do espaço e se dá mediante a sua apropriação, tanto pelos animais quanto pelos seres humanos. E a definição *térreo-territor* associada à apropriação que aterroriza efetivada por meio do poder, da dominação e imposição do medo. Dessa forma, observamos que o conceito de território está ligado à apropriação do espaço geográfico.

Haesbaert (2004, p. 37), ressalta que academicamente muito do que se propagou sobre território tem relação direta ou indireta com as interpretações descritas em alguns dos mais renomados dicionários estrangeiros, cita o “*Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, de Ernout e Meillet (1967[1932]:687-688), e o *Oxford Latin Dictionary* (1968:1929), para demonstrar que há uma grande

proximidade etimológica entre as definições *terra-territorium* e *térreor-territor*, relacionadas a apropriação por aquele que aterroriza. (HAESBAERT, 2004, p. 43).

A apropriação geográfica deste termo, remetendo-se à lógica biológica, estabelece, inicialmente, o sentido de determinismo do espaço sobre a espécie humana, conforme pressupostos da nascente geografia. Nesta lógica, o território é o “espaço vital” em que se materializam as condições necessárias aos grupos sociais humanos. Esta interpretação remete a leituras relacionadas à política e sua associação ao poder, materializada e institucionalizada como instrumento de defesa de uma população, conferindo ao seu representante, o Estado, a soberania sobre um determinado espaço geográfico para justificar e legitimar sua apropriação.

Ao longo da própria história da Geografia, o termo tem sido ressignificado com fins a ampliar a sua instrumentalidade científica. As mudanças no cenário geopolítico mundial influenciam o surgimento de produções acadêmicas onde o uso do conceito território é trabalhado como um importante subsídio teórico para explicar as transformações globais, principalmente na contemporaneidade.

Consideraremos, entre as proposições deste termo, as que nos oferece maior instrumentalidade para o diálogo com o objeto de estudo.

Inicialmente com Claude Raffestin (1993), o conceito de território não pode ser entendido como um conceito equivalente ao conceito de espaço. Afirmar que diversas publicações são marcadas por essa confusão, e que apenas no final do século XX é que se percebe nas publicações, esforços em esclarecimentos que seguem no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Para ele, “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator,” (IBIDEM, 1993, p.143). Afirmar que o espaço antecede o território, sendo sua prisão original, pois está antes de qualquer ação que venha a ser realizado sob ele. O território é uma produção a partir do espaço, que nele se apoia para existir, ou seja, se materializar. (IBIDEM, 1993, p.144).

Fica claro nas análises de Raffestin (1993), um sentido de território que não pode ser entendido apenas por uma dimensão política, como meramente instrumento do Estado, ignorando-se as influências das dimensões econômicas e culturais na formação de um território por uma determinada sociedade.

Albagli (2004, p.26), reforça o sentido da desvinculação das noções de espaço e território. Para ela, o espaço está em um nível mais elevado de abstração, enquanto o território se constitui na medida em que ocorre a apropriação do espaço, sendo assim, um produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre o mesmo. Lembra que as produções acadêmicas do mundo ocidental foram centradas na materialidade da base física do espaço de onde provém a origem do território.

Conforme Saquet (2013) até a década de 1970 é possível agrupar as diferentes abordagens que envolvem o conceito de território em três vertentes.

Uma tendência na qual se efetiva uma abordagem mais conservadora, materialista, areal; b) outra, centrada no conceito de território usado e apropriado econômica e geopoliticamente e, c) outra tendência, cada vez mais significativa, voltada à problemática do desenvolvimento territorial, tentando conciliar áreas, redes e múltiplas relações sociais. (SAQUET, 2013, p. 66).

Essas ações agrupam três concepções básicas sobre território: político ou político-jurídico que se refere à delimitação e controle do espaço institucionalizado por um Estado; cultural ou simbólico cultural, que considera a formação do território como resultado da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; a econômica, que entende a existência do território na medida em que este possa ser uma fonte de recurso e embate das classes sociais. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Souza (2001, p.11), cita dois exemplos de delimitação de um território pelo exercício do poder, ao fazer referência em escala local a uma gangue de jovens que aterroriza um quarteirão. Em escala global ao se referir à imposição ou influência de determinados líderes internacionais na criação de um bloco econômico ou político por seguirem as regras que lhes são convenientes.

Milton Santos defende o sentido de “território usado.” Em seu livro *Espaço e Método* (1985), explica que o território é uma consequência do uso que os atores sociais fazem do mesmo, materializando as relações estabelecidas nesta apropriação. Conforme Santos (1999), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. (SANTOS, 1999, p. 51-52).

Compreende-se que a construção social do espaço é estabelecida por meio das relações, principalmente de poder, entre os sujeitos que convivem ou se apropriam dele e o transformam para satisfazer as condições que entendem como suas necessidades.

Neste sentido de materialização e apropriação, Santos e Silveira (2008, p. 20), enfatizam a necessidade das discussões sobre o território usado, mediante sua construção no espaço-tempo. Defendem a ideia de que o território usado não pode ser entendido como uma simples superposição de elementos naturais. Seu real sentido só se complementa, quando está associado à base do trabalho, da residência das trocas materiais e espirituais da vida, e, só se concretiza, quando expressa o sentimento de identidade e pertencimento, construídos nas relações estabelecidas pelos atores sociais no processo de apropriação do território, daquilo que lhe é próprio.

Ainda, para Santos e Silveira (2008, p.20), “o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e, constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.”

O uso dos objetos transforma o espaço e sua função social, que modificada passa a atender a novas funções. São os chamados acréscimos no espaço “que lhes dão um conteúdo extremamente técnico”. (SANTOS, 1999, p. 51-52).

No final do século XX, quando se iniciou a difusão do meio técnico-científico-informacional, ocorreu uma ampliação do conceito de território com discussões que visam explicar o sentido de territórios simultâneos. As novas interfaces tecnológicas contribuíram pra um olhar da multiterritorialidade como forma de explicar a coexistência de vários territórios em um e, que se aplica a qualquer território, independente do tamanho, tipo ou escala na qual é feita a análise geográfica. (HAESBAERT, 2004).

É possível compreender a formação do município de Amélia Rodrigues na sua materialidade, analisado nas dimensões política e econômica, relacionado à base agrícola da qual foi originado e considerando a influência do fator locacional historicamente contextualizado.

É neste sentido que se apresenta esta proposta de análise e compreensão das condições de estruturação da territorialidade municipal de Amélia Rodrigues, como uma estruturação egressa das relações colonialistas de um Brasil primordial em sua última versão simbolizada pelas usinas de açúcar.

Os recortes contextuais da cultura do Recôncavo Açucareiro (SOUZA, 2015), assim como dos desafios de ressignificação de suas delimitações atuais pressionadas pelas relações de poder entre os municípios de Salvador, Feira de Santana e suas Regiões Metropolitanas, demandam análises sobre as possibilidades de deslocamentos simbólicos representativos da história dessa apropriação singular por parte de seus atores sociais em se tratando de uma apropriação particular do sentido de territorialidade, conforme os pressupostos de uma ciência geográfica atual.

Trabalhos como o de Castro (1992), sinalizam a necessidade de multiplicidade do olhar sobre o que se concebe como território na ciência geográfica que possa ser condizente com as contradições brasileiras fundadas no colonialismo agrário e nas relações de poder na história social de seus atores.

Sendo o espaço produzido pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial concreta, o território é um condicionante inescapável dessas relações e das inovações que elas propõem. A dimensão territorial é, então, continente do social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa. Assim o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade social e uma unidade política. Podemos falar então em espaço-territorial, que constitui um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais, estabelecido através da ação humana sobre a natureza. (CASTRO, 1992, p. 29).

Raffestin (1993, p.159), chama a atenção para o fato de que “nas ciências do homem a noção de territorialidade foi tratada, direta ou indiretamente, por aqueles que, de perto ou de longe, abordaram as relações com o espaço ou território.” A territorialidade reflete o espaço vivido em suas múltiplas dimensões, e isso só será possível se houver o intermédio das relações que o ser humano estabelece entre si, construindo a chamada dialética socioespacial (ALBAGLI, 2004, p.25). Ainda Saquet (2004, p.182) indica que “as territorialidades correspondem aos comportamentos culturais, geopolíticos, econômicos e psicológicos, dito de outra maneira, ao exercício de influência, controle e pertencimento.”

Muitas são as inspirações e interpretações, por isso a necessidade de articulação de diversas contribuições ao conceito de território e do sentido de territorialidade, como importantes elementos a serem consideradas pela ciência geográfica em seu diálogo com as políticas públicas de planejamento urbano da atualidade do Estado brasileiro, pois conforme a inspiração de Santos e Silveira

(2008), “cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social. É necessário entender sua realidade a partir de forças que, frequentemente, não são visíveis a olho nu”. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.289).

2.2 SENTIDOS DA QUESTÃO DO “DESENVOLVIMENTO” NO TERRITÓRIO DE AMÉLIA RODRIGUES

A possibilidade de analisar o histórico da formação e ocupação territorial do município de Amélia Rodrigues nos remete às produções acadêmicas que discutem o Recôncavo Baiano, especificamente nas questões de sua área açucareira, que é o seu contexto de origem. Pensar em seu desenvolvimento nos coloca na condição de um dilema que, segundo essa mesma literatura histórica e econômica, parece inerente.

Se entendermos que o desenvolvimento em um território corresponde ao efeito associado do aumento do produto em determinado tempo e espaço, assim como boa distribuição de renda e melhoria dos indicadores da qualidade de vida em seus domínios, se percebe, ao analisar a história do município de Amélia Rodrigues, que o predomínio econômico das produções açucareiras em seu território reflete em dificuldades para que se efetive um desenvolvimento local, mediante as condições de exploração imposta aos trabalhadores das usinas, principalmente nas atividades com a lavoura da cana e as relações entre a massa trabalhadora e os usineiros.

Por mais de dois séculos, o Recôncavo Baiano foi o território economicamente central para a Bahia, que “conferiu a Salvador sua existência econômica e estimulou a colonização e o desenvolvimento do sertão; seus senhores de engenho dominaram a vida social e política da capitania por toda a sua história,” (SCHWARTZ, 1988, p.94).

Sua base comercial agroexportadora, somente na segunda metade do século XX se modificou, operando-se uma complexa transição industrial, em que por um lado havia as usinas de açúcar e as fábricas de beneficiamento de fumo nos domínios de Santo Amaro da Purificação e Cachoeira, e por outro, a Petrobrás, no espaço de São Francisco do Conde, que já representava nas décadas de 1950 e 1960 muito mais uma área de transição e fronteira da metrópole soteropolitana.

Esse impacto industrial abala as velhas estruturas do Recôncavo e todo o modelo agrário colonial se deteriora, determinando uma nova delimitação ao Recôncavo, distanciando-o mais de Salvador, sua Região Metropolitana, pois o resultado da exploração do petróleo não o beneficiaria socioeconomicamente. “Pesa o fato da intensa urbanização experimentada pela região, que detona uma fragilidade na organização territorial, separa os municípios ricos, localizados no espaço do petróleo, dos municípios pobres, localizados no espaço tradicional.” (CHAGAS, 2008, p.100), uma vez que nem mesmo a Petrobrás representa uma modificação qualitativa em termos de distribuição de renda e melhores condições sociais e de vida das populações no Recôncavo Baiano.

Este impacto da industrialização baiana não sendo uma disseminação recorrente no Recôncavo, limitado a algumas áreas, contribuiu com a condição de estagnação econômica, característica marcante na estruturação territorial do município de Amélia Rodrigues. Repetem-se, historicamente, as estratégias de reincidência dos velhos interesses privados nesse território, associadas às velhas práticas de estrutura fundiária, ainda, de caráter colonialista.

Para Chagas (2008), “o Recôncavo enfrenta problemas relativos à concentração de terras. O massapé está praticamente limitado ao plantio da cana, enquanto os demais solos são utilizados em lavouras diversas sem um planejamento que aponte as melhores opções para o produtor.” (CHAGAS, 2008, p, 100).

Embora, as usinas representassem uma possibilidade de revolução tecnológica no Recôncavo, no início do século XX, e com elas, uma melhoria das condições de trabalho e existência, isto não se concretizou. O que se afirmou foram privilégios do capital comercial-bancário para um controle monopolizado desse espaço remanescente de um Recôncavo Açucareiro encolhido em suas fronteiras e decadente em suas estruturas de produção rural, pois para Cunha (1995),

No município de Santo Amaro, onde toda economia local girava em torno do trabalho em suas fazendas e usinas, o poder da Casa Magalhães era quase absoluto. Prevalencia o tradicional domínio político, tão conhecido em nosso interior, sobressaindo-se principalmente a utilização do poder policial na repressão ao movimento operário. (CUNHA, 1995, p. 53).

Uma importante indicação dessas condições de retração econômica do Recôncavo Açucareiro e que se projeta nas condições atuais da territorialidade de

Amélia Rodrigues, encontra-se nas análises que Silva, Silva e Leão (1985) fazem ao aplicar o princípio da centralidade urbana de um lugar num estudo realizado sobre o subsistema urbano-regional de Feira de Santana, no qual o município de Amélia Rodrigues está incluído.

Na análise Silva, Silva e Leão (1985) revelam que Feira de Santana capitalizou para si fluxos de bens de serviços e consumo, que confluía na quase totalidade para Salvador. Dessa forma, influenciou na reorientação espacial das demandas por bens, mercadorias e serviços provenientes tanto do sertão quanto de alguns dos municípios do Recôncavo Baiano, contribuindo para o aumento da dependência dos municípios circunvizinhos, dentre eles, Amélia Rodrigues.

Na publicação intitulada *Cidade e Região no Estado da Bahia*, Silva e Silva (1991) apresentam resultados das análises que realizaram sobre a hierarquia urbana em 75 cidades do subsistema urbano de Feira de Santana, incluindo o município de Amélia Rodrigues. Analisados nas funções administrativas, comerciais e de serviços, constatou-se que, as cidades ou a cidade com maior valor da soma dessas funções possuem a maior centralidade, evidenciando a dominação que tais cidades exercem sobre outras, dificultando ou impedindo o desenvolvimento dessas. Amélia Rodrigues se enquadra no grupo de municípios que sofrem os efeitos da centralidade que o município de Feira de Santana exerce.

Em muitas áreas subdesenvolvidas, a organização do espaço, medida através da estrutura urbano-regional, caracteriza-se pela predominância de uma só cidade, *locus* privilegiado de concentração das formas modernas do crescimento econômico-social. A dominação das economias regionais chega a ser em muitos casos, tão grande que dificulta, quando não impede, o desenvolvimento de cidades intermediárias, de centros pequenos, de centros locais e de zonas rurais. (SILVA; SILVA, 1991, p.113).

Conforme Silva e Silva (1991, p.113), “os trabalhos sobre localidades centrais são importantes na medida em que esclarecem a organização espacial, possibilitando uma contribuição à formulação de diretrizes e estratégias de planejamento urbano-regional. O Estado da Bahia, neste particular, deverá avaliar profundamente esta questão, caso deseje alterar o desequilíbrio entre sua região metropolitana e o restante da Bahia.”

Chagas (2008, p.101), diz que “a região mantém características complexas que tem no comércio local seu principal núcleo de convergência invariavelmente de

baixa capitalização e dependente de núcleos maiores como Feira de Santana e Salvador”.

Nesse contexto é importante compreender como a influência da localização geográfica do município de Amélia Rodrigues, às margens da rodovia BR-324, entre os municípios de Feira de Santana, Salvador e suas Regiões Metropolitanas, repercute na sua territorialidade, nos deslocamentos populacionais e nas mudanças que atualmente se processam nesse território.

Do surgimento das primeiras povoações nas proximidades de engenhos, passando pelo advento das usinas até a derrocada das produções açucareiras, Amélia Rodrigues é um município de um legado açucareiro, expresso em sua formação territorial e em sua territorialidade, que se revela como um desafio a ser superado no sentido de uma melhor integração econômica no contexto em que está inserido.

3 LEGADOS AÇUCAREIROS DO RECÔNCAVO NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES

Resta do Recôncavo Açucareiro, importante acervo patrimonial material memorável das condições históricas de produção dos engenhos, alambiques e usinas, assim como saudosismos e incertezas quanto ao sentido dos espaços e instituições desse passado, mediante as possibilidades de futuro das condições de existência das novas gerações de cidadãos que sucedem os trabalhadores das lavouras e usinas.

Essa economia, desafiadora das marcas deixadas enquanto tradição de um Brasil, também instiga a crítica e entendimento de sua condição atual, o que fazemos neste espaço mediante esta exposição analítica dos dados pesquisados.

Este capítulo reúne, informações decorrentes das relações históricas que fundamentam a organização territorial do município de Amélia Rodrigues em suas tradições canavieira e açucareira, confrontadas como novas demandas e oportunidades de produção, consumo e negócios num espaço que vem se determinando como privilegiado, entre as Regiões Metropolitanas de Salvador e Feira de Santana, em trecho da rodovia BR-324.

Para demonstrar a relevância dessas evidências, trazemos as narrativas históricas, como estratégia das nossas próprias conjecturas ou deduções dessas condições econômicas na atualidade de Amélia Rodrigues, como territorialidade que nos desafia ao entendimento das possibilidades de autonomia em meio ao seu deslocamento do Recôncavo tradicional.

3.1 AMÉLIA RODRIGUES NO CONTEXTO DO RECÔNCAVO AÇUCAREIRO

No processo de ocupação do território brasileiro, o Recôncavo Baiano foi um dos primeiros espaços apropriados pelos portugueses em atendimento à lógica do seu capitalismo mercantilista. No século XVI, no solo de massapê, os portugueses introduziram a lavoura da cana, edificando estruturas açucareiras com o objetivo de realizar a produção do açúcar.

O massapê [...] é o chão canavieiro por excelência, a terra vegetal preferida pela cana-de-açúcar que nela prosperou. [...] geralmente preto ou cinzento escuro, é rico em matérias orgânicas daí chamarem ao massapé “terra cinzenta-negra” pode ser encarnado ou

vermelho amarelado, e também branco de todos o menos próprio e, por isto, menos procurado. [...]. Encontra-se essa terra argilosa, pegajosa, extremamente fértil, numa grande extensão do litoral, em quase todo o Nordeste, na zona da mata e em outras regiões do país de complexo cristalino onde ocorre o componente gnaisse, responsável por esse solo famoso na lavoura da cana. (AZEVEDO, 1950, p. 29).

De acordo com o IBGE (2007) na classificação brasileira de solos, a maior parte dos solos massapê são vertissolos, com ocorrência expressiva no Semiárido Nordestino, Recôncavo Baiano, Pantanal Mato-grossense e Campanha Gaúcha. Contudo, ao contrário das suposições de uniformidade geográfica do massapê do Recôncavo, sua construção histórica ressalta uma diversidade territorial e de produções.

A pesquisadora, Maria Brandão, refere-se ao Recôncavo como “um espaço complexo formado com sub-áreas especializadas”, sendo que, a cana ocupava o “âmago da região” nos territórios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, associada às atividades do fumo, agricultura de subsistência, café, algodão e pecuária, além das atividades de produções artesanais tradicionais (BRANDÃO, 1998, p. 32).

Conforme podemos observar na figura 4, Brandão (1998, p. 33) ressalta a diversidade das produções comerciais representadas por Aroldo de Azevedo na década dos anos de 1940. Dentre os elementos apresentados, identificam-se os territórios ocupados com a lavoura da cana-de-açúcar que, ao norte do Recôncavo, correspondiam aos espaços dos municípios de São Francisco do Conde e Santo Amaro. A Usina Aliança que, na época, pertencia ao município de Santo Amaro, foi destacada pelo autor, expressando a sua importância no contexto das produções açucareiras do Recôncavo Baiano.

Figura 4- Produções comerciais no Recôncavo da Bahia- 1952



Fonte: Azevedo, 1940 apud Brandão, 1998, p.33.

Essas considerações iniciais nos remetem a uma caracterização do município de Amélia Rodrigues como um território historicamente agrário e açucareiro, de acordo com suas relações de pertencimento à territorialidade de Santo Amaro, berço do açúcar baiano.

Caracterização essa, que por sua vez, nos remete às estruturas econômicas das usinas como síntese das engenhocas e dos engenhos, assim como, dos trapiches. A partir deste sentido construímos os dados da pesquisa, que passamos a apresentar de acordo com a coerência das evidências dessas tradições, como um primeiro sentido à análise do nosso problema.

A cana-de-açúcar (*saccharum*) é uma gramínea de origem asiática que apresenta variações em sua espécie, o que lhe confere cores que variam do amarelo esverdeado ao rajado vermelho.

A primeira cana trazida para o Brasil, pelos portugueses, no século XVI, é conhecida pela denominação de crioula, merim ou fina. No século XVIII, eles a

substituíram por outras duas variações: a caiena salangó e a roxa, largamente difundidas nas zonas rurais, sendo a caiena a mais utilizada no Recôncavo Baiano, chegando até a contemporaneidade.

No decorrer da primeira metade do século XX, outras espécies também asiáticas foram introduzidas no Brasil. São elas: a cana java em São Paulo, demerara e manteiga em Alagoas, Port-Mackey, ubá e caiena em Pernambuco. (AZEVEDO, 1950, p. 28).

O complexo agrícola tradicional no Recôncavo Açucareiro associa os canaviais, enquanto espaços territoriais destinados ao cultivo da cana-de-açúcar e unidades de transformação desse produto, em derivados como o açúcar, a cachaça, a rapadura, ou o álcool combustível.

De acordo com o IBGE, os registros históricos sobre o território de Amélia Rodrigues datam do ano de 1609, expressando, assim, uma profunda relação com essas estruturas que se cristalizaram como marco histórico da territorialidade de Santo Amaro da Purificação.

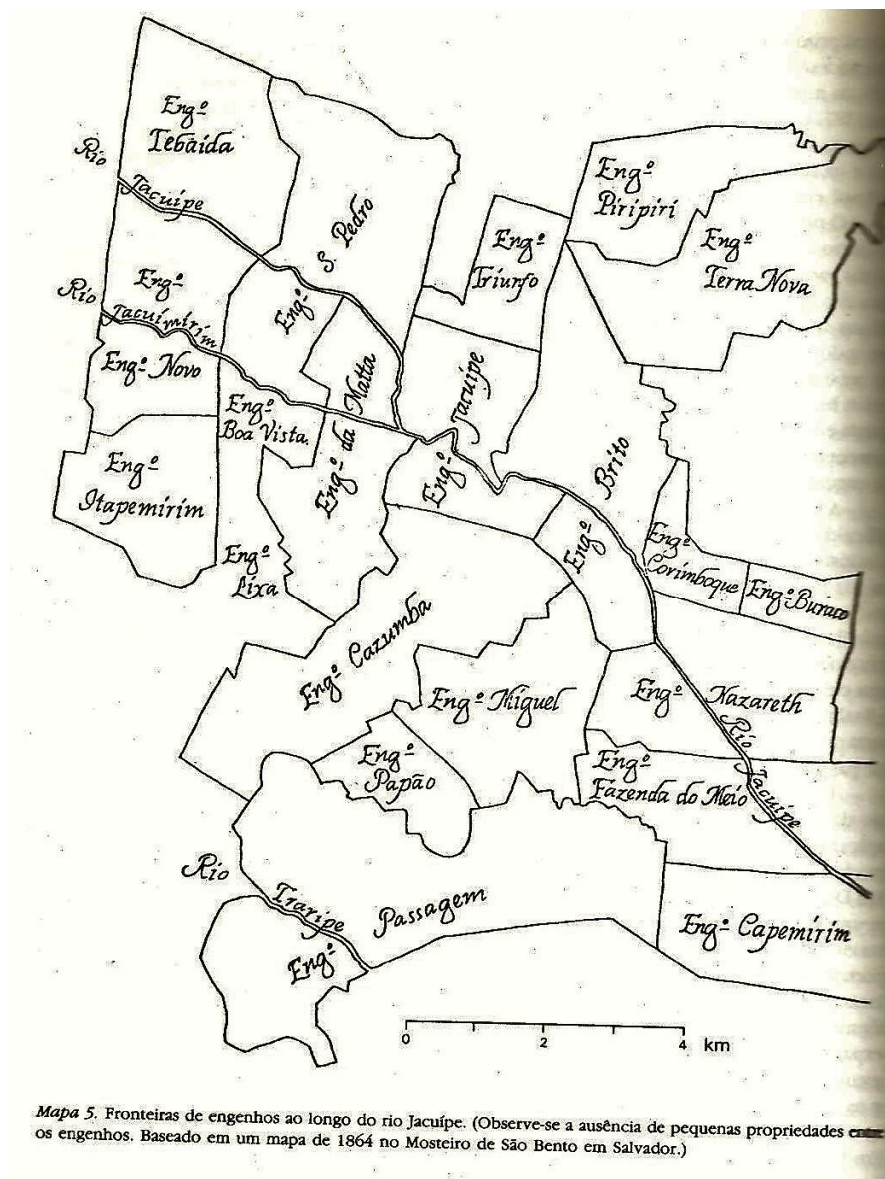
Inicialmente as terras de Amélia Rodrigues teriam sido parte de uma sesmaria doada aos irmãos portugueses Luis Vaz de Paiva e Manoel Nunes de Paiva, no governo de Dom Diogo de Menezes e Sequeira. Em 1622, essa propriedade teria sido transferida em testamento para o Mosteiro de São Bento, da Cidade do Salvador, quando sua ocupação teria início efetivo com a implantação do engenho de Inhatá e uma capela respectiva ao mesmo, onde se formou um primeiro núcleo de povoamento.

Carlos Ott fez um relato da localização, estrutura e produção do engenho de Inhatá, em suas análises sobre o *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos* nas freguesias existentes entre os séculos XVIII e XIX, conforme mencionamos a seguir:

Ao norte do engenho “Tebáida” ficaram os dois engenhos dos beneditinos denominados “Inhotá” e Cabuçu de São Bento, dos quais o primeiro trabalhava com cavalos e o segundo com roda d’água trabalhando o restante em conjunto com 125 escravos, 120 bois e 85 cavalos, produzindo juntos anualmente 9.800 arrobas de açúcar e 8.000 canadas de mel; os dois engenhos juntos possuíam 2.320 tarefas, das quais 420 eram de massapê, 700 de “sala” e 1.200 de terras arenosas; seis fazendeiros com mais 59 escravos trabalhavam e móiam nestes dois engenhos dos beneditinos. Mas nenhum dos dois engenhos foi registrado pelos beneditinos, ambos, porém mencionados por proprietários de engenhos vizinhos e que registram suas propriedades na freguesia do Rio Fundo, confirmado que estavam situados nela. (OTT, 1995, p.439-440).

Outra referência importante nestas descrições da formação territorial de Amélia Rodrigues encontra-se no estudo de Stuart Schwartz (1988), que deu visibilidade a documentos históricos como um mapa dos engenhos de Santo Amaro da Purificação no século XIX, o qual nos permite identificar os contornos territoriais do nosso estudo. (Figura 5).

Figura 5- Engenhos no território de Santo Amaro – século XIX



Fonte: Schwartz (1988, p. 334.).

Conforme Souza (2015), dentre os engenhos identificados por Schwartz (1988), oito foram edificadas na área que corresponde ao município de Amélia Rodrigues, dentre eles os engenhos de Teibada, Novo, da Mata e Triunfo.

O atual território do município de Amélia Rodrigues em outros tempos já teve grandes engenhos de açúcar, os quais entraram em colapso juntamente com a economia açucareira. Entre estes podemos destacar o Engenho de São Bento do Inhatá, Engenho Novo, Engenho Nossa Senhora das Brotas. O último, no século XVIII, era propriedade de D. Isabel Joaquina de Aragão, passando no século XIX a pertencer ao Dr. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão de Vila Viçosa. Engenho Bângala, pertencente no século XIX a Pedro Argôlo Ferrão, Engenho Triunfo de propriedade de João de Araújo Frões no século XIX. Engenho Tebaida construído por Domingo Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca posteriormente vendido a José Dias Aleixo. Engenho Ipiranga, pertencente no século XIX ao Major Alcebiades Leão Veloso e Engenho da Mata, atual Usina Nova Aliança que no século XVIII era de propriedade de D. Miguel de Uzeda e Luna. (SOUZA, 2015, p.19).

Schwartz (1988, p. 92) nos leva a compreender uma lógica de construção e funcionamento dos engenhos do Recôncavo, apresentando informações sobre suas estruturas e modo de operação conforme a noção que perseguimos nestes dados.

Essas descrições de Schwartz (1988) e Ott (1995) parecem atender à observação de lacuna de documentos referentes às lavouras e à produção nos engenhos do Recôncavo, expressa por Pinho (1982, p. 371-99), ou seja, uma “escrituração deficiente quase nenhuma que concernia a plantações, limpas e colheitas” sem registros, florescendo e desaparecendo a cada nova safra.

Em sua obra, *História de um Engenho do Recôncavo*, Wanderley de Pinho (1982) construiu importante síntese sobre a exploração do açúcar e seus preços na Capitania e Província da Bahia, descrevendo uma significativa evolução dos engenhos. Descreve que, na primeira metade do século XVII, em 1627, havia 36 engenhos, 21 utilizavam a tração da água e 15 faziam uso de bois. Explica que no ano de 1736, somavam-se 150 engenhos que produziam “10.000 caixas de açúcar” e ressalta que em fins do século XVIII existiam 511 engenhos com produção total de 244.881 sacos de açúcar branco e 1000 quilos de mascavo. (PINHO, 1982, p. 371-99).

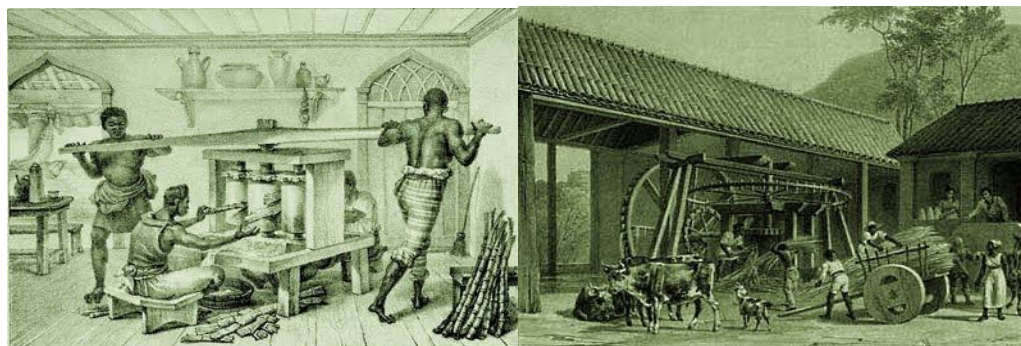
Respectivamente a isto que mencionamos, devemos entender que, a palavra engenho, utilizada para representar genericamente as oficinas de fabrico do açúcar

do século XVIII, expressa o verdadeiro significado da invenção e funcionamento deste tipo de maquinário e do próprio Recôncavo Baiano. (ANTONIL,1711 apud BRANDÃO, 1998, p. 32).

As denominadas engenhocas ou trapiches, espalhadas na região, eram instrumentos mais simples de moenda da cana-de-açúcar, utilizavam a força humana ou animal para a produção em pequena escala de açúcar e cachaça. Os engenhos propriamente ditos eram estruturas mais avançadas. (AZEVEDO, 1950; SCHWARTZ, 1988).

Os coloniais ou reais se destacavam por utilizar a água no processo de obtenção do açúcar, apresentavam estruturas diferenciadas de moagens, tinham diferentes capacidades de produção, expressivo número de escravos, canaviais, oficinas de moendas e muitos abrigavam o senhor de engenho e sua família. (AZEVEDO, 1950; MATOS, 1975; PINHO, 1982; SCHWARTZ, 1988). (Figura 6).

Figura 6- Engenhoca de cana-de-açúcar com tração humana em obra de Debret à Esquerda e Engenho com roda d'água em obra de Rugendas à direita



Fonte: Azevedo (1950); Pinho (1982).

A estrutura dos engenhos era composta pela casa-grande ou sobrado, capela, senzalas, moendas e canaviais que formam uma organização rural comunitária povoado por um aglomerado humano e demarcado por suas diferentes camadas sociais: os senhores de engenho e sua família, trabalhadores escravos, indígenas e o trabalhador livre agregado no curso de sua existência. (AZEVEDO, 1950, p. 27).

Nos engenhos se produzia além do açúcar, melaço, rapadura e cachaça. A bebida produzida “eram os meles, de onde se extraía nos alambiques a garapa, bebida de baixo teor alcóolico fornecida aos escravos e a aguardente que, em certas ocasiões, estimulava o trabalho”. (SCHWARTZ, 1988, p. 109).

A cachaça, popularmente conhecida por aguardente, era um produto dos alambiques que formavam estruturas complementares nos engenhos. Trata-se de uma bebida ofertada aos escravos pelos senhores de engenho com o objetivo de estimular a produzir mais, já que a mesma produzia um efeito de euforismo nos escravos durante o penoso trabalho.

A cachaça foi utilizada como moeda de troca de escravos e, até mesmo, como produto de exportação para Portugal até o início do século XVII, porém, por razões óbvias essa atividade de comercialização em nível de exportação foi proibida e imposta uma limitação de seu fabrico no Brasil colonial. (NASCIMENTO, 1997, p.50).

Então, alambique é um termo que remete aos equipamentos que processam a destilação do caldo da cana-de-açúcar até transformá-la em cachaça, o que demonstra a dependência dessa estrutura aos engenhos e, por sua vez, os interesses de um comércio tradicionalmente externo ao Recôncavo e ao Brasil em sua primeira versão.

Neste sentido, nem mesmo a nacionalização do açúcar, desde a emancipação brasileira no século XIX, operou algum reforço significativo das produções dos alambiques, embora tenha se destacado como unidades de produção no Recôncavo, inclusive nos engenhos da formação de Amélia Rodrigues e, posteriormente em espaços específicos em que passaram a ser identificados como o próprio local dessa atividade. Então, será mais correta a utilização do termo alambique para o local de fabrico da cachaça.

Clóvis Amorim (1980), em seu olhar poético, descreveu a produção da cachaça, tendo como base sua experiência de vida no engenho São Damião, que pertencia a sua família na primeira metade do século XX.

O bueiro do alambique fumegava. Santos, o foguista, atirava na boca da caldeira toros de jequitibá e tapororoca vermelha. Mestre Nogueira, o destilador [...] observava [...] o mel grosso, escuro, misturado com água, fermentava nas dornas enormes, desprendendo um cheiro forte de tontear. Zé Costa puxava uma bomba pesada, tangendo para o aparelho o vinho preparado para a destilação. Luís pequeno batia o fermento. As serpentinas ferviam, escapando fumaça pelos tubos. O aparelho suava. Américo [...] media, de cócoras, a cachaça [...] e o líquido branco, quentinho, caía na medida, metendo-se agradável pelo nariz da gente. (AMORIM, 1980, p. 20).

No início do século XIX Santo Amaro possuía vários alambiques, alguns de familiares, descendentes de engenhos que mantinham de quatro a vinte trabalhadores na condição de cativos e outros construídos por pequenos comerciantes com até 30 trabalhadores livres. (SCHWARTZ, 1988; NASCIMENTO, 1997).

A literatura histórica sugere, ainda, uma emergência dessas unidades de produção no final do século XIX, informando que em Santo Amaro e nas vilas do seu Recôncavo já havia setenta e uma “Cazas de Lambiques nas quaes se estilão agoas ardentes” e “de três qualidades: da terra, de cabaça ou de cana.” (CALDAS, 1951, p. 445 apud ELLIS, 1953, p.207), uma lógica que certamente inclui os espaços da atual Amélia Rodrigues, onde nos dias atuais se percebe a relevância histórica/memorial dessas atividades.

3.2 PRODUÇÕES ECONÔMICAS EM AMÉLIA RODRIGUES: DOS ENGENHOS ÀS USINAS

Conforme Azevedo (1950, p.62), a história econômica do açúcar no Recôncavo Baiano pode ser dividida em três períodos, a dos engenhos banguês movidos à água ou animais; a dos engenhos a vapor que acompanha a organização dos engenhos centrais na segunda metade do século XIX e, por último, à concentração industrial das usinas.

Diríamos, ainda, em complementação a essas fases citadas, que a crise das usinas perante o avanço da exploração de petróleo, a partir da década de 1970, corresponderia a uma quarta fase (AZEVEDO, 1950; BRANDÃO, 2008) que aqui nos interessa, como evidência de uma base econômica sobre a qual se afirmou o município de Amélia Rodrigues.

Para que o aumento da produção do açúcar acontecesse era necessário o aperfeiçoamento dos instrumentos para sua extração a partir da cana-de-açúcar. A busca por novas espécies de cana retrata uma das estratégias dos senhores de engenho que fosse capaz de promover uma rápida acumulação de capital e, assim, aumentar sua riqueza.

Desta maneira, no início do século XIX entre 1809 e 1815, é introduzida no Brasil, no engenho da Praia no vale do Igaupe, a cana caiana originária do Taiti e com ela a máquina a vapor, com a promessa de aumentar os lucros obtidos pelos

senhores de engenhos. Com capital incipiente para atender a demanda externa pelo produto e um dispendioso custo para a manutenção do novo maquinário, a ideia perdura por pouco tempo. (ARAÚJO, 2002).

Nascimento (1997, p. 23-26) cita que na metade do século XIX, entre as décadas de 1860-70, este tipo de maquinário é utilizado por 292 engenhos. Entretanto, a debilidade das safras de açúcar, a preocupação com a diminuição da mão de obra escrava, liberta em 1888, com grande evasão dos engenhos para vilas e cidades da Província da Bahia, a dificuldade em recrutar trabalhadores livres que não aceitavam trabalhos pesados e os resultados da produção de má qualidade, conduzem o Governo da Província à busca no exterior por novos métodos para a produção do açúcar.

De acordo com Araújo (2002, p.108), as condições socioeconômicas do país com carência de capitais, crise na lavoura, devido entre outros fatores à falta de braços que, libertos do sistema escravista que não foram foi substituídos a contento e a tentativa de modernização da agroindústria açucareira, não viabilizaram a recuperação econômica dos mercados perdidos pelos senhores de engenhos.

Por conta destes fatores, a produção açucareira chega à era dos engenhos centrais como uma iniciativa governamental que marca a superação do vínculo familiar, predominante nas produções açucareiras do Recôncavo Baiano. Dessa forma, os engenhos familiares começam a ser superados. Entre os anos de 1875 e 1877 são construídos os primeiros engenhos centrais, o primeiro deles no município de Santo Amaro. (ARAÚJO, 2002).

Com a participação do governo da Província da Bahia, através de Antônio de Araújo de Aragão Bulção, se firma um contrato com Isidore Moreau, procurador da companhia francesa Fives-Lille, para a construção de seis engenhos centrais nas freguesias de Iguape, Monte, Rio Fundo, Mata de São João e Nazaré com capacidade produtiva de 120.000 a 200.000 quilogramas de açúcar por dia. (ARAÚJO, 2002).

As más condições administrativas, técnicas, os conflitos com os fornecedores da cana e trabalhadores, associados à queda no preço de venda não ofereciam boas perspectivas de melhoramentos para os engenhos centrais e condicionam o seu insucesso na Bahia. Dessa forma, novos caminhos são traçados com vistas ao reestabelecimento da produção do açúcar e assim florescem as usinas açucareiras do Recôncavo. (ARAÚJO, 2002).

3.2.1 UNIDADES RURAIS DE PRODUÇÃO: AS USINAS DE SÃO BENTO, ITAPETINGUI E ALIANÇA

Dos engenhos às usinas se formou uma importante cadeia produtiva que representa a força motriz da economia dos municípios do Recôncavo açucareiro, dentre eles o município de Amélia Rodrigues. Sua instalação e funcionamento representam grande avanço tecnológico separando distintamente as atividades da lavoura e da produção do açúcar que se tornam complementares na era das usinas, diferentemente do que ocorria no período dos engenhos.

A redução no plantio e na produção do açúcar e as condições socioeconômicas associadas são recorrentes nos discursos de autores e pesquisadores que analisam o Recôncavo Baiano, principalmente em sua área açucareira. Costa Pinto (1959, apud BRANDÃO, 1998, p. 136-138), diz que a agonia das usinas no Recôncavo promove sua centralidade na faixa terciária do massapé nos tabuleiros ondulados.

A entrada do capital comercial através de firmas atacadistas de Salvador e paulatinamente do capital industrial, através da criação de uma firma subsidiária representa a etapa decisiva para a concentração pelas usinas de todo o processo produtivo do açúcar e no final do século XX do álcool combustível. (PINTO, 1959 apud BRANDÃO, 1998, p. 141). O mecanismo da concentração da produção açucareira pelas usinas era iniciado quando

o comerciante financiava a safra e torna-se, por antecipação, dono dela, que lhe era praticamente toda entregue pelo fazendeiro em pagamento dos empréstimos recebidos na entressafra; nesse círculo vicioso o atacadista podia, ao mesmo tempo, impor ao mercado consumidor preços de monopólio e submeter os fornecedores às condições de troca que ele mesmo ditava, até leva-los, após sucessivas hipotecas, à falência, arrematando ele mesmo as terras e plantações a preço vil, progressivamente reunindo a lavoura, a indústria e o comércio do produto em suas mãos. (PINTO, 1959 apud BRANDÃO, 1998, p. 141).

As usinas nascem com dupla característica: de um lado baseada nos processos de plantio, colheita e produção dos engenhos e do outro com um aparato tecnológico relativamente moderno que produz o mesmo açúcar em quantidade e qualidade não alcançada pelos engenhos. (CUNHA, 1995, p. 8-9).

Nascimento (1997, p. 28) em seu livro *Memória da Federação das Indústrias no Estado da Bahia* diz que no período republicano o município de Santo Amaro possuía 10 usinas em funcionamento. Relata que as Usinas de São Bento,

Itapetingui e Aliança foram construídas nas áreas dos atuais distritos do município de Amélia Rodrigues. (Tabela 1).

Tabela 1 – Usinas açucareiras no município de Amélia Rodrigues-1892-1920

USINAS	NÚMERO DE TRABALHADORES*	PRODUTOS/SUB PRODUTO	ANO DE FUNDAÇÃO
SÃO BENTO	300-350	AÇÚCAR/MELAÇO	Anterior a 1920
ITAPETINGUI	500-1000	AÇÚCAR/MELAÇO	Anterior a 1920
ALIANÇA	700-2000	AÇÚCAR/ÁLCOOL CÔMBUSTÍVEL/MELAÇO	1892

Fonte: Prefeitura municipal

*Variação relativa aos períodos de safras e entressafras.

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Tavares (2001) enumera e parcialmente descreve a estrutura principal de doze usinas açucareiras do Recôncavo anterior aos anos de 1920. As usinas de Amélia Rodrigues estão entre as maiores em capacidade de produção.

A Usina de São Bento foi provavelmente construída no ano de 1903 próximo a área do engenho Inhatá. Possuía cinco caldeiras, quatro rolos-moendas e catorze centrífugas. A Usina Itapetingui possuía quatro caldeiras, seis rolos-moendas e seis turbinas centrífugas. (TAVARES, 2001, p. 336).

Cunha (1995, p. 37), afirma que, um ano após a “Conferência Assucareira” da Bahia de 1902 (encontro de representantes do setor canavieiro do Nordeste, que discutiam entre outros temas tabelamento do produto, soluções para ampliação as vendas), essa usina já existia, assim como Itapetingui e a Aliança. Conforme Cunha (1995), a Usina São Bento pertenceu ao senhor Francisco Pedro Alexandrino Rocha Lima, no ano de 1908 que

marca a constituição da sociedade Comandita que substituiu a sociedade civil Rocha Lima Filho, chefiada por Francisco Pedro Alexandrino Rocha Lima. Os bens avaliados em 96 contos consistiram na usina de São Bento, oficinas, máquinas, estradas de ferro, material rodante, engenho de São Bento (foreiro ao mosteiro de São Bento) e São Pedro, com suas bem feitorias, plantações de cana, casas de residência de operários, as fazendas Bolandeira e Surucucu, plantações de cana no engenho Carapiá e ações da Cooperativa Alcoólica da Bahia. O capital de 1 mil contos, 601 contos e 500 mil réis, sendo 100 contos e 500 mil réis formados pelos bens da antiga sociedade Rocha Lima Filhos. (TAVARES, 1966, p. 23 apud CUNHA, 1995, p. 38).

Essa usina, fabricava açúcar e melaço e sua produção era consumida no próprio Estado. No ano de 1954 reunia um quadro de funcionários que variava entre 300 e 350 trabalhadores distribuídos entre a lavoura e a fábrica. Essa variação se dá mediante as contratações nos períodos da safra e da entressafra na lavoura da cana. (SOUZA, 2015, p. 75).

A figura 7 reúne duas imagens da Usina São Bento, em diferentes perspectivas, ambas em preto e branco. Na foto, à esquerda, é possível verificar que essa usina foi edificada entre colinas, característica da feição do relevo predominante nos tabuleiros costeiros, onde parte do território de Amélia Rodrigues se encontra assentado.

À direita, a fotografia revela parte da estrutura dessa usina. É possível verificar que se tratava de uma estrutura simples, formada por um galpão central de armazenamento da cana e, ao fundo, a presença marcante do símbolo maior das usinas, sua chaminé.

Figura 7- Usina de São Bento no município de Amélia Rodrigues – 1950



Fonte: Acervos particulares de Alberto Valente; Juramar Dantas

Ao explicar sobre o início da concentração de terras pelas usinas e a subsequente desativação dos engenhos, Tavares (1966, p.24) afirma que a cana para a Usina de São Bento no ano de 1908 provinha dos engenhos vizinhos, com o fornecimento de 6,7 mil toneladas. Com os lavradores nas terras da usina se obtinha 3,7 mil ton. E, nas plantações próprias algo em torno de 5,5 mil toneladas de cana processada, resultando numa produção de 1,14 mil toneladas de açúcar, ou seja, 60% processada e cultivada nas terras da própria usina.

Tavares (1966) afirma que no ano de 1910 a usina havia ampliado sua capacidade de moagem para 400 toneladas por dia, para isso seus proprietários

importaram da Inglaterra três jogos de moendas do tipo Carliss. (TAVARES,1966 apud CUNHA, 1995, p. 39).

Conforme o jornal O Momento (1951), a Usina de São Bento produzia na década de sua paralisação, 600 sacos de açúcar por dia. Essa usina foi a primeira a encerrar suas atividades em pleno auge produtivo quando apresentava uma capacidade produtiva de 50.000 toneladas de cana no ano de 1954.

A Usina Itapetingui remete sua construção ao início do século XX anterior aos anos de 1920. No início dos anos de 1940 essa usina passou para a posse da família de comerciantes feirenses, Marinho Falcão.

Localizada na área rural do distrito-sede produzia açúcar e melaço com média de 500.000 sacas de açúcar obtidos do processamento de 45 mil toneladas de cana e, empregava de 500 a 1000 pessoas nos períodos de safra e entressafra e quando, no ano de 2001 encerrou suas atividades produtivas. A Figura 8 retrata a parte frontal da estrutura da Usina Itapetingui.

Notamos a presença de uma bomba de combustível para o abastecimento dos caminhões e de uma estrutura de ferro à frente da casa das máquinas denominada como ponte rolante. A função dessa ponte era a de retirar a cana-de-açúcar dos caminhões, transportando-a para a esteira de lavagem que conduzia até o prédio do maquinário responsável pela moagem e processamento da cana para a fabricação do açúcar.

No canto esquerdo inferior visualizamos duas casas menores que correspondem, respectivamente, ao laboratório químico que analisava a qualidade da cana antes do processo da moagem e, ao lado, a oficina com o depósito de materiais.

Figura 8- Usina Itapetingui no município de Amélia Rodrigues – 1995



Fonte: Acervo particular de Zéferino

A Usina Aliança surge da reunião de três engenhos por iniciativa do proprietário de um deles, o Jaime Lopes Villas Boas, no ano de 1892 como nos explica Nascimento (1997):

comentava Góes Calmon: em 1892, Jaime Lopes Villas Boas, bela Inteligência, advogado e político de alto descortínio, desaparecido em plena mocidade, concebeu o plano de unir três engenhos e transformá-los na Usina Aliança. Era co-proprietário com seu cunhado, Emídio Augusto de Sá Ribeiro, do engenho Casumbá, no município de Santo Amaro, e associou-se ao coronel Pedro José de Sena, do Engenho da Mata, também parente, acertando constituir uma sociedade para a construção de uma usina de 250 toneladas de açúcar diários, aproveitando o oferecimento de fabricantes de máquinas inglesas, Pollac&Macnab, que possuíam representante nesta praça, o inglês e industrial Edmond Penley Cox. Este industrial, além de oferecer as máquinas à usina, tornou efetivas as construções de quase todas as usinas de açúcar daquela época. (NASCIMENTO, 1997, p. 27).

Sua produção era proveniente, em parte, das terras que adquiriu de lavradores ou donos de engenhos. Possuiu o maior conjunto de moagem entre todas as doze usinas que inicialmente fizeram parte do território de Santo Amaro, sendo composta por sete caldeiras, onze rolos-moendas e vinte turbinas centrífugas. (TAVARES, 2001, p. 339).

Oito anos após sua fundação, o engenheiro Jaime Villas Boas faleceu e no ano de 1900, esta usina foi vendida e incorporada à sociedade em Comandita Sá Ribeiro e Cia.

Durante a primeira guerra mundial os valores das mercadorias exportadas pelo Brasil sofrem oscilações. Nesse período, a conjuntura mundial não era favorável à exportação do açúcar. Com este cenário economicamente negativo, a Usina Aliança, endividada é dissolvida em sua sociedade original, para ser adquirida pela Companhia Lavoura e Indústria S/A (LIR), uma firma subsidiária da Casa Magalhães que, monopoliza na época, todo o comércio do açúcar produzido no Estado da Bahia. As negociações com a firma de comércio Magalhães e Cia foram iniciada no ano de 1914 através de um processo de intermediação dos negócios da usina com outra firma, a Mariolli.

Com a guerra de 1914, as usinas foram se endividando e várias sociedades para a produção do açúcar foram dissolvidas. No lugar delas surgiu uma subsidiária de Magalhães e Cia., a Companhia Lavoura e Indústrias Reunidas S/A. Nessa oportunidade a Casa Magalhães passa a monopolizar o comércio do açúcar na Bahia e a controlar sua produção (BRITO, 2008, p.45; NASCIMENTO, 1997, p. 28).

Após esta incorporação, a Casas Magalhães iniciou a construção dos ramais ferroviários para realizar o escoamento da produção das Usinas São Bento e Aliança até Santo Amaro. A construção foi iniciada no ano de 1908, com um ramal ferroviário que cortaria as terras dos engenhos Jacuípe, Brotas, Barra e Nazaré. Durante a realização das obras para seus ramais particulares, seus proprietários verificaram que necessitavam trocar o maquinário por onde circulavam a cana e, para esse fim compram equipamentos da firma francesa Henry Marioli.

No ano de 1924, a empresa subsidiária Lavouras Indústrias Reunidas (LIR), amplia a capacidade produtiva das Usinas Aliança e Terra Nova para concentrar nelas o grosso da sua produção realizando para este fim novas estratégias administrativas. (CUNHA, 1995, p. 47).

Entre 1930-50, a firma S/A Magalhães já era proprietária de seis usinas dentre elas a Aliança e a São Bento. Com a aquisição das quatro maiores usinas do Recôncavo Baiano pela subsidiária Lavoura e Indústrias Reunidas, a Casa S/A Magalhães se tornou a mais importante e influente empresa na economia açucareira baiana. (BRITO, 2008, 47).

De acordo com Costa Pinto (1959),

As usinas ficaram com o controle monopolista de uma economia pouco desenvolvida e rotineira, de tal modo que secou todas as fontes de estímulo a renovação. A usina, assim, passou também para o quadro tradicional, no Recôncavo, em relação ao qual seu aparecimento, quando ocorreu, representou profunda revolução tecnológica, econômica e social (COSTA PINTO, 1959 apud BRANDÃO, 1998, p. 143).

Para manter o controle sobre o setor açucareiro, a estratégia da Casa S.A. Magalhães combinava concentração agrária, com a compra dos engenhos arruinados, com a concentração da produção industrial em grandes unidades fabris.

Na década de 1980, a Usina Aliança foi integralizada ao capital do banco Desenbanco. Essa transação requer a mudança da razão social da Usina, constituindo a Nova Aliança S/A. Após dez anos do controle acionário pelo Desenbanco, a usina passa para o controle do banco estatal, visando minimizar o passivo da empresa e elevar a sua rentabilidade.

Compreendendo que a produção de açúcar no Recôncavo é deficitária, optam pela venda de 1.563 hectares pertencentes à Usina Aliança no município de Amélia Rodrigues, distribuído entre as fazendas Jaqueira-sapé, Cabuçu, Soares,

Campo Alegre/sapé, Bolandeira e Teibada. Implantam um loteamento rural de lotes-chácaras denominado Canto Verde, com áreas à venda entre 5.000 e 103.200 metros quadrados. (SOARES,1991).

Esta nova visão adquirida após a assunção do controle acionário pelo Grupo Econômico, conduziu à decisão de diminuir a área plantada em cana-de-açúcar e elevar a rentabilidade naquelas que apresentam as melhores características de solo para a produção, ao tempo em que as áreas de menor produtividade devem passar por um processo de venda para que os solos tenham outras destinações, contribuindo pra a diminuição do passivo da empresa. Como parte desta nova estratégia econômico-financeira, a empresa propõe lotear 15. 630. 848 m² da sua propriedade para que sejam instalados lotes-chácaras, com destinação ao lazer e produção agrária, devendo estes serem comercializados a preços compatíveis com aqueles praticados na região. (SOARES, 1991, p.8).

O Grupo Econômico solicita reavaliação da empresa, cancela o registro de economia aberta e arrenda a usina para o grupo União das Indústrias Açucareiras Sociedade Limitada (UNIAL), criada nas mesmas relações de privilégios prevaletentes na história dos engenhos e usinas do Recôncavo, mas dentro das premissas do capitalismo moderno. (NASCIMENTO, 2007, p.110).

De acordo com o Laudo de Avaliação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda, no ano de 2005, o grupo União Açucareira Limitada (UNIAL), proprietário da Usina Aliança, declarou a existência de 46 propriedades na usina distribuídas entre os territórios dos municípios de Amélia Rodrigues, São Sebastião do Passé e Terra Nova,

Em Terra Nova: Mangueira, pato, barra ou bahé, alto da boa vista, felipe, areia, Bomfim, pojuca, brito, caraconha, conceição, são caetano, josé, papagaio, fazenda do meio, as fazendas: Terra Nova , Terra nova II e III, estas ocupadas pela marcha urbana.São Sebastião do Passé: martim ribeiro, grama, boa sorte, bury, fazenda meio I, indiana, mercês, mercêsII, capimirim, buranhém, Nazareth. Amélia Rodrigues: São Pedro, Bento, Pinguela, Pará, São Miguel, Miranda, lixa, Ipiranga, cazumbá, bela vista, Jacuípe, fazenda mata. (APSYS, 2005, p.77).

Nas fazendas Terra Nova II e III, a ocupação da população nas áreas pertencentes à usina ocorre de forma isolada, nas zonas de contatos entre as terras da usina e as áreas de particulares, com esparçadas habitações formadas em sua maioria por sítios.

Outra área pertencente à usina, nas margens da estrada BA-784, que liga a cidade ao distrito de Inhatá, foi invadida por populares, residentes do município, no

ano de 1990. Foram construídas casas no sistema de autoconstrução, sendo um modo de construção muito comum em todo o município. Atualmente, essa área é denominada Vila Nova e possui de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pouco mais de 100 habitações. O grupo proprietário da Usina Aliança não reconhece o direito dessas pessoas, dando-lhes o título de posse, entretanto não mais as reivindicou. (Figura 9).

Figura 9 – Área da Usina Aliança invadida, no município de Amélia Rodrigues-2016



Fonte: Goés, 2016

A Usina Aliança contabilizou um máximo de 2.000 trabalhadores, distribuídos entre as fazendas de cana e a fábrica, nos períodos de safra e 700 trabalhadores no período da entressafra, no ano de 1999, quando obteve sua produção máxima de 455.000 toneladas de cana processada.

Apesar dos esforços, não foi possível a esta pesquisadora ter acesso à documentação em contato direto com os responsáveis pelas Usinas Aliança e Itapetingui e aos arquivos da subsidiária Lavouras Indústrias Reunidas (LIR).

A Usina Aliança como uma remanescente do Recôncavo Açucareiro, em terras que pertenciam a Santo Amaro, esteve em atividade por mais de cem anos. Em constantes oscilações financeiras, desacertos, desrespeitos às leis trabalhistas e ambientais foi desativada no ano de 2015 e, por assim dizer, encerrando o ciclo açucareiro do Brasil-Colônia no Recôncavo Baiano.

Na figura 10, vemos uma imagem frontal da Usina Aliança após um ano de paralisação das suas atividades. É possível verificar que sua estrutura está

preservada e que os carros estacionados no pátio parecem demonstrar a preocupação na manutenção dos seus equipamentos e segurança patrimonial. Na parte central, mais ao fundo, vemos a chaminé de fogo morto, expressão popular utilizada quando um engenho ou usina encerra sua atividade.

Figura 10– Usina Aliança, município de Amélia Rodrigues-2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

Tal expressão foi utilizada pelo romancista José Lins do Rêgo, no período da literatura brasileira denominada regionalista que, criticava os empoderamentos das oligarquias econômicas e a manutenção das condições precárias de vida dos trabalhadores que dependiam das atividades relacionadas às produções canavieiras dos engenhos e banguês até as usinas.

Parara tudo na usina. Nem um trabalhador puxava enxada nas suas terras. Os partidos da usina, entregues ao mato e um resto de cana para moer, secando ao sol. A fábrica parada. Os mestres da fabricação já haviam saído à procura de trabalho por fora. Uma coisa mais triste ainda do que um banguê de fogo morto era uma usina de fogo morto. (RÊGO, 1980, p.219).

Menino de Engenho (1932), Doidinho (1933), Banguê (1934), Usina (1936) e Fogo Morto (1943), são obras de José Lins do Rêgo, relacionadas à história econômica do ciclo do açúcar no Nordeste do Brasil.

Desta forma, aquela estrutura outrora pioneira finda seus tempos em condição semelhante a tantas outras, em que corroborava para a derrocada das atividades produtivas nos engenhos, e assim pudessem ser liquidados e incorporados ferozmente pelas usinas.

3.2.2 CUSTOS PRIVADOS DO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E ALOCAÇÃO DE OPERÁRIOS

Para realizar o escoamento de sua produção a maioria das Usinas, dentre elas a Aliança, São Bento e Itapetingui constroem seus ramais férreos que as ligariam à rede ferroviária de Santo Amaro. Dessa forma, poderiam transportar a cana-de-açúcar, e sua produção, promovendo uma reorganização do espaço no Recôncavo, pois para Santos (1959) as usinas tinham uma atividade “para urbana” inexistente no ciclo dos engenhos que mantinham um “sistema cuja função se complementava dentro do próprio sistema.” (SANTOS,1959 apud BRANDÃO, 1998, p. 78).

A Empresa Ferroviária de Santo Amaro foi construída em 1883 indo até Bom Jardim (Teodoro Sampaio). [...] Era um ramal construído para atender aos usineiros da região [...] o primeiro trecho, até Traripe foi concluído no século XIX e só em 16/Mar/1912 inaugurou-se o restante da linha. [...] que se ligava a que vinha de Salvador pela Estação Buranhem de Água Comprida (Simões Filho), foi incorporada à Viação Ferrovia Leste Brasileiro. [...] Várias modificações e retificações de linha durante os anos 1940 ocorreram. [...] Funcionou até 1964, quando foi desativado o "Ramal Pacheco", de 3 ½ quilômetros, inclusive 1 ½ de linhas férreas na área da usina, para desvios de canas, lenha e produtos, desvio particular que saía do ramal de Catuiçara, próximo a Terra Nova, para a Usina São Bento, erradicado pela Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) retirando trilhos e agulhas.(RFFSA-Guia Geral das Estradas de Ferro do Brasil, sem paginação).

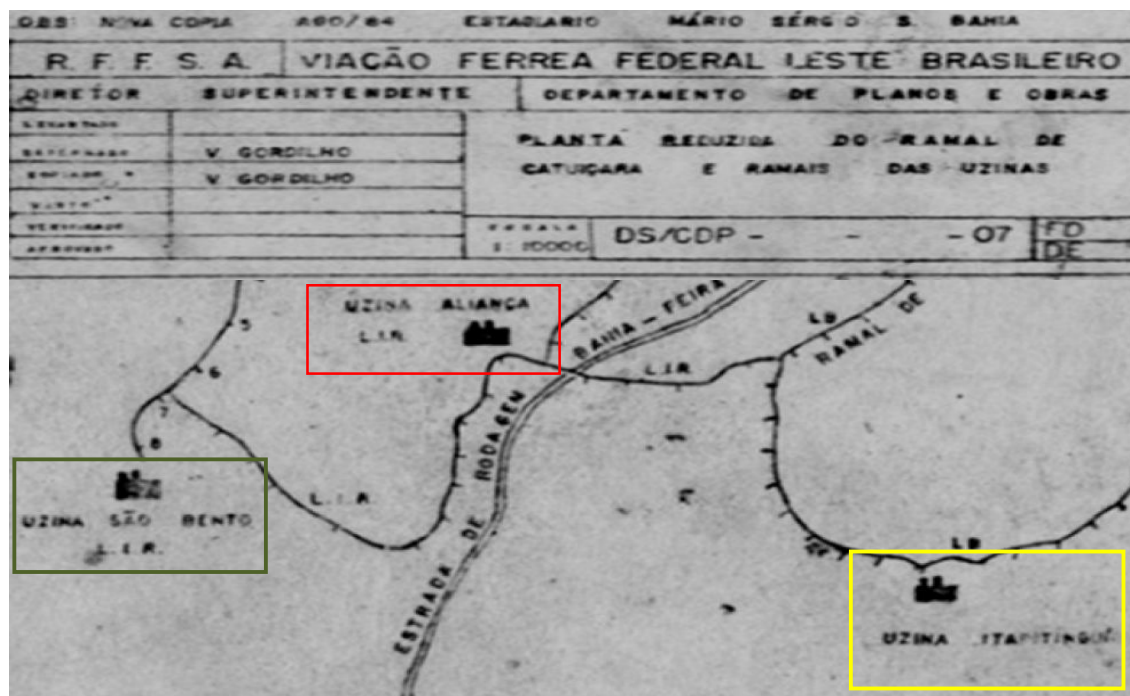
A ferrovia era constituída de dois troncos principais: um que ligava Salvador a estação de Buranhém (Simões Filho) e outro maior que ligava esta estação às de Santo Amaro e Catuiçara (Teodoro Sampaio). As usinas providenciaram um ramal particular que as ligassem à parte principal da ferrovia para realizar o escoamento mais rapidamente da produção.

Na figura 11, temos um recorte de uma planta reduzida da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro que mapeou o ramal ferroviário de Catuiçara e os ramais particulares de usinas do Recôncavo. Mediante a pouca nitidez da reprodução da figura, providenciamos uma ampliação para destacar os ramais das Usinas de São Bento com 8 km, Aliança com 10 km e Itapetingui, sem a quilometragem identificada.

O mapa é datado como sendo de 1964, ano posterior à criação do município de Amélia Rodrigues. É possível verificar na figura 11 que as usinas São Bento e

Aliança pertenciam a Lavouras Indústrias Reunidas (LIR), identificadas no mapa por sua sigla.

Figura 11- Ramais ferroviários das Usinas São Bento, Aliança e Itapetingui, no município de Amélia Rodrigues -1964



Fonte: Souza (2015, p.76). Adaptado por Nascimento, E. (2016)

Outra característica da estruturação necessária ao funcionamento das usinas são as construções de residências no entorno dessas fábricas de açúcar. Conforme Brito (2008, p.86), pareciam verdadeiras cidades com habitações ao seu redor, construídas pelos usineiros para servir de residência administrativa de alguns de seus funcionários.

Essa generosidade resultava da obrigatoriedade da legislação de proteção social, instituída pelo Instituto do Açúcar e Alcool-(AA) através do Decreto-lei 6.969 de 19 de outubro de 1944 e as residências eram concedidas para a moradia do trabalhador, de acordo a posição e o grau de importância e, para a empresa era necessário que habitassem estes espaços.

3.2.3 DESTILARIAS E DISTRIBUIDORA DE ÁLCOOL COMBUSTÍVEL COMO NEGÓCIOS URBANOS COMPLEMENTARES DA CADEIA PRODUTIVA AÇUCAREIRA NO LOCAL

O alambique, como vimos, produz por destilação do caldo da cana, a cachaça. No município de Amélia Rodrigues empregava pequeno número de trabalhadores entre 06 e 30 funcionários e obtinha a matéria-prima das Usinas São Bento até o início dos anos 50, Aliança e Itapetingui até o final da década de 1980. (Tabela 2).

Tabela 2- Alambiques no município de Amélia Rodrigues- 1922-1980

Alambique ou destilaria	Produto	Década de funcionamento
São Pedro	Aguardente	1950-70
Cachoeirinha	Aguardente	1950-65
Água Fria	Aguardente	1922-52
São Francisco	Aguardente	1950-65
Itamar	Aguardente	1958-80
Boa Esperança	Aguardente	1966-80

Fonte: Prefeitura Municipal.
Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Os alambiques estavam localizados às margens esquerda e direita da BR-324, nos dois sentidos da rodovia. No sentido Salvador a Feira de Santana, suas ruínas podem ser visualizadas após a passagem pela cidade. No sentido Feira de Santana a Salvador, suas ruínas estão localizados antes da cidade e não são facilmente visualizados.

Os alambiques São Pedro, Cachoeirinha, São Francisco e Itamar foram instalados na década de 1950, todos na área rural do atual distrito-sede e o Boa Esperança funcionou de 1966 até o ano de 1980.

Atualmente, quatro das seis estruturas resistem ao abandono e a ação do tempo. Suas ruínas estão localizados na área rural do distrito-sede, próximos a rios e encobertas por vegetação. O alambique água Fria é o mais antigo e funcionou por 30 anos entre 1922-52. (Figura 12).

Figura 12– Ruínas do Alambique Água Fria, município de Amélia Rodrigues – 2011



Fonte: Acervo Juramar Dantas

O alambique Boa Esperança que foi edificado após a emancipação municipal é o que está em melhor condição estrutural, sendo possível visualiza-lo por completo na margem direita da rodovia BR-324 no sentido Salvador a Feira de Santana. (Figura 13).

Figura 13 – Alambique Boa Esperança no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

No ano de 1981, motivado por uma demanda de mercado, a M.S Engarrafadora de aguardente foi inaugurada na região central da cidade de Amélia Rodrigues. Essa empresa pertenceu à mesma família proprietária da destilaria Boa Esperança e funcionou com 30 empregados entre motoristas, auxiliares, operadores de produção, auxiliar de limpeza e secretária. Foi uma empresa que findou suas atividades no ano de 1987 devido às dificuldades de obter a matéria-prima, diretamente das usinas, que focavam toda a produção no açúcar.

No final do ano de 1987, os proprietários da engarrafadora encerraram as atividades da empresa para a constituição de uma nova firma, denominada por Canavieira Comercial de Álcool Ameliense que se dedicou a distribuição do melaço adquirido da Usina Itapetingui para revender a empresa de Rações Primor em Feira de Santana e o álcool combustível comprado da Usina Aliança para revenda à empresa Cicabrás, no polo petroquímico em Camaçari.

A distribuidora de combustíveis de propriedade da família Souza está localizada em área residencial na parte central da cidade de Amélia Rodrigues, em região asfaltada e com acesso pela parte dos fundos à BR-324. É uma empresa que continua em atividade, no entanto, sua estrutura não foi modernizada e a matéria-prima é proveniente na atualidade de usinas sucroalcooleiras localizadas nos estados de Sergipe e Alagoas.

Observamos na figura 14, que a estrutura da distribuidora é simples, basicamente formada por um galpão que contém dois cilindros para armazenamento do álcool combustível e um pátio que comporta simultaneamente quatro caminhões tanques. O escritório, no imóvel ao lado direito do caminhão, é simples e com móveis antigos. Apesar do funcionamento há 29 anos, o local se mostra inadequado em questões de segurança, na medida em que no seu entorno há residências e não há brigada de incêndio no município, o que torna a localização, dentro da cidade perigosa para a população.

Essa distribuidora contabilizou em seu quadro funcional um total máximo de 200 empregados entre os anos de 1998-99, no auge da produção das usinas do município. Atualmente, a derrocada das produções açucareiras no município contribuiu para a redução no número de trabalhadores dessa empresa, que iniciou o ano de 2016 com um total de 12 funcionários distribuídos nas funções de secretária, motorista, ajudante de carga e descarga e agente de limpeza, reduzido, no segundo

semestre do mesmo ano para apenas três pessoas entre secretária, motorista e ajudante de carga e descarga, em regime de prestação de serviços.

Figura 14 – Distribuidora de álcool combustível no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

Na medida em que as usinas foram paralisadas, as atividades complementares sofrem efeitos colaterais. Evidenciada mediante as atividades de uma única distribuidora de álcool combustível, no município de Amélia Rodrigues que atualmente adquire o material de usinas sucroalcooleiras localizadas nos estados de Sergipe e Alagoas.

Observemos a tabela 3, ela reúne as atividades empresariais que foram introduzidas no território de Amélia Rodrigues mediante o impulso da atividade sucroalcooleira, nota-se que os tipos de empreendimentos surgiram e desapareceram no decorrer do tempo de existência das usinas.

Entre os oito unidades de empreendimentos associados às produções canavieiras, o número de empregado se relevou pouco expressivo, com o mínimo de seis e o máximo de 200 pessoas, uma absorção pouco capaz de suprir as demandas da população do município de Amélia Rodrigues, por emprego e renda.

As destilarias, a engarrafadora e a distribuidora adquiriam suas matérias-primas nas Usinas São Bento, Itapetingui e Aliança para transformar e/ou comercializar em municípios próximos, incluindo os grandes centros urbanos de Feira de Santana e Salvador. (Tabela 3).

Tabela 3 – Indústria canavieira no município de Amélia Rodrigues (exceto usinas) - 1922-2016

Tipo e data de funcionamento	Und	Emprego	Produtos	Mercado Fornecedor	Mercado Consumidor
Destilaria ou alambiques (1922-80)	06	06 a 30	Aguardente	Usinas São Bento, Aliança e Itapetingui	Comércio local e entorno
Engarrafadora (1981-1987)	01	12	Aguardente	Usina Aliança e Itapetingui	Comércio local e região
Distribuidora de álcool combustível (1988-2016)	01	12 a 200	Melaço/Álcool combustível	Usina Aliança e Itapetingui	Feira de Santana e Camaçari

Fonte: Prefeitura municipal
Elaboração: Nascimento, E. (2016)

As atividades relacionadas às produções açucareiras foram as mais importantes economicamente para o município de Amélia Rodrigues até o final do século XX. Na década de 1980, por exemplo, os estabelecimentos que mais empregavam além das usinas Itapetingui e Aliança, foram: as destilarias, a fundição São Roque, a engarrafadora de aguardente e posteriormente a distribuidora de álcool combustível. Quanto às atividades comerciais, eram em pouco número, concentradas no centro da cidade que, composto por um pequeno comércio tradicional de alimentos e alguns serviços, dependiam basicamente dos resultados da produção açucareira predominante na base econômica do município.

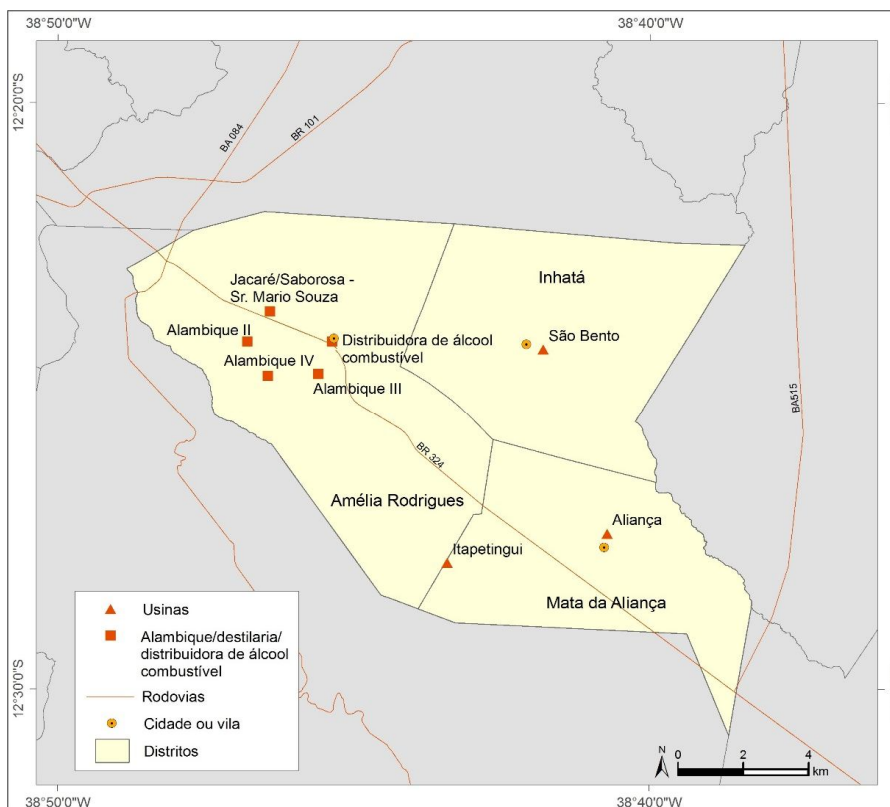
Como a Usina Aliança esteve em funcionamento até 2015, eram possíveis visitas agendadas com a gerência. Entretanto, não se tratavam de visitas realizadas por escolas e, sim, algumas pessoas liberadas para pesquisas sobre o funcionamento e estrutura fabril. Sob a indústria canavieira pesam sérias denúncias relacionadas à privação dos direitos dos trabalhadores e suas condições de vida.

Dentre as estruturas das usinas que funcionaram no município de Amélia Rodrigues, a Usina Aliança é a de melhor acesso, pois está localizada a um quilometro e meio da BR-324 seguindo por estrada não pavimentada nas terras da usina.

A figura 15 localiza as estruturas açucareiras presentes na atualidade no município de Amélia Rodrigues. Observamos que a rodovia exerce influência no processo distributivo dessas estruturas, exceto a Usina de São Bento, as usinas

Aliança e Itapetingui estão localizadas nos distritos de Inhatá e Aliança, mas em trechos próximos à BR- 324, assim como as ruínas dos alambiques ou destilarias.

Figura 15 – Localização das estruturas açucareiras no município de Amélia Rodrigues- 2016



Elaboração: Nascimento, E. (2016)

3.2.4 OUTRA PRODUÇÃO ASSOCIADA ÀS USINAS: A FUNDIÇÃO

Outra atividade que surge na Bahia associada à demanda canavieira é a fundição de ferro e outros metais. Desde o século XIX, para atender à demanda dos engenhos que necessitavam de peças que compunham as moendas, rodas d'água, prensas e depois para atender as demandas das usinas, as fundições foram constituídas para este propósito.

As primeiras foram constituídas por proprietários estrangeiros e estavam localizadas na Cidade do Salvador. No total de oito, apenas uma estava localizada no Recôncavo no ano de 1872, na cidade de Santo Amaro. (NASCIMENTO, 1997, p. 55).

No município de Amélia Rodrigues a fundição São Roque foi instalada no distrito-sede, quando ainda era denominado por Traripe, no ano de 1956. Fabricava

peças em ferro, bronze e alumínio para atender às demandas das Usinas Itapetingui e Aliança, pois a Usina de São Bento já havia sido paralisada em 1954. Reúne um quadro funcional composto por 70 a 120 trabalhadores, em sua maioria residente no próprio município.

A figura 16 destaca a fachada principal da Fundação São Roque, às margens da BR-324. Possui um galpão com um acesso principal e dois secundários. Está localizado em uma área residencial cuja população convive com os resíduos lançados no ar durante o processo de fabricação de suas peças. (Figura 16).

Figura 16- Fundação São Roque, município de Amélia Rodrigues- 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

Com a decadência das atividades canavieiras no município, os proprietários da Fundação São Roque redirecionaram seus negócios e investiram em novas linhas de produção voltadas para a construção civil, indústria e jardinagem. De acordo com os gestores, o novo perfil da fundição contribui na atração de novos contratos, permitindo a realização de serviços para as empresas como a Embasa, Petrobrás, Odebrecht, OAS, Donalisa e LMarquezo.

3.3 A IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR DE AMÉLIA RODRIGUES NO CENÁRIO BAIANO

Sendo a usina a representação na contemporaneidade da tradicional atividade agrícola do Brasil-Colônia, a mesma é considerada como a primeira manifestação pré-industrial conhecida no território colonial brasileiro (NASCIMENTO, 1997, p. 21).

A usina, como expressão do aperfeiçoamento das produções açucareiras difere, contudo, dos engenhos no aperfeiçoamento técnico e na concentração de grandes extensões de terra em seu processo produtivo. Feito conseguido mediante a fusão de capitais outros que redundou num sentido de monopolização deste mercado. Essa característica,

tende para se garantir um mínimo de colheita, a dispensar o intermediário, o fornecedor de cana e a cultivar as próprias lavouras, completando, com as safras adquiridas a particulares, as deficiências de suas culturas. A sua capacidade de produção, suscetível de se desenvolver e de se aperfeiçoar constantemente, pela técnica e racionalização do trabalho: uma tonelada de cana pode render na usina 120 quilos de açúcar, a qualidade superior de seus produtos, - o açúcar cristal, refinado, - e as suas possibilidades quase ilimitadas de expansão, mostram que as grandes usinas acabarão pela concorrência por absorver os banguês e os pequenos engenhos a vapor. (AZEVEDO, 1950. p.62).

Aliado a alguns fatores de ordem macroeconômica, a capacidade em diversificar produção, a busca por inovações tecnológicas e o amparo paternalista do governo perante os argumentos dos usineiros, contribuem para o aumento na participação de seus produtos no mercado consumidor e na sobrevivência empresarial de algumas usinas.

O aumento mundial no preço do petróleo na década de 1990 contribuiu para que no Brasil, as ações governamentais articulassem um aumento no percentual do álcool combustível e na gasolina no intuito de promover redirecionamentos na produção pelas usinas e expectativa de ampliação na área de plantio da cana-de-açúcar, para atender a nova demanda do mercado por este produto no período de 1993-94. Associado a este fator, ocorre melhora no desempenho das exportações de açúcar que refletem no faturamento obtido pelas usinas.

Neste contexto, as Usinas Aliança e Itapetingui também se beneficiam posicionando o município de Amélia Rodrigues entre os maiores produtores açucareiros no Estado da Bahia. De acordo com o IBGE no ano de 1990, foram colhidos no município 5.308 hectares que correspondem a 7% da lavoura colhida de cana-de-açúcar em todo o território baiano, colocando-o na quarta posição entre os principais produtores do estado com 238.860 toneladas de cana processada.

Os municípios de Terra Nova, Santo Amaro e Juazeiro colheram e produziram mais que Amélia Rodrigues no referido ano. Juazeiro, com irrigação,

despontou como grande produtor demonstrando a mobilidade geográfica da cana para o sertão, área outrora considerada improvável ao seu cultivo em larga escala. Contudo, em 1995 o município de Amélia Rodrigues despontou como segundo maior produtor no Estado por tonelada de cana.

Dados do IBGE revelam que entre os anos de 1995 e 1999, as usinas Aliança e Itapetingui produziram 454.000 toneladas de cana e suas plantações chegam a ocupar 90,80 km² do total da área territorial do município que é de 173,48 km², ou seja, 51% das terras do município ocupadas com a lavoura da cana, o que revela uma grande concentração de terras como fator desse dinamismo local da produção açucareira no cenário baiano. (Tabela 4).

Tabela 4 – Dez maiores municípios produtores de cana-de-açúcar do Estado da Bahia - 1990

Municípios	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)
Santo Amaro	8.145	366.525
Juazeiro	6.992	503.424
Terra Nova	6.827	307.215
Amélia Rodrigues	5.308	238.860
São Sebastião do Passé	4.170	208.236
Santa Cruz Cabrália	3.500	136.500
Cachoeira	2.130	138.450
Barreiras	1.934	82.692
Caetité	1.797	57.863
Porto Seguro	1.700	66.300

Fonte: IBGE ([1990]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Contudo, no início dos anos 2000, a produção de Amélia Rodrigues diminui consideravelmente sua importância, passando para a décima segunda posição no *ranking* baiano dos produtores da cana-de-açúcar com apenas 2.000 hectares de área colhida e plantada, com significativa queda de produção por tonelada. O ano de 2001 registra a maior retração da produção da cana em área plantada com 1.240 hectares e quantidade produzida com menos de 50.000 toneladas.

É neste período que a Usina Itapetingui encerra suas atividades e seus canaviais são arrendados para a usina Aliança. Isto, por sua vez, veio significar uma

concentração monopolizadora de toda cadeia produtiva do açúcar e álcool no Recôncavo. Nesta condição Brito (2008) afirma que,

O que é relevante frisar é que a área de produção canavieira restringiu-se aos atuais municípios de Amélia Rodrigues, que produz sozinho 76% (541.110t), e Santo Amaro, com mais 24% (172.587t), cuja produção é processada por apenas uma grande usina de açúcar – a Aliança, localizada em Santo Amaro; as terras de outras duas usinas (Paranaguá (Santo Amaro) e Itapetingui (Amélia Rodrigues), paralisadas em 2000 e 2001, respectivamente, cumprem a função de fornecimento de cana-de-açúcar àquela usina. Nos demais municípios da mesma área onde havia usinas, as quais foram desativadas há mais tempo, suas terras, entre 20% e 46% dos estabelecimentos agropecuários, são utilizadas para criação de gado semi-extensiva. (BRITO, 2008, p. 173).

No ano de 2002, a Usina Aliança colhe 4.792 hectares, processa 191.680 toneladas de cana e mantém o município como o 4º maior produtor do Estado, ficando em terceira posição num conjunto em que Juazeiro manteve-se em primeiro lugar, colhendo 13.528 hectares e processando 1.199.452 toneladas de cana. (Tabela 5).

Tabela 5 – Dez maiores municípios produtores de cana-de-açúcar do Estado da Bahia - 2002

Municípios	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)
Juazeiro	13.528	1.199.452
Mucuri	5.160	288.960
Caravelas	5.030	231.380
Amélia Rodrigues	4.792	191.680
Eunápolis	3.140	157.000
Terra Nova	2.846	113.840
Medeiros Neto	2.310	129.360
Cocos	2.250	135.000
Santo Amaro	2.241	90.424
Cachoeira	2.200	132.000

Fonte: IBGE ([2002]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Entre 2003 e 2007, o município segue com um quadro de estagnação produtiva com pouca variação tanto no total da área plantada, em média 4.500 hectares quanto na quantidade produzida de 200.000 toneladas. A colheita e o processamento em toneladas decaem entre os anos de 2008 a 2011, retornando entre 2012 e 2014 ao desempenho médio que registrou após 2001.

Podemos afirmar que Terra Nova e Amélia Rodrigues são municípios onde a lavoura é processada pela Usina Aliança. Por este ponto de vista, os dois municípios somam 11.000 hectares de área colhida, área maior que Mucuri com 9.300 hectares colhidos. No ano de 2014, o município de Amélia Rodrigues passa para a sexta posição entre os maiores produtores, com área colhida de 4.500 hectares e quantidade produzida de 180.000 t de cana, demonstrando a diminuição da importância deste município como grande produtor baiano, numa clara evidência da derrocada de suas produções. Com isso, a produção do município de Juazeiro supera em sete vezes sua produção (Tabela 6).

Tabela 6 – Dez maiores municípios produtores de cana-de-açúcar do Estado da Bahia - 2014

Municípios	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)
Juazeiro	16.383	1.408.938
Ibirapuã	14.700	1.029.000
Medeiros Neto	11.365	681.900
Mucuri	9.300	511.500
Terra Nova	6.500	260.000
Amélia Rodrigues	4.500	180.000
Eunápolis	3.600	190.800
Lajedão	3.390	203.400
Barra	3.150	34.650
Angical	3.100	155.000

Fonte: IBGE ([2014]).

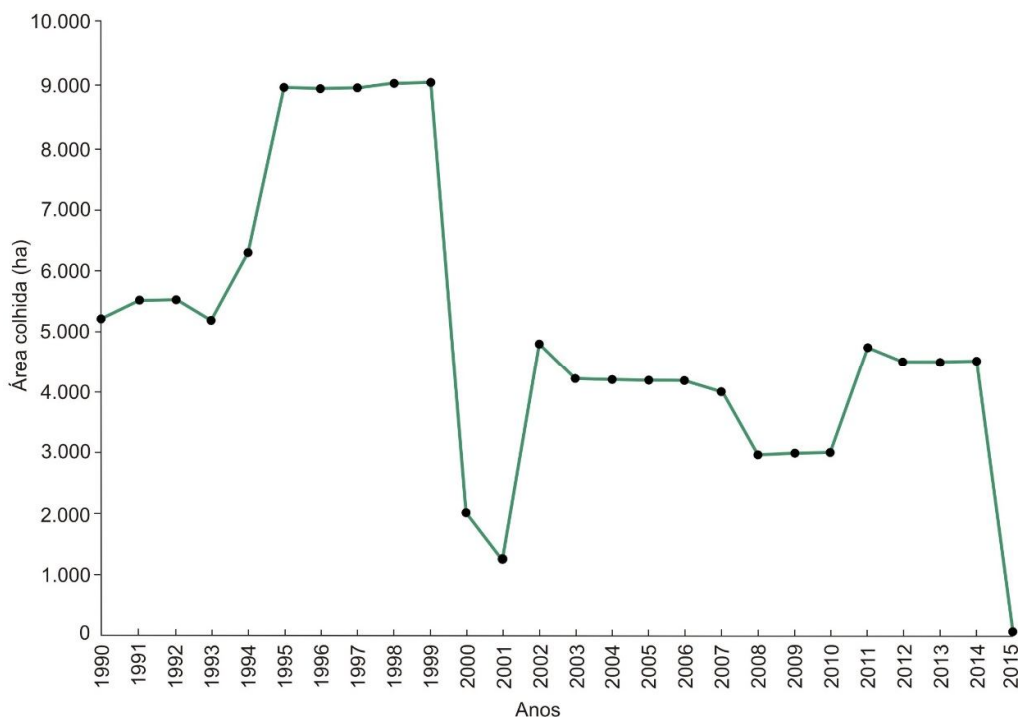
Elaboração: Nascimento, E. (2016)

No gráfico 1, verificamos o desempenho da área colhida da cana-de-açúcar no município de Amélia Rodrigues. Assim, se percebe que, a área colhida é em média de 4.000 hectares. No município, a maior colheita foi entre as safras dos anos de 1995 e 1999, quando a área colhida foi de 9.000 hectares, o que representa dados significativos na sua produção, com reflexos na sua classificação entre os produtores açucareiros no Estado da Bahia.

Nos anos de 2000 e 2001 as Usinas Itapetingui e Aliança registram seus piores desempenhos comerciais, tanto em área colhida, quanto em quantidade produzida que certamente, associados a outros fatores, culminam no encerramento das atividades da Usina Itapetingui no ano de 2001.

Dessa forma, a Usina Aliança segue produzindo até 2015 quando registra seu pior desempenho, com produção inferior a 1.000 toneladas de cana, evidenciando à sua paralisação.

Gráfico 1 – Área colhida (ha) de cana-de-açúcar no município de Amélia Rodrigues - 1990-2015

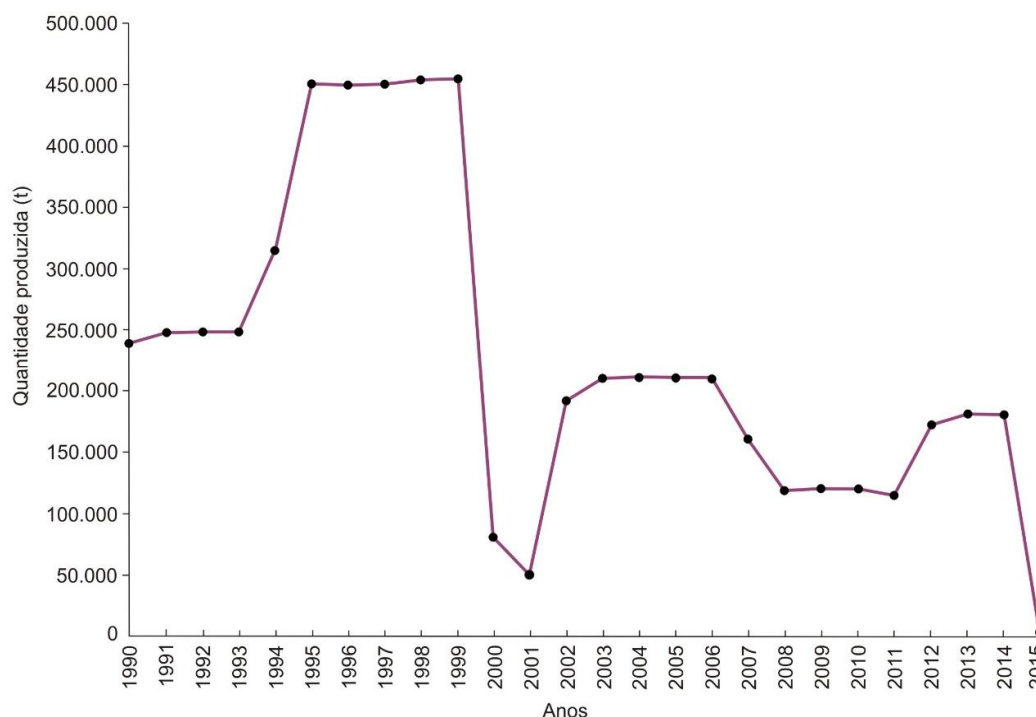


Fonte: IBGE ([2015]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

No efeito comparativo, observamos que a quantidade produzida está diretamente relacionada à área colhida. Percebemos que em média as usinas no município processavam anualmente uma média de pouco menos de 200.000 toneladas de cana. O ápice da produção ocorreu no período de 1995-99, quando as Usinas de Itapetingui e Aliança dobraram a capacidade produtiva para pouco mais de 450.000 toneladas. Nos anos de 2000-01 verificamos expressiva retração, com diminuição da quantidade processada para uma média de 50.000 toneladas. No período entre 2003-2014 a quantidade processada fica entre 200.000 e 100.000 toneladas. O ano de 2015 marca o declínio da produção no município com o registro inexpressivo na quantidade processada, revelando o ano da paralisação da Usina Aliança, última em atividade na área que correspondia ao histórico Recôncavo Açucareiro. (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Quantidade produzida (t) de cana-de-açúcar no município de Amélia Rodrigues - 1990-2015



Fonte: IBGE ([2015]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Vários fatores contribuem para a derrocada da atividade açucareira no Recôncavo Baiano dentre eles o baixo investimento em modernização de técnicas de plantio, colheita e produção, o agravamento das condições de trafegabilidade das vias de comunicação em solo massapê, variações climáticas, precariedade dos meios de transportes, oscilação no preço do produto, escassez de mão de obra, técnicas arcaicas do plantio à produção. (ARAÚJO, 2002, p.47).

Todos os fatores apontados por Araújo (2002) se aplicam às condições nas quais se encontravam as usinas localizadas no município de Amélia Rodrigues. A modernização e a tecnologia que chegam ao meio rural impõem mudanças nas práticas canaveiras do plantio à produção.

Como a rentabilidade da produção açucareira oscila em função das demandas do mercado externo, a produtividade e saúde financeira destas empresas dependem dos investimentos em novas tecnologias e mudanças empresariais que atendam as novas demanda do capital.

Outros fatores também contribuem para empurrar a cana para fora do Recôncavo tais como a fusão, aquisição, fechamento de unidades, a baixa

produtividade do solo e ações na justiça do trabalho. Nessas condições, a usina foi diminuindo sua atividade até cessar a função inovadora e pioneira que teve no sistema e no meio social do Recôncavo. (PINTO 1959 apud BRANDÃO,1998, p. 143).

O município de Amélia Rodrigues aparece, até o ano de 2014, na sexta colocação entre os maiores produtores de cana no estado, entretanto, no ano de 2015 sua posição cai vertiginosamente para a 159ª posição, reflexo de uma produção de menos de 10 hectares de área colhida e de menos de 10.000 toneladas de cana processada.

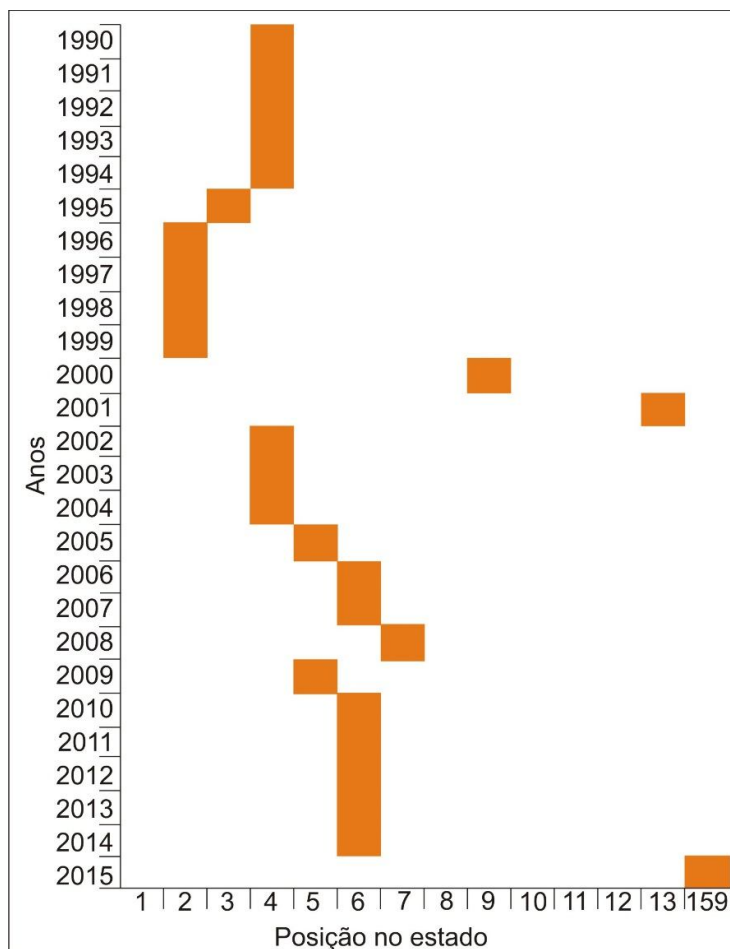
Observando o gráfico 3, se percebe que, na década dos anos de 1990, a produção do açúcar no município, foi mantida entre a segunda e a quinta posição. Conforme Chagas (2008), os mercados de álcool combustíveis são liberados pelo governo federal que permite que a regulação do preço seja determinada pela lei da oferta e procura nos mercados, com isso as usinas redirecionam suas produções para atender a possível demanda do mercado. Os sucessivos aumentos internacionais no preço do petróleo contribuem nessa retomada de produção pelas usinas. “Nesse momento o Recôncavo Baiano retoma o plantio e produção, expande áreas plantadas.” (CHAGAS, 2008, p. 109).

Essa retomada refletiu no período de maior produção pelas Usinas Itapetingui e Aliança entre os anos de 1995 e 1999, com 400.000 toneladas de cana processada. Essa quantidade é equivalente ao dobro da média da produção que as usinas registraram no período de 1990 a 2016.

No entanto, a tentativa de recuperação financeira das usinas no município não se efetiva, mediante o resultado da produção nos anos de 2000 e 2001, que retrata uma forte retração com declínio na produção, decaindo de 400.000 toneladas de cana processada em 1999, para menos de 50.000 no ano de 2001, quanto a Usina Itapetingui encerraria suas atividades, passando a fornecer a cana para a Usina do grupo UNIAL.

Nos anos de 2002 a 2004 o município ocupa a quarta posição e permanece na sexta até o ano de 2014. No ano seguinte, 2015, a Usina Aliança paralisa suas atividades, e o IBGE registra que o município figura na 159ª posição entre os produtores de cana-de-açúcar no Estado da Bahia.

Gráfico 3 – Posição do município de Amélia Rodrigues com relação aos outros municípios produtores de cana-de-açúcar no Estado da Bahia, por área colhida (ha) - 1990/2014



Fonte: SIDRA ([2014]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Os municípios de Terra Nova, São Sebastião, Amélia Rodrigues e Santo Amaro não dispõem, conforme Chagas (2008), de terras disponíveis para produção em larga escala, como decorrência, entre outros fatores, da dificuldade em inserir novas tecnologias no processo de corte e plantio, assim como, ao relevo local e ao solo de massapê, o que inviabiliza adubação, manutenção ou colheita em meses chuvosos.

A concorrência com regiões onde o custo de produção e de logística é menor é outro fator agravante das condições das produções açucareiras no Recôncavo. Além disso, nas novas áreas fora deste Recôncavo, há uma menor necessidade de

mão de obra contribuindo, para a movimentação do capital para fora do Recôncavo Açucareiro. (CHAGAS, 2008).

Os interesses capitalistas que detém o poder de decidir sobre a localização e as atividades produtivas do setor sucroalcooleiro não estão voltados ao Recôncavo açucareiro, pois seguem as demandas e ajustes do próprio mercado. Tais demandas não possuem qualquer relação com as perspectivas locais tanto dos trabalhadores quanto dos gestores municipais que devem procurar alternativas para reescrever a história do local em que residem. (CHAGAS, 2008, p. 62).

Quanto à movimentação da zona de cultivo da cana ocorre que esta sai do solo massapê, do histórico Recôncavo açucareiro e segue em direção ao sertão. Atualmente, as principais plantações da lavoura da cana estão localizadas em latossolos devido ao seu elevado potencial agrícola.

Na Bahia, se destaca a produção neste tipo de solo no município de Juazeiro, na região do vale do rio São Francisco. Lá, a Usina Mandacaru produz mais de 30 milhões de litro de álcool combustível ao ano e responde atualmente por 20% do consumo de açúcar do Estado.

Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no Vale do São Francisco, durante o ano de 2015, foram registrados índices pluviométricos de 210 mm, pouco para a necessidade hídrica de 1.300 mm anuais da cana-de-açúcar. Entretanto, como o canavial é 100% irrigado, a produção e a produtividade são pouco influenciadas pelas chuvas que ocorrem na região, o que garante maior independência da cultura com relação aos índices pluviométricos.

Outras áreas onde estão sendo introduzida a lavoura da cana são o oeste baiano, em regiões do cerrado e o sul da Bahia onde há duas modernas usinas de açúcar: Santa Cruz, em Cabália e, Santa Maria em Medeiros Neto. (NASCIMENTO, 1997, p. 108).

3.4 FORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES

De acordo com as referências historiográficas e documentais, a ocupação efetiva do espaço em que se institui a população municipal de Amélia Rodrigues se relaciona com os processos da colonização portuguesa no Recôncavo Baiano e,

associada aos interesses de implantação de engenhos e canaviais dos senhores de Santo Amaro da Purificação, nos remetem às narrativas de origens dos núcleos populacionais que se formaram nas proximidades dos engenhos Inhatá e Mata, assim como da localidade Marucá, às margens do trecho da Estrada das Boiadas que recortava a sesmaria dos irmãos Vaz, doada aos beneditinos.

Coube à instituição religiosa dar início ao povoamento do lugar, com a construção de um engenho de moer cana, uma capela e um pequeno convento, formando um núcleo posteriormente conhecido como Inhatá. [...] Antes, porém, entre 1702 e 1703, um devoto de Nossa Senhora construiu uma casa em sua homenagem, no local conhecido como Marucá. [...] O arraial da Lapa se formou como entreposto comercial, parada obrigatória dos tropeiros que conduziam as boiadas, supriam os engenhos de cereais e transportavam o açúcar para o sertão. (PREFEITURA MUNICIPAL, 1988, p. 13-14).

Nos espaços das paróquias e engenhos de Santo Amaro vieram surgindo comunidades dedicadas aos trabalhos de apoio das produções açucareiras que, no século XX, se constituíram como distritos que, enfim, formaram o município de Amélia Rodrigues, ao lado de outros, que por sua vez, formaram os municípios de Conceição do Jacuípe, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Ou seja, dos 14 distritos que formavam Santo Amaro, 12 se repartiram em quatro novas unidades, formando novos municípios.

Precisamos considerar, ainda, que esta cisão ou onda emancipatória, contextualizada numa reorientação da economia do Recôncavo em que se priorizavam os processos de industrialização voltados para a exploração do petróleo, impactou no mundo das usinas, significando um determinante êxodo rural que nos faz pensar numa inversão de valores sobre a caracterização populacional da velha Santo Amaro em seus traços rurais.

Interessa-nos, portanto, demonstrar essa caracterização rural paradoxal do município de Amélia Rodrigues, já que as localizações de Inhatá e Mata da Aliança estiveram sempre relacionadas a espaços de engenhos, canaviais e usinas, mas a localidade de Marucá ou Lapa, que veio a tornar-se distrito de Traripe e mais tarde distrito-sede municipal, tenha desde sempre se articulado muito mais como espaço de práticas comerciais e de prestação de serviços. Por outro lado, ainda, todos esses distritos, embora vistos como associados às usinas de Santo Amaro em seu passado foram reputados como importantes núcleos urbanos do Recôncavo.

Milton Santos traduz o Recôncavo Baiano de meados do século XX como uma região de vida urbana notável e que reúne os maiores índices de densidades rurais do Estado da Bahia. Destaca que, no município de Santo Amaro, a atividade açucareira promoveu aglomerações humanas com mais de 1.000 habitantes no entorno de suas numerosas usinas, o que justifica a superioridade rural dentre os seus 14 núcleos populacionais. (SANTOS,1959 apud BRANDÃO, 1998, p. 66).

Os agrupamentos populacionais faziam uso da estrada das boiadas para aquisição de bens e serviços, inicialmente com os municípios de Santo Amaro e Salvador. Entretanto, mudanças no predomínio dos principais meios de transportes que ligam o litoral (Salvador) ao sertão (interior) da Bahia ampliam as relações destas populações com outros municípios, especialmente Feira de Santana. Poppino (1968, p. 68), explica que as estradas carroçáveis, apesar da expressão estradas, foram na verdade caminhos de passagem do gado, de outros animais e de cargas.

Entre 1917 e 1928 o governo baiano iniciou a execução da rede estadual de estradas para veículos tendo a estrada que liga Salvador à Feira de Santana com as demais áreas da Bahia o seu elo mais importante. Para as localidades de Inhatá, Traripe e Mata da Aliança a construção da rodovia representa a principal mudança nas relações de dependência que as ligam ao município de Santo Amaro.

As estradas de rodagem contribuíram para a crescente importância das cidades próximas de Feira de Santana e Alagoinhas, que por essas novas vias encurtaram o tempo de percurso de escoamento das suas produções até então realizado pela integração entre as estradas das boiadas, as ferrovias e as hidrovias tradicionais – Baía de Todos os Santos e as bacias do Paraguaçu e do Subaé – Assim, as estradas se tornam co-responsáveis pela mudança na hierarquia urbana no Estado da Bahia. (SANTOS,1959 apud BRANDÃO, 1998, p. 79).

A nova rodovia representa uma nova via de ligação direta entre os distritos de Inhatá, Mata da Aliança e Traripe com Feira de Santana que despontava no século XX como centro polarizador e concentrador de muitas atividades produtivas no interior do Estado e exerceu significativa atração das populações circunvizinhas ao consumo.

A rodovia retira das estradas de ferro e hidrovias o peso que tinham como principais meios de escoamento e comunicação no Recôncavo da Bahia e, assim,

as “usinas e vilas são cada vez menos dependentes de Santo Amaro, que se enfraquece”. (SANTOS,1959 apud BRANDÃO, 1998, p. 83).

um movimento pela emancipação [...] defendeu na Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Purificação, o desmembramento dessas terras de localização das principais usinas e alambiques, onde se desenvolveu um comércio que acompanhou a Rodovia BR-324 em sua construção [...]. Enfim, a população dos distritos ia crescendo [...] com o progresso crescente foram criadas as coletorias: federal, estadual e itinerante; a fiscalização aduaneira e a fiscalização da prefeitura de Santo Amaro [...] uma grande fonte de receita para o município de Santo Amaro [...] não havia nenhum retorno no que tange à área social, saúde e educação, ficando à mercê da política administrativa de Santo Amaro. (SOUZA, A. 2008, p. 144).

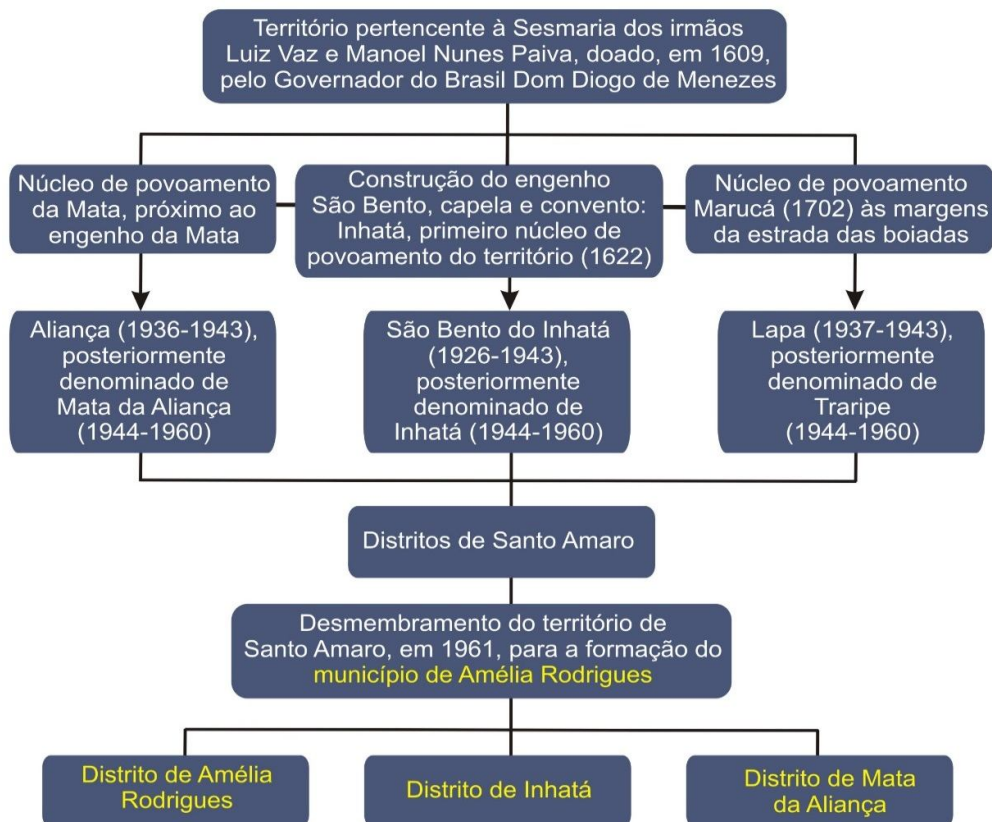
A Lei Estadual nº 1.533 do dia 20 de outubro de 1961, oficializa o desmembramento destas terras pertencentes ao município de Santo Amaro para constituírem o novo município baiano denominado Amélia Rodrigues. Este é formado pelos distritos de Inhatá, Mata da Aliança e Amélia Rodrigues, seu distrito-sede.

Amélia Rodrigues escritora, professora e poetisa teve uma passagem breve no território do município que leva seu nome. Iniciou seus trabalhos enquanto educadora na localidade da Lapa como nos diz Passos (2005),

são poucas as informações conseguidas sobre [...] a educadora e escritora Amélia Rodrigues. Sabe-se que ela nasceu no dia 26 de maio do ano de 1861, na Fazenda Oliveira dos Campinhos, município de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano. [...]. Começou a ensinar no então Arraial da Lapa [...] transferindo-se para Salvador no ano de 1891. [...] Faleceu no ano de 1926, no bairro do Tororó na cidade de Salvador sem honras nem recursos. (PASSOS, 2005, p.13-14 e 29-30).

A figura 17 sintetiza o percurso formativo do município de Amélia Rodrigues como sesmaria, distritos de Santo Amaro até a emancipação político-administrativa para a formação do seu território.

Figura 17 – Evolução da configuração territorial do município de Amélia Rodrigues



Fonte: IBGE ([2016]).
Elaboração: Nascimento, E.

Assim, percebemos que para a formação territorial do município de Amélia Rodrigues as atividades produtivas relacionadas à lavoura da cana-de-açúcar impactaram num primeiro momento para a formação de núcleos de povoamento nos entorno dessas atividades.

No segundo momento, destacamos a construção da rodovia BR-324 que preservando o trecho que cortava o distrito de Traripe favoreceu os deslocamentos desta e das populações que residiam nos distritos de Inhatá e Mata da Aliança em contato direto com os dois mais importantes centros urbanos da Bahia, Feira de Santana e Salvador, contribuindo para uma autonomia que culmina no processo político-administrativo emancipatório desses distritos de Santo Amaro para a formação do município de Amélia Rodrigues.

3.5 MEMÓRIAS DAS PRODUÇÕES AÇUCAREIRAS NUM TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

Das relações estabelecidas do combate entre as forças produtivas e produtoras emergem sociedades, que no decorrer do tempo detêm a capacidade de se renovar sobre as marcas da sua história. Por isso, cada sociedade é singular e plural simultaneamente. Há as que evoluem a partir do desaparecimento das primeiras e aquelas que renascem, repaginando sua trajetória. (HAESBAERT, 1996, p. 441).

As marcas materiais ou imateriais provêm do uso que é dado ao espaço no decorrer da formação de um território. As heranças coloniais relacionadas às produções açucareiras são marcadas pela prática da injustiça social, expressa nas condições impostas ao trabalhador, num primeiro momento escravizado e num segundo momento livre na condição de assalariado.

As marcas açucareiras também se revelam na negação do direito à terra representada pela prática do latifúndio e na negação do direito a um meio ambiente saudável, quando produz secularmente danos ambientais através do uso de práticas agrárias arcaicas como a queimada para a retirada da palha da cana e lançamento de vinhaça nos cursos d'água próximos das estruturas produtivas existentes em todo o processo produtivo relacionado à introdução da lavoura da cana-de-açúcar que culmina na formação de um território.

Assim, são necessárias leituras das suas construções no espaço e no tempo, para que haja uma coerente compreensão de como se processam as funções sociais e de que forma elas se materializam na organização espacial de um território.

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial. (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Os laços que marcam a história do município e da população de Amélia Rodrigues com o Recôncavo Açucareiro são, na modernidade, depreendidos do legado reunidos em suas estruturas-símbolos e que constroem a sua territorialidade,

expressos principalmente em suas práticas culturais, como a visitação ao milagre de São Roque, nas terras da usina Itapetingui e de festas folclóricas.

Para Pedrão (2007, p.5), a identidade do Recôncavo Baiano é única no Estado da Bahia, por que considera como único caso em que as pessoas são conscientes de serem partes de uma região e não de uma localidade ou de um município sendo assim, expressa a sua territorialidade.

Quando os atores sociais valorizam a identidade dada pelo patrimônio natural e cultural, expressam afirmações através das relações sociais existentes e constroem a sua identidade. (SILVA, 2011, p. 403).

Para Raffestin (1993),

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN,1993, p.158).

Neste Recôncavo, as manifestações populares expressam a territorialidade do lugar e coexistem lado a lado com seu patrimônio material, pois para Matos (1975),

As festas tradicionais peculiares dos Engenhos do Recôncavo, com as safras opulentas, inaugurando as moagens, nas festas memoráveis, acompanhadas de missa em que se bendizia todo o Engenho, sobrado e Canaviais, assinalava de maneira brilhante este período imorredouro da história da Bahia. (MATOS, 1975, p. 24).

No município de Amélia Rodrigues os festejos relacionados ao Milagre de São Roque são os que melhor exprimem esta relação, pois remetem às tradições da Usina Itapetingui, quando no período da safra e moagens executavam rituais religiosos de benções da lavoura e da fábrica.

Nas terras da Usina Itapetingui, de acordo com a Secretaria de Cultura do município, se realiza anualmente no mês de agosto a romaria ao “milagre de São Roque”, festa tradicional no município que é iniciada pelo pároco da cidade, com missa na pequena capela dedicada ao Santo Católico, São Roque, dentro das terras da falida usina. Ao que se sabe, este ritual não era realizado pelos proprietários da usina, no entanto, era permitida sua realização. No ritual a população se desloca para uma área onde a água aflora em gotejamento em um paredão de uma formação rochosa.

Para a população é um sinal de bênção do Santo Católico São Roque, padroeiro da Usina que mantém a capela construída no início do século XX em sinal da devoção dos seus proprietários ao santo. A romaria ocorre organizada por comunidades católicas e do culto afro que residem nos distritos do município e em terras das usinas. (Figura 18).

Figura 18 – Romaria ao milagre de São Roque, Usina Itapetingui, no município de Amélia Rodrigues – 2015



Fonte: Prefeitura Municipal. (2015)

No decorrer da pesquisa, na Secretaria de Cultura, obtivemos a informação de que a prefeitura auxilia na manutenção da estrada vicinal, na segurança e iluminação durante os dias em que ocorre a romaria ao local e não informou sobre o custo orçamentário para a manutenção desse suporte durante a realização do evento.

O fluxo de visitantes diminuiu com a paralisação das atividades da usina Itapetingui no ano de 2001. Este esvaziamento tem se intensificado na medida em que aumentam os índices da violência em todo o município de Amélia Rodrigues. Apesar disto, sua população se apropria do chão e o sentimento de pertencimento lhes é próprio e se materializa através dos rituais e promessas ano a ano renovadas.

A presença de ruínas de alambiques e usinas configura as marcas materiais do legado açucareiro nesse território, no entanto, não há nenhuma ação da prefeitura que incentive e preserve tal patrimônio no município. Como justificativa para o descompromisso dos gestores com o legado material no município está a afirmação de que se tratam de estruturas que pertencem a particulares e que não

houve até o momento nenhum projeto quer seja do gestor quer seja da Câmara Municipal em salvaguardar estas estruturas como parte importante da memória local.

As práticas e subjetividades construídas no convívio social do universo canavieiro no município de Amélia Rodrigues se revelam em discursos que as tornam amplas, ricas em significados e repercussões demonstrando as percepções que a população tem do território que habita.

Desde o lento fechamento das usinas a partir da década de 1950, significativas e silenciosas mudanças vem traçando novas geografias e paisagens do Recôncavo [...] de tudo que se possa dizer sobre o Recôncavo, restam as memórias de uma condição primordial do Brasil e o paralelismo de olhares de suas tradições. (SOUZA, 2015, p. 17).

Todavia, o descaso e descuido com o patrimônio histórico municipal é um exemplo da destruição gradativa da memória histórico e cultural nessa população. No município de Amélia Rodrigues parte dessa herança histórica está abandonada, depredada ou foi descaracterizada. (Figura 19).

Figura 19 – Patrimônio histórico do Recôncavo Açucareiro no município de Amélia Rodrigues – 2016



Capela na Usina Aliança



Capela na Usina Itapetingui



Locomotiva da Usina Itapetingui



Tijolo com brasão da Usina São Bento

Fonte: Acervo de José Zeferino (1995); Acervo de Juramar Dantas (2011)

Ainda é oportuno questionar se o território de Amélia Rodrigues, como último lugar de usina, concretamente existente nesse espaço e que, mesmo não sendo mais identificado como Recôncavo, inscrevesse na geografia dos canaviais do massapê, constituiria, na atualidade, um lugar de emergência dessas memórias do Recôncavo açucareiro, considerando-se as possibilidades de conflitos das experiências históricas de subalternização dos trabalhadores relacionados, direta e indiretamente, com as práticas de produção dos engenhos e usinas. (SOUZA, 2015, p. 34).

Desde o ano de 2011, o governo da Bahia oficializou uma nova classificação para fins de planejamento territorial e com esta medida o município de Amélia Rodrigues passa a integrar o território de Identidade denominado Portal do Sertão, polarizado por Feira de Santana. Para a tomada de decisão foram levados em consideração alguns aspectos de relacionamento entre a população dos lugares. Com isso se verifica, que as relações estabelecidas por sua população com as produções açucareiras, estão sendo desprezadas por sua população revelando novos interesses, principalmente se relacionarmos aos contatos estabelecidos com o município de Feira de Santana.

Esta relação influencia na integração do município no contexto da Região Metropolitana de Feira de Santana e é discutida no capítulo quatro. Entretanto, esta relação não pode ser entendida como o processo que desqualifica ou descaracteriza a história do município com relação ao Recôncavo Açucareiro.

Ao contrário, deve-se partir dela para entender a sua formação nas diferentes dimensões estabelecidas mediante as relações que seus atores sociais estabelecem com o espaço na produção do seu território.

4 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES

No quarto capítulo, abordam-se as informações sobre a organização territorial de Amélia Rodrigues, mediante sua localização no corredor rodoviário da BR-324 que influencia os deslocamentos diários da sua população. Apresentam-se dados pesquisados referentes às repercussões demográficas associadas às produções açucareiras, sua ascensão e declínio. Além de destacarem-se as recentes iniciativas no setor industrial e de serviços instalados às margens da rodovia e do distrito-sede, no centro da cidade e na área rural, objetivando uma integração econômica no contexto das Regiões Metropolitanas de Feira de Santana e Salvador.

4.1 REPERCUSSÕES DEMOGRÁFICAS DAS MUDANÇAS ECONÔMICAS EM AMÉLIA RODRIGUES

Para que possamos entender a dinâmica demográfica do município de Amélia Rodrigues é necessário analisar o período em que os distritos de São Bento do Inhatá, Aliança e Traripe somavam uma população total de 19.683 habitantes nos anos de 1940, quando pertenciam ao território de Santo Amaro. Deste total, o maior contingente populacional concentrava-se na área rural, com 14.915 residentes, enquanto que as suas áreas urbanas, que correspondem às vilas dos distritos, reuniam um total de 4.768 habitantes. Na década seguinte, nos anos de 1950, ainda distritos de Santo Amaro, o IBGE registra 7.793 habitantes nas vilas dos três distritos, que não superava a população rural, com 12.132 habitantes.

No censo do IBGE referente à década dos anos de 1960, não há dados disponíveis sobre esses distritos. Dessa maneira, não dispondo dessas informações, se torna impossível o tratamento do comportamento demográfico das populações dessas localidades, no período em que foram desmembrados do município de Santo Amaro para formarem o município de Amélia Rodrigues.

Seguimos uma linha de raciocínio de que houve predominância, nas décadas de 1940-50 no contingente populacional rural, dos antigos distritos que passaram a compor o município de Amélia Rodrigues, como persistência das estruturas tradicionais herdadas de Santo Amaro.

Na década dos anos de 1970, Inhatá, Mata da Aliança e Amélia Rodrigues figuram como distritos do novo município de Amélia Rodrigues que registra redução de sua população total, com 14.981 habitantes. As perdas populacionais ocorrerem,

tanto no meio urbano quanto no rural, mas pela primeira vez, o contingente rural deixou de ser majoritário, passando de 12.132 moradores em 1950 para 7.795 habitantes em 1970. Conforme Silva e Silva (1991, p.33) “na década de 1940-50, verifica-se a redução da população rural particularmente na periferia do Recôncavo”.

Percebe-se, ainda, que o decréscimo da população rural ocorreu sequenciadamente entre 1970-80, 1980-91, 1991-2000, tendo uma discreta recuperação no censo do ano de 2010. Situação inversa é registrada quando se observa os dados sobre o total do crescimento da população urbana, que no período entre os anos de 1970-2010 foi positivo.

No censo de 2010, a população urbana total contabilizou 19.957 habitantes, enquanto que o total da população rural foi de apenas 5.233 habitantes, demonstrando inversão da tipologia que prevalecia na década de 1940, quando essas populações rurais, nas proximidades de usinas e alambiques, eram predominantes. (Tabela 7).

Tabela 7 – População do município de Amélia Rodrigues - 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010*

Ano	Total	Urbana	Rural
1940**	19.683	4.768	14.915
1950**	19.924	7.793	12.132
1970	14.981	7.186	7.795
1980	18.191	11.642	6.549
1991	22.779	16.444	6.335
2000	24.134	19.022	5.112
2010	25.190	19.957	5.233

*Não há dados para o ano de 1960.

** Ainda distritos de Santo Amaro.

Fonte: IBGE ([2010]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Ao que parece, o lento declínio das usinas ou produções canavieiras de um modo geral, vem resultando numa migração interna dos habitantes desses espaços de atividades rurais para o centro urbano da cidade. Conforme Pedrão (1998, p. 224), o declínio da atividade açucareira no Recôncavo e a “entrada de nova coleção de indústrias”, em função da descoberta de petróleo na região, tornou menos dinâmico o setor usineiro, devido à falta de novos investimentos e pela emigração de pessoas, principalmente, as mais qualificadas.

Nos anos de 1970, a industrialização baiana foi fortalecida com a implantação de centros e distritos industriais, com destaque para o Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Centro Industrial do Subaé (CIS), contribuindo para o entendimento de que estes fatores, externos à economia das usinas são indícios de impacto na dinâmica dos deslocamentos do trabalhador de Amélia Rodrigues, evidenciado na redução do número total de habitantes no município que na década de 1970 é de 14.981 residentes, uma redução absoluta de 4.943 habitantes se comparado com o total de habitantes em 1950 que era de 19.924 moradores, quando os distritos ainda pertenciam ao município de Santo Amaro.

Observando o comportamento demográfico dos habitantes do município de Amélia Rodrigues, se verifica que as perdas populacionais nas áreas rurais de 18%, 16% e 19,3% nos períodos de 1940-50, 1970-80 e 1991-00, respectivamente, estão relacionadas à paralisação das atividades das Usinas de São Bento, Itapetingui e com as respectivas ascensões industriais nos municípios de Feira de Santana, Camaçari e Salvador.

Entre os períodos estudados, após a emancipação político-administrativa e formação do município de Amélia Rodrigues, o período de 2000-10 é, o primeiro a registrar um acréscimo em termos absolutos de 121 habitantes na população entre as áreas rurais do distrito-sede e Mata da Aliança. Por outro lado, o contingente urbano, apesar de positivo, registra decréscimo absoluto desde o período de 1991-00, com a diminuição mais expressiva, em termos absolutos, de 935 habitantes no período entre 2000-10. (Tabela 8).

Tabela 8 – Crescimento absoluto e relativo da população do município de Amélia Rodrigues - 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010*

Ano	Crescimento					
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
	População total		População urbana		População rural	
1940-50	241	1,2	3.025	63,4	-2.783	-18,7
1970-80	3.210	21,4	4.456	62,0	-1.246	-16,0
1980-91	4.588	25,2	4.802	41,2	-214	-3,3
1991-00	1.355	5,9	2.578	15,7	-1.223	-19,3
2000-10	1.056	4,4	935	4,9	121	2,4

* Não há dados para o ano de 1960.

Fonte: IBGE ([2010]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Ao que se demonstra, a relação da economia interna com o setor açucareiro, representada como a mais imediata fonte de renda implica, em deslocamentos ou migrações populacionais, como efeito do lento declínio das atividades açucareiras concentradas nas usinas. Esse impacto afeta toda a cadeia produtiva local que, incipiente, não absorve a mão de obra excedente, gerando uma migração em caráter pendular, para outras localidades.

O confronto dessas contradições nos permite perceber que o distrito-sede de Amélia Rodrigues, apesar da diminuição recente do crescimento no contingente total, registra superioridade entre os distritos que formam o território do município.

Enquanto nos censos de 1940-50 despontava uma concentração da sua população na área rural, com 9.369 e 7.181 habitantes, respectivamente, a partir da década de 1970, o contingente urbano tornou-se majoritário. No censo de 2010, do total de 20.083 habitantes que residem no distrito-sede, 16.261 estão na área urbana e 3.822 em sua área rural.

Quanto ao distrito de Inhatá, os registros do censo de 1950, indicam que do total de 6.705 habitantes, 3.786 habitavam sua vila e 2.919 a área rural. O censo de 2010 demonstra declínio populacional no distrito, com um total de 3.670 pessoas. Desse total, 2.976 residem na área urbana, ou seja, na sua vila e 694, na sua área rural.

Mata da Aliança, por sua vez, apresenta os menores quantitativos populacionais com perdas significativas no decorrer da história desse distrito. O máximo de 4.264 habitantes foi registrado na década de 1940, com 2.854 pessoas na sua área rural e 1.410 habitantes na vila.

No ano de 2000, o distrito de Mata da Aliança registrou a maior perda populacional da sua área rural com apenas 334 habitantes, apresentando recuperação no censo seguinte, em 2010, com 717 residentes, devido à venda de alguns hectares de terra, atualmente caracterizados por sítios e chácaras.

A vila do distrito Mata da Aliança, reuniu o máximo de 1.965 moradores na década dos anos de 1950, quando essa localidade pertencia ao município de Santo Amaro. O decréscimo da população da vila foi registrado sequenciadamente até o censo do ano de 1991 quando, o censo seguinte, o de 2000, registra um ganho de 119 habitantes, no entanto, no censo dos anos 2000, registra decréscimo do número de habitantes, com apenas 720 moradores. (Tabela 9).

Tabela 9 – População dos distritos do município de Amélia Rodrigues - 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010*

Distritos	Ano	Total	Urbana	Rural
Amélia Rodrigues (Antigo Lapa e Traripe)	1940	10.717	1.348	9.369
	1950	9.222	2.042	7.181
	1970	8.997	4.638	4.359
	1980	12.319	8.302	4.017
	1991	16.445	12.585	3.860
	2000	18.192	14.828	3.364
	2010	20.083	16.261	3.822
Inhatá (Antigo São Bento)	1940	4.702	2.010	2.692
	1950	6.705	3.786	2.919
	1970	3.819	1.600	2.219
	1980	3.805	2.292	1.513
	1991	4.225	2.836	1.389
	2000	4.466	3.052	1.414
	2010	3.670	2.976	694
Mata da Aliança (Antigo Aliança)	1940	4.264	1.410	2.854
	1950	3.997	1.965	2.032
	1970	2.165	1.114	1.051
	1980	2.070	1.087	983
	1991	2.109	1.023	1.086
	2000	1.476	1.142	334
	2010	1.437	720	717

* Não há dados para o ano de 1960.

Fonte: IBGE ([2010]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Em termos relativos as perdas mais significativas da população total, no distrito de Mata da Aliança, são de 6,3% entre 1940-50, 4,4% entre 1970-80, 30% entre 1991-00 e de 2,6% em 2000-10. O período de 1980-91 é o único que registra um ganho pouco significativo de 1,9% que, em termos absolutos, corresponde a 39 pessoas.

Demonstra-se, nestes dados dos censos a retração da população rural, com os registros entre 1991-00 de 69,2% com a perda de 752 habitantes. O período entre os censos de 2000-10 registra um ganho em termos relativos de 114% ou 383 pessoas a mais habitando sua área.

O maior ganho da população urbana de Mata da Aliança, ou seja, em sua vila, em termos absolutos é de 555 habitantes no período de 1940-50, inversamente os censos de 2000-10 revelam a maior perda tanto em termos absolutos com 422

pessoas, quanto em termos relativos, porque representa uma perda de 37% habitantes. (Tabela 10).

Tabela 10 – Crescimento absoluto e relativo da população dos distritos do município de Amélia Rodrigues- 1940, 1950, 1970, 1980,1991, 2000 e 2010*

Distritos	Anos	Crescimento					
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
		População total		População urbana		População rural	
Amélia Rodrigues (Antigo Lapa e Traripe)	1940-50	-1.495	-13,9	694	51,5	-2.188	-23,4
	1970-80	3.322	36,9	3.664	79,0	-342	-7,8
	1980-91	4.126	33,5	4.283	51,6	-157	-3,9
	1991-00	1.747	10,6	2.243	17,8	-496	-12,8
	2000-10	1.891	10,4	1.433	9,7	458	13,6
Inhatá (Antigo São Bento)	1940-50	2.003	42,6	1.776	88,4	227	8,4
	1970-80	-14	-0,4	692	43,3	-706	-31,8
	1980-91	420	11,0	544	23,7	-124	-8,2
	1991-00	241	5,7	216	7,6	25	1,8
	2000-10	-796	-17,8	-76	-2,5	-720	-50,9
Mata da Aliança (Antigo Aliança)	1940-50	-267	-6,3	555	39,4	-822	-28,8
	1970-80	-95	-4,4	-27	-2,4	-68	-6,5
	1980-91	39	1,9	-64	-5,9	103	10,5
	1991-00	-633	-30,0	119	11,6	-752	-69,2
	2000-10	-39	-2,6	-422	-37,0	383	114,7

* Não há dados para o ano de 1960.

Fonte: IBGE ([2010]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Os distritos de Inhatá e Mata da Aliança são os que mais perdem população com probabilidade na manutenção do quadro de declínio populacional no censo de 2020, como resultado da paralisação das atividades da Usina Aliança em 2015 e os consequentes deslocamentos para a cidade e para outros municípios pelo morador-trabalhador, em busca de oportunidade de trabalho.

No caso do distrito-sede Amélia Rodrigues, antes Lapa e Traripe, a maior perda populacional registrada entre os censos é a do período de 1940-50, quando ainda pertencia ao município de Santo Amaro. Nesse período, sua área rural sofreu uma redução de 23,4% representando uma perda de 2.188 habitantes, que para a contagem da sua população total representou uma redução de 1.495 habitantes.

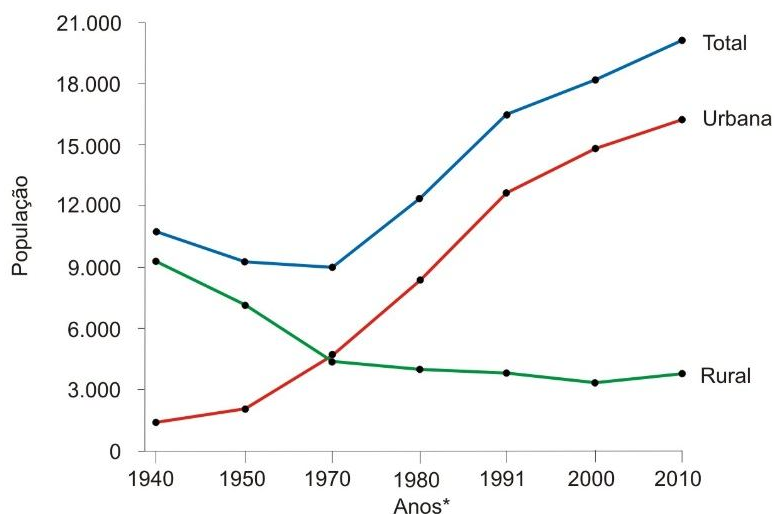
Portanto, a suposição de instabilidade populacional do município de Amélia Rodrigues, esconde uma contradição do jogo migratório das áreas rurais para as

áreas urbanas que parece persistir até os dias atuais, associado às oscilações da economia das usinas que prevaleceu na produção local. Contudo, enquanto essas oscilações penalizaram os espaços rurais das antigas usinas no território municipal, sua sede, embora também associada, no início dessa trajetória histórica, aos derivados da cana, se mantém como polo de atração migratória internamente.

De qualquer sorte, o distrito-sede, principalmente na cidade, parece concentrar algumas condições de superação dessa situação de êxodo da população rural que, deve ser pensado pelas políticas econômicas locais.

O gráfico 4 sintetiza o percurso da população do distrito-sede Amélia Rodrigues. Entre 1940 e 2010. O mesmo apresenta comportamento de crescimento positivo da população da cidade (população urbana) e da população total. A população rural que predominou no período 1940-50 decresceu no período analisado, sendo superada pela população urbana na década de 1970.

Gráfico 4– Evolução da população do distrito-sede Amélia Rodrigues- 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010



* Não há dados para o ano de 1960.

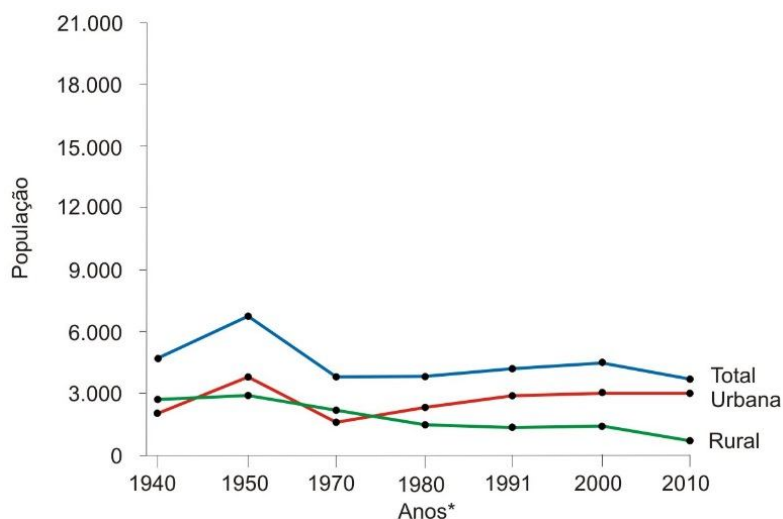
Fonte: IBGE ([2010]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

No gráfico 5, verificamos as mudanças no movimento populacional do distrito de Inhatá. A população total e urbana cresce entre os anos de 1940-50, quando o mesmo pertencia ao município e Santo Amaro e retrai entre 50-70, no período emancipatório cresce um pouco entre 1970-80 e, se mantém sem crescimento significativo até o censo de 2010.

A população rural total se mantém em média em pouco mais de 3.500 habitantes. No censo de 1950 ocorreu o registro máximo da sua população, com 6.705 habitantes. A média entre 1940-2010 é de pouco mais de 3.500 habitantes, que reside em sua maioria, na vila do distrito. Podemos observar que a habitação na área rural segue em declínio. Desta forma, Inhatá é um distrito que apresenta um quadro situacional de estagnação, com tendência ao decréscimo.

Gráfico 5 – Evolução da população do distrito de Inhatá- 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

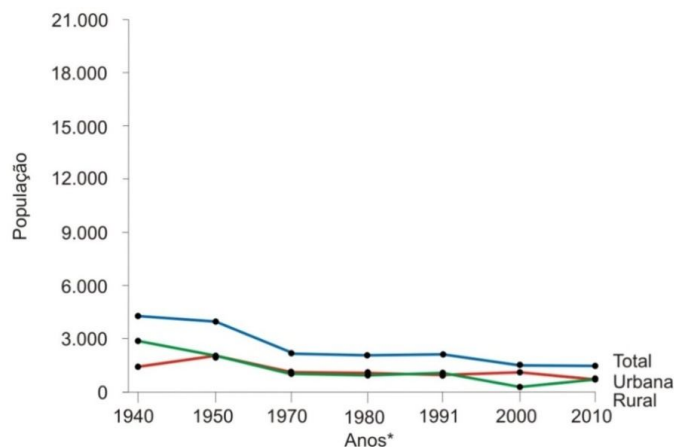


* Não há dados para o ano de 1960.
 Fonte: IBGE ([2010]).
 Elaboração: Nascimento, E. (2016)

O gráfico 6, apresenta a evolução do quantitativo da população do distrito de Mata da Aliança, no município de Amélia Rodrigues. Nele, fica evidente que, esse distrito teve população inferior a 6.000 habitantes e, em constante decréscimo, se mantém sem perspectivas de crescimento, agravadas no presente, com a paralisação das atividades da Usina Aliança.

Verificamos também que a distribuição dessa população entre a vila e a área rural se manteve relativamente em equilíbrio, mas em constante decréscimo. No ano 2000 houve um pequeno acréscimo na população da sua vila, que decresceu no censo seguinte.

Gráfico 6 – Evolução da população do distrito de Mata de Aliança- 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010



*Não há dados para o ano de 1960.

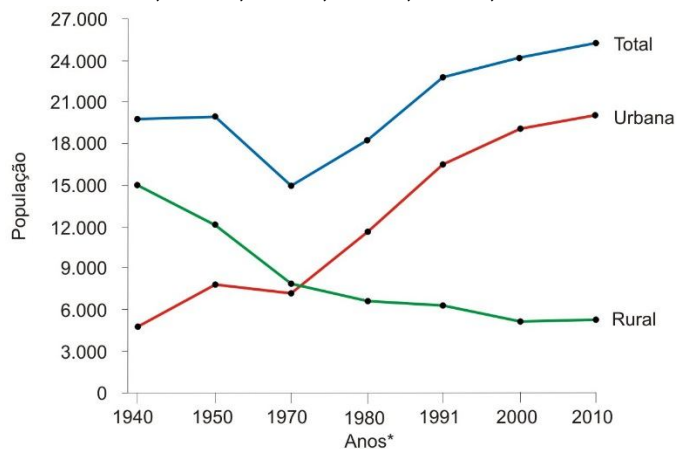
Fonte: IBGE ([2010])

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Após a análise da evolução da população nos três distritos, foi elaborado o gráfico 7, com o objetivo de sintetizar como esse movimento populacional interno do município de Amélia Rodrigues, produz reflexos na distribuição populacional entre seus espaços urbanos e rurais. Neste gráfico, é possível verificar que, entre a década de 1940 até o ano de 2010, a população total apresenta um crescimento moderado.

Demonstra que, na década de 1970, a população urbana supera a rural e passa a concentrar a quase totalidade dos habitantes de todo o município de Amélia Rodrigues contabilizada no censo de 2010 em 25.190 habitantes.

Gráfico 7 – Evolução da população do município de Amélia Rodrigues- 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010



*Não há dados para o ano de 1960.

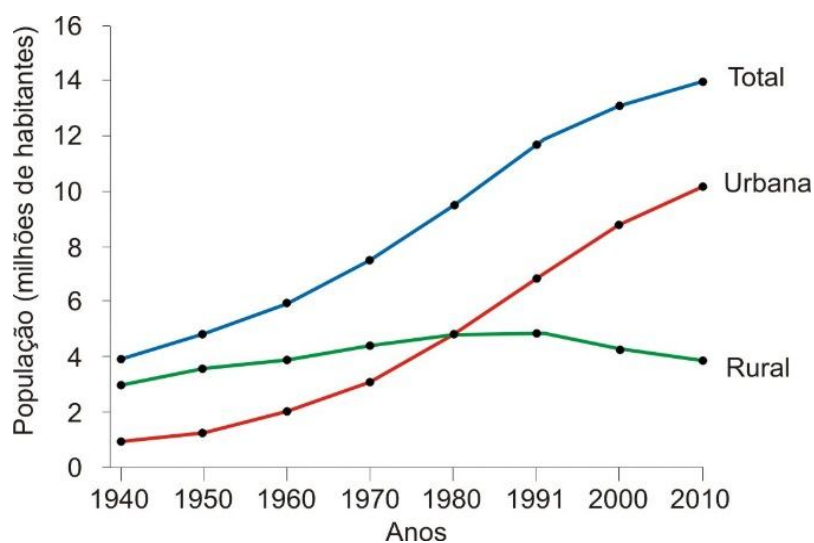
Fonte: IBGE ([2010]).

Elaboração: Nascimento, E. (2016)

Para efeito comparativo no Estado da Bahia a população rural só é superada pela urbana nos anos de 1980, enquanto que, no município de Amélia Rodrigues, essa inversão ocorre dez anos antes, na década de 1970. Como já foi dito, a decadência açucareira e a construção da rodovia BR-324, são primários fatores da retração populacional na área rural e concentração na área urbana que, sem medidas governamentais capazes de promover o crescimento local, não capitaliza para si a mão de obra do município que realiza deslocamentos diários para outros municípios em busca de oportunidades de trabalho.

Observando o gráfico 8 verificamos que a população rural foi predominante no período de 1940-1970, quando o fenômeno da urbanização se tornaria mais evidente e a população total apresenta crescimento positivo no período retratado.

Gráfico 8 – Evolução da população do Estado da Bahia- 1940/2010



Fonte: Silva, Silva e Silva (2013).
Elaboração: Nascimento, E. (2016)

As condições ofertadas no município, principalmente para a população rural, não mais atendem as suas necessidades de sobrevivência e expulsa sua força produtiva para espaços mais dinâmicos com mais oportunidades. Brandão (2004) diz que, se por um lado, os processos geram rupturas com profundas transformações materiais, por outro, envolvem marcas persistentes em formas arcaicas de domínio da terra e de preservação dos espaços de reprodução do capital.

De modo geral, a ocupação populacional das áreas que formam o município de Amélia Rodrigues foi motivada pelas determinações produtivas canavieiras que promoveram o balanço migratório interno e externo desta população. Associado a este fator se destacam as condições de acesso a bens e serviços que esta população ganha com a construção da rodovia BR-324, que facilita os deslocamentos da sua população.

No entanto, esta facilidade de acesso direto aos grandes centros urbanos na Bahia e no Brasil, mediado pela rodovia, se revela tanto como um fator limitante ao quanto como possibilidade de crescimento municipal.

4.2 A RODOVIA BR-324: FATOR DE UMA RELAÇÃO DE DESLOCAMENTOS E POSSIBILIDADES

O final da década dos anos de 1970 marca o início das obras de duplicação da rodovia, conforme podemos observar na chamada da reportagem realizada pelo jornal A Tarde (1975), “Duplicação da BR-324 sairá no próximo ano”. Neste período, é implantado em Feira de Santana o Centro Industrial do Subaé, consolidando a relevância econômica desse município no cenário econômico baiano. Com isso, Feira de Santana “atinge de modo indireto os centros locais, criando um mercado de trabalho aos quais muitos dos seus moradores tiveram acesso na qualidade de operários.” (PEDRÃO apud BRANDÃO, 1998, p. 232).

Essa rodovia tem uma importância significativa na organização do município de Amélia Rodrigues, na medida em que permite sua conexão com todo o território baiano, sendo o seu elo com os grandes centros urbanos do Estado.

Atualmente, duas linhas de transportes intermunicipais de passageiros fazem a ligação de Amélia Rodrigues com os municípios de Feira de Santana e Salvador. Conforme Silva, Silva e Leão (1985, p, 243), “as relações intraregionais, ou seja, entre Feira de Santana e sua região, são, em grande parte, asseguradas por linhas originárias de Salvador e que passam por Feira de Santana, onde recebem passageiros, com destino a várias outras cidades.”

Essa conexão é realizada pela empresa de transportes de passageiros Santana e São Paulo que a explora comercialmente. A empresa organiza o trânsito dos seus veículos por linhas, regulamentadas pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA).

Para o município de Amélia Rodrigues, a AGERBA autorizou o funcionamento das linhas 674 e 350 para o transporte de passageiros entre Amélia Rodrigues e os municípios de Feira de Santana e Salvador.

A linha 674 faz o trajeto entre Feira de Santana e Amélia Rodrigues, de segunda a sábado com quatro horários disponíveis. Essa linha tem como ponto de embarque inicial o distrito de Inhatá, que não dispõe de terminal rodoviário, dessa forma, a população aguarda o ônibus na praça da vila, para realizar o embarque que segue para a cidade através da estrada BA-784.

Observemos a figura 20, ela retrata o momento em que o ônibus intermunicipal da empresa Santana estava em trânsito passando pela área central do município de Amélia Rodrigues. E assim como acontece no distrito de Inhatá, na passagem pela cidade não há um terminal rodoviário para o embarque e desembarque da população. Em geral, a população aguarda ou na praça da matriz ou próximo a um posto de combustível, na saída da cidade, às margens da rodovia BR-324.

Figura 20 – Ônibus intermunicipal de passageiros no município de Amélia Rodrigues-2016



Linha Feira de Santana/São Bento do Inhatá (Amélia Rodrigues)
Foto: Nascimento, E. (2016)

Em Feira de Santana, o desembarque dos passageiros é realizado na área externa da rodoviária, lateralmente ao seu principal portão de acesso. O embarque ocorre em alguns pontos do transporte coletivo urbano na Avenida Presidente Dutra. Podemos verificar na Tabela 11, que a empresa Santana disponibiliza para a linha 674 cinco horários de saídas em Feira de Santana e quatro horários com partidas do distrito de Inhatá no município de Amélia Rodrigues.

Tabela 11 – Linha intermunicipal entre Feira de Santana e Amélia Rodrigues – 2016

Empresa Santana de Transportes- linha- 674- Dias e horários de partidas		
	Feira de Santana	São Bento do Inhatá
Seg	10:00 / 12:40 / 17:00 / 18:20	06:10 / 07:00 / 13:50 / 16:20
Ter	10:00 / 12:40 / 17:00 / 18:20	06:10 / 07:00 / 13:50 / 16:20
Qua	10:00 / 12:40 / 17:00 / 18:20	06:10 / 07:00 / 13:50 / 16:20
Qui	10:00 / 12:40 / 17:00 / 18:20	06:10 / 07:00 / 13:50 / 16:20
Sex	10:00 / 12:40 / 15:00 / 17:00 / 18:20	06:10 / 07:00 / 13:50 / 16:20
Sab	10:00 / 12:40	06:10 / 07:00 / 13:50

Fonte: AGERBA (2016)

A linha 350 faz o trajeto entre Salvador e São Bento do Inhatá, às sextas e aos domingos, no horário das 17 horas e nas segundas no horário das 05 horas. A oferta reduzida de dias e horários reflete a pouca demanda de passageiro. Essa condição ocorre porque a população tem acesso ao transporte intermunicipal de outras empresas de transporte de passageiros que tem por itinerário a BR-324, passando pelo município que, ocorre em consequência da disponibilidade que a população de Amélia Rodrigues tem para fazer o embarque, as margens da rodovia, nesses ônibus. (Tabela 12).

Tabela 12- Linha intermunicipal entre Salvador e Amélia Rodrigues-2016

Empresa Santana de Transportes- linha- 350- Dias e horários de partidas		
	Salvador	São Bento do Inhatá
Seg	–	05:00
Ter	–	–
Qua	–	–
Qui	–	–
Sex	17:00	–
Sab	–	–
Dom	–	17:00

Fonte: AGERBA (2016)

Além disso, a população faz uso de transporte alternativo e informal para sua locomoção. A condição de itinerários da BR-324 dos espaços territoriais de Amélia Rodrigues, faculta à população uma possibilidade de escolha que, ao tempo em que inviabiliza a concorrência interna dessa demanda de serviço e fragiliza sua possibilidade de exploração com lucro e, facilita o acesso ao transporte, embora com o custo de passagens tarifadas no padrão intermunicipal.

4.3 NOVAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS

Outro aspecto positivo relacionado à rodovia é a oportunidade para a implantação de empresas ligadas com a industrialização e crescimento do município de Feira de Santana. Entre os anos de 2008-2016 foram construídos galpões para locação industrial, instaladas pequenas e médias indústrias, restaurantes, pousadas, hotel-fazenda, hortos.

As indústrias implantadas no município, às margens da BR-324, a partir dos anos de 2000, estão concentradas no distrito-sede, entre a cidade e sua área rural e, se instalaram neste perímetro, em função da localização de importantes estradas do sistema rodoviário federal, a BR-101 e a BR-116, seguindo em direção ao município de Feira de Santana.

Essas indústrias, de pequeno e médio porte são, de acordo com a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, resultado do programa municipal de diversificação e fortalecimento industrial do município implantado no ano de 2008, através da promoção de incentivos fiscais, melhoramento de infraestrutura e treinamento da mão de obra. Entretanto, Pessoti e Sampaio (2009, p, 67), afirmam que a atração de indústrias para o município de Amélia Rodrigues tem sido objeto da administração pública desde o início dos anos de 2000, tendo um acréscimo mais significativo a partir dos anos de 2004.

A característica da pequena diversidade econômica do município vem sendo transformada com relativo êxito entre 2000 e 2015, notando-se um acréscimo significativo a partir dos anos de 2004, principalmente por meio da introdução de novos segmentos industriais, comerciais e de serviços [...] Se no passado, a produção açucareira ditava os rumos da economia local essa influência entrou em declínio a partir do ano de 1999, onde a oferta de trabalhos temporários e efetivos tornaram-se escassos, impactando diretamente na organização produtiva do local. (PESSOTI; SAMPAIO, 2009, p 67).

Segundo a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, a previsão de investimentos na implantação de unidades industriais no município, é de 15 milhões de reais, com a geração de mais 300 empregos diretos no decorrer dos próximos três anos.

Afirmam que, se forem considerados os investimentos das que já estão em funcionamento, o montante investido será de 63 milhões de reais, com geração prevista total de 930 empregos diretos.

Dentre as empresas apresentadas na tabela 13, a Global e a Giglo calçados foram instaladas entre 2000-2004. A Global está localizada na margem esquerda da rodovia, sentido Feira de Santana-Salvador, fabrica peças em concreto por encomenda, adquire as ferragens da Gerdau, no Centro Industrial de Aratu (CIA), no município de Simões Filho e, mais recentemente, a Belgo Mineiro, localizado no Centro Industrial do Subaé (CIS), no município de Feira de Santana. A Global comercializa seus produtos para todo o Estado da Bahia.

As indústrias que se instalaram no município de Amélia Rodrigues, entre os anos de 2009 e 2016, tem sede em estados localizados nas regiões sudeste e sul do país, com exceção da empresa chinesa, cuja matriz está no Estado do Ceará, nordeste do Brasil. São indústrias relacionadas aos segmentos produtivos de calçados, automotivos, construção civil, relacionados com a cadeia produtiva regional tanto como mercado fornecedor quanto como mercado consumidor. (Tabela 13).

Tabela 13 - Estabelecimentos industriais instalados no município de Amélia Rodrigues - 2000-2016 (continua)

Tipo do estabelecimento e origem	Número de empregos	Produtos	Mercado fornecedor	Mercado consumidor
LINHANYL Sorocaba, São Paulo	100	Linhas	Rio Grande do Norte e São Paulo	Bahia (Salvador), Pernambuco e Ceará
METALPLASTIC São Paulo	120*	Acessórios inox para banheiros, pias, tanques	Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo	Bahia, Alagoas e Sergipe
CENTERGOMMA Paraná	50	Recicladora de Produtos pneumáticos	Camaçari e Feira de Santana	Feira de Santana e Salvador

(conclusão)

Tipo do estabelecimento e origem	Número de empregos	Produtos	Mercado fornecedor	Mercado consumidor
INJETPLASTIC Paraná	50	Peças para eletro-eletrônicos, domésticos, portáteis e automotivos	Camaçari (polo)	Casas Comerciais Norte/Nordeste
KEMO China	200*	Calçados em EVA	Camaçari (polo)	EUA, Argentina e México
GLOBAL Bahia	200*	Estruturas de concreto armado	Salvador, Feira de Santana	Feira de Santana, Salvador e Regiões Metropolitanas
GIGLO Calçados Rio Grande do Sul	50	Calçados	Camaçari (polo)	Nordeste
TOTAL	770	-	-	-

Fonte: Prefeitura Municipal (2016)

*Número estimado

Elaborado por Nascimento, E. (2016)

As indústrias implantadas no município, a partir dos anos de 2000, estão distribuídas no distrito-sede, entre a cidade e a sua área rural ao longo da rodovia, em direção ao município de Feira de Santana, próximas das rodovias BR-101 e BR-116.

Questionados sobre os motivos da instalação da unidade fabril no município, os representantes dessas indústrias declararam que, além dos incentivos fiscais dos governos federal e estadual, recebem o incentivo da redução ou isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), na esfera do poder municipal, além disso, relatam apoio financeiro por parte da prefeitura, para a locação de galpões industriais e garantia na compra parcelada de terras para a construção de seus galpões.

A Linhanyl é uma empresa de grupo com matriz no município de Sorocaba no estado de São Paulo que vende sua produção no Brasil e exporta para países da América do Sul, México, Inglaterra, Líbano, Austrália e Estados Unidos. A unidade foi instalada, em área já adquirida pela empresa, no município de Amélia Rodrigues

no ano de 2010, na margem esquerda da BR-324, sentido Feira de Santana para Salvador antes do perímetro urbano do município.

Atualmente, emprega 100 pessoas sendo que 85 residem no município, cinco funcionários que se deslocam de Feira de Santana e dez do município de Conceição do Jacuípe para Amélia Rodrigues. Produz linhas de poliéster fibra fiada utilizada na confecção de roupas e comercializa sua produção na região nordeste, com destaque para as vendas realizadas nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. (Figura 21).

Figura 21- Indústria Linhanyl, município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Prefeitura Municipal. (2016)

A Metalplastic tem matriz em São Paulo capital, sua instalação ocorreu no ano de 2015 à margem esquerda da rodovia no sentido Feira de Santana para Salvador. Emprega 80 pessoas, a maioria residente no município, mas também tem funcionários que residem em Salvador, Feira de Santana e Conceição do Jacuípe. O estabelecimento projeta ampliar o número de trabalhadores para 120 entre os anos de 2017-2020.

Sua produção é destinada à construção civil com acessórios para banheiros e pias em aço inoxidável. A matéria-prima provém dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. No ano de 2015 adquiriu área de 16.000m² no perímetro urbano da cidade, mas ainda não edificou nenhuma estrutura. (Figura 22).

Figura 22 – Empresa Metalplastic no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

A Centergomma é uma empresa com matriz no Paraná, recicladora de produtos pneumáticos adquire a matéria-prima das indústrias Vipal, Pirelli no município de Feira de Santana e da Continental em Camaçari.

Faz a gestão dos resíduos sólidos que, após triagem e processamento, são encaminhados para uma empresa no polo petroquímico de Camaçari que transforma em material químico de base vendido às indústrias de borrachas.

A unidade foi instalada no ano de 2008 e emprega 50 trabalhadores, sendo 40% residente em Amélia Rodrigues e 60% moradores de Conceição do Jacuípe, Feira de Santana e Salvador, que se deslocam para o município de Amélia Rodrigues.

A Centergomma adquiriu a área onde está localizada, às margens da rodovia estadual BA-824, próximo ao município de Conceição do Jacuípe. O local estratégico permite facilitado acesso as rodovias federais BR-324 e BR-101.

Embora a área corresponda ao município de Amélia Rodrigues, sua localização física destoa da localização das demais empresas analisadas nessa pesquisa, que estão implantadas, como dissemos, no corredor rodoviário da BR-324. (Figura 23).

Figura 23 – Empresa Centergomma, no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

A Injeplastic está instalada sob as mesmas condições da empresa Centergomma. Sua implantação na área do município é anterior ao ano de 2010. É uma empresa que trabalha com termoplásticos, utilizando máquinas injetoras de 120 a 360 toneladas e, para fabricar seus produtos, obtém a matéria-prima no município de Camaçari. Seu principal produto é o forro plástico presente nas portas dos automóveis fabricados no Complexo Ford, em Camaçari.

Além disso, fabrica utensílios domésticos, móveis em plásticos e desenvolve projetos para implantação de linhas de montagens que requeiram maquinário com injeção de termoplásticos, sob encomenda. Atualmente, seu quadro funcional foi reduzido de 90 para 50 funcionários.

A Kemo é uma empresa chinesa, com sede no Estado do Ceará, produz calçados emborrachados em Etil Vinil Acetato (EVA). Sua produção tem como destino os mercados do México e Estados Unidos, mas a unidade em Amélia Rodrigues, instalada no ano de 2014, está voltada para atender ao mercado interno, principalmente para as regiões Norte/Nordeste.

A indústria opera com 120 empregados e projeta ampliar para 200 até 2020. Esses funcionários são em 80% moradores do município, mas também tem funcionários que residem em Feira de Santana, Conceição do Jacuípe e Salvador. A

matéria-prima provém de empresas da indústria petroquímica do município de Camaçari. (Figura 24).

Figura 24 - Empresa Kemo, no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

Verificamos na figura 25, a notícia sobre aquisição de área no município pela empresa chinesa Kemo. A empresa está em funcionamento em um galpão alugado pela prefeitura, às margens da BR-324 no sentido Feira-Salvador. Os empresários chineses assinaram acordo com a prefeitura municipal para a implantação dessa unidade e, outra de eletrodomésticos no município.

Figura 25 - Notícia relacionada à implantação de indústria no município de Amélia Rodrigues – 2015

Grupo chinês firma contrato e adquire área para implantação de indústrias em Amélia Rodrigues



O empresário Chen Tsong Miin, esteve no município de Amélia Rodrigues, visitando a área onde serão implantadas duas empresas do grupo no município.

O espaço será destinado para abrigar duas indústrias, uma de calçados injetados e outra de eletrodomésticos, gerando, inicialmente, 150 vagas.

Após a visita, os empresários foram recebidos pelo prefeito Antonio Paim, visando às negociações para assinatura do protocolo de intenções com o município.

Estiveram presentes, o Secretário de Finanças, Welito Santa Bárbara, o Secretário de Educação, Moysés Brandão e o Coordenador de Indústria e Comércio, Rogério Cedraz.

Fonte: Jacuípe notícias. (2015)

A empresa Distak, distribuidora de tintas, adquiriu uma área, no perímetro urbano da cidade próximo à localidade Areal, margeando a BR-324. De acordo com a Secretaria da Indústria do município, essa empresa não foi edificada devido a dificuldades apresentadas pela concessionária da rodovia, a ViaBahia em relação a sua faixa de domínio e o acesso para a empresa.

Conforme a assessoria de comunicação da ViaBahia, as dificuldades no andamento desse processo residem no impasse entre os interesses da concessionária e moradores da localidade que edificaram suas residências, há pelo menos 30 anos, localizados nas áreas de domínio da rodovia. Com isso relutam judicialmente contra o processo da desapropriação e indenização dos seus imóveis. (Figura 26).

Figura 26 – Área adquirida pela Empresa Distak, no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

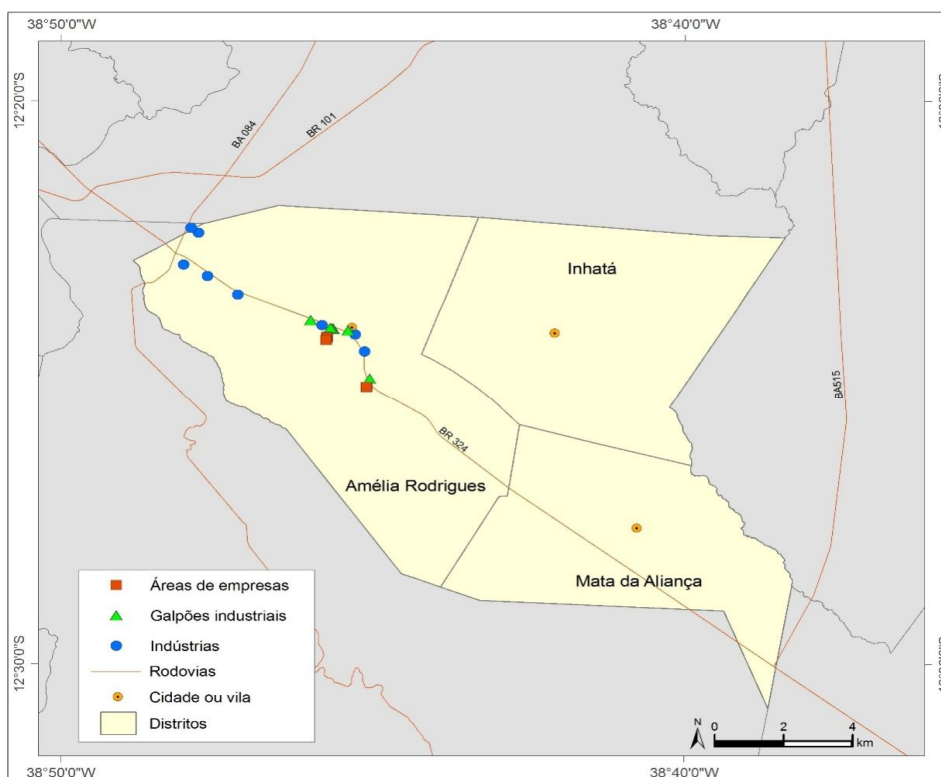
Observando a figura 27, verificamos que os empreendimentos industriais estão concentrados no distrito-sede, às margens da rodovia BR-324. Cinco estão próximo ao entroncamento com a rodovia BR-101, que evidencia o sentido de deslocamento territorial do município de Amélia Rodrigues para a esfera de influência da Região Metropolitana de Feira de Santana que, como a mais próxima, minimiza as possibilidades locais de decisão sobre sua transformação.

Na realização da pesquisa de campo junto às indústrias instaladas no município verificamos que nenhum dos empreendimentos manteve contato ou ações intermediadas com o núcleo administrativo do Centro Industrial do Subaé. Essa condição foi confirmada pela gerência de promoção industrial que afirmou não haver nenhum processo de empresas instaladas ou em processo de instalação no

município de Amélia Rodrigues, com diretrizes orientadas por essa autarquia estadual.

Interpretando a figura 27 é possível verificar ausência de investimentos nos distritos de Mata da Aliança e Inhatá. Situação relacionada, à localização e às condições de acessos desses distritos, de certa forma, restrita. No caso do distrito de Inhatá, existe a rodovia BA-784, asfaltada, precária em seu traçado sinuoso, reunindo características desfavoráveis a um tráfego de fluxo mais intenso, por ter sido construída em área de acentuados de aclives e declives, sem acostamentos, com precária sinalização e manutenção, distante seis quilômetros da sede municipal.

Figura 27 – Localização das indústrias, áreas adquiridas, galpões para locações, áreas adquiridas no município de Amélia Rodrigues – 2016



Elaboração: Nascimento, E. (2016)

O acesso ao distrito de Mata da Aliança é feito seguindo pela BR-324, no seu quilômetro 544, em direção à Feira de Santana, sendo necessário sair da rodovia, e seguindo por uma estrada vicinal entre os canaviais, sem asfaltamento, iluminação ou qualquer nível de segurança, o que contribui para a ausência de investimentos no distrito.

No ano de 2009, o governo federal privatizou a rodovia BR- 324 por meio de concessão do uso. O grupo que se tornou o usufrutuário da exploração dessa rodovia criou a ViaBahia para administrá-la por vinte e cinco anos.

A contrapartida da concessionária é a promoção de melhoramentos das condições de trafegabilidade na rodovia, construção de vias colaterais e manutenção de passarelas, acesso a ponto de interseção rodoviários, operacionalização de praças de pedágio com geração de empregos para as localidades onde são fixadas as praças de pedágio, instalação de bases de apoio ao usuário, atendimento telefônico no sistema de call center 24 horas, reboque de veículos que apresentem defeitos ou por falta de combustível, para um ponto de apoio mais próximo que tenha segurança.

A concessionária ViaBahia iniciou a cobrança tarifada no ano de 2010 através do funcionamento das duas praças de pedágios no município de Amélia Rodrigues e Simões Filho no trajeto entre Salvador e Feira de Santana.

Conforme a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a praça de pedágio em Amélia Rodrigues gera 150 trabalhos diretos, para os moradores do município, sendo preenchidas por homens e mulheres. A concessionária terceiriza as atividades administrativas, limpeza, segurança e manutenção que geram mais 150 vagas por meio indireto de trabalho também preenchidas prioritariamente por moradores do município.

A figura 28 retrata a praça de pedágio da concessionária ViaBahia instalada no município de Amélia Rodrigues. A imagem foi clicada no sentido Salvador-Feira de Santana, ou seja, antes da passagem pela cidade de Amélia Rodrigues.

Figura 28 – Praça de pedágio da ViaBahia no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

Além das indústrias e do pedágio, outras iniciativas de empreendedores privados podem ser vistas no trecho da rodovia que corta o distrito-sede. São serviços destinados à alimentação, lazer e descanso dos usuários da rodovia, dentre eles destacamos na figura 28, à direita o restaurante Café da Manhã e à esquerda, a lanchonete Rei da Pamonha, com estruturas modernas direcionadas ao conforto e satisfação do usuário da rodovia.

O estabelecimento comercial, Rei da Pamonha, foi instalado no início do ano de 2014, no perímetro urbano do município. Apresenta um quadro funcional pequeno com dois ajudantes de carga e descarga e quatro atendentes que trabalham nos turnos da manhã, tarde e início da noite.

O restaurante Café da manhã está instalado desde o ano de 1989, na área rural do distrito-sede, no quilômetro 539 da rodovia BR-324. Seu quadro funcional é de 30 trabalhadores, distribuídos entre atendentes, serviços gerais, motorista, gerente e funcionários da cozinha. Segundo a gerência, sua área foi ampliada no ano de 2015, mediante financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), (Figura 29).

Figura 29 – Estabelecimentos de serviços margens da BR-324 no município de Amélia Rodrigues- 2016

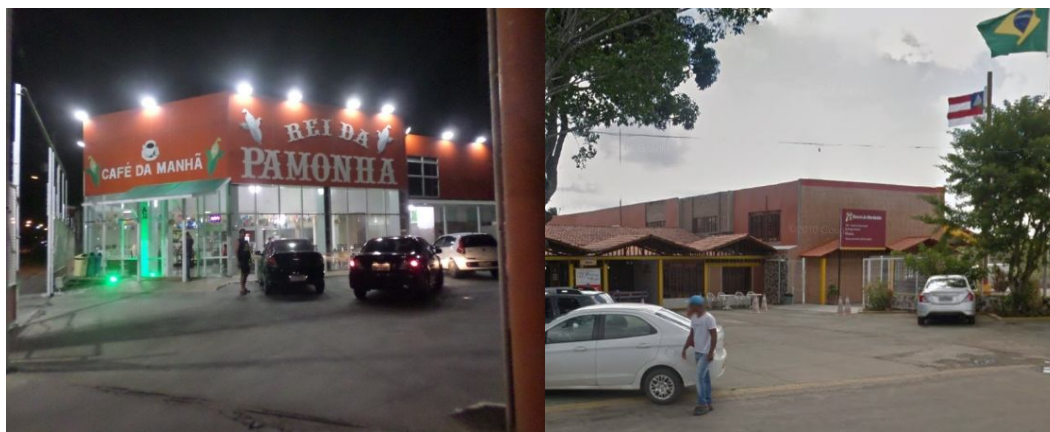


Foto: Nascimento, E. (2016)

Uma atividade que necessita de maior atenção enquanto potencial econômico é o turismo rural e cultural que pode ser expandida em diferentes atividades. “Mas a região é quase completamente subaproveitada, nesses aspectos e em outros, apesar de sua proximidade de Salvador.” (PEDRÃO, apud BRANDÃO, 1998. p, 227).

Na figura 30, visualizamos dois empreendimentos, localizados na área rural do distrito sede, em lados opostos do quilômetro 539 da rodovia BR-324. Na imagem, à esquerda, visualizamos o hotel-fazenda Mirage, que disponibiliza pacotes para hospedagens individuais e para grupos de empresas. O estabelecimento mantém um escritório no município de Salvador e convênios com agências de turismo. À direita, o Sítio Saruê que aluga o espaço para eventos e confraternizações, mas não trabalha com o sistema de hospedagem.

Figura 30 – Estabelecimentos de serviços turísticos, margens da BR-324 no município de Amélia Rodrigues- 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

No município, existem outros empreendimentos de serviços que se dedicam ao lazer e estão localizados fora do perímetro da rodovia, como o hotel-fazenda Guimarães e o Chalet clube e pesque-pague Bela Vista, são empreendimentos que estão localizados na área rural da localidade Volta, no distrito-sede. (Figura 31).

Figura 31 – Estabelecimentos de serviços turísticos, no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

No município, o comércio é basicamente composto por estabelecimentos tradicionais como supermercados, farmácias, lojas de material de construção, salões de beleza, barbearias, lojas de calçados, de utensílios domésticos e para escritório, pequenos pontos de vestuário com roupas diversas, postos de combustíveis, lanchonetes, restaurantes. Dispõe de uma casa lotérica e uma agência de correios, três agências bancárias, todos de pequeno porte. Dentre as estruturas tradicionais, uma farmácia está associada a uma rede de farmácias do município de Feira de Santana. (Figura 32).

Figura 32- Centro comercial do município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

Entre os anos de 2010-2016 novas atividades de serviços foram inseridas no centro da cidade de Amélia Rodrigues. Verificamos que ocorrem “alterações de velhas formas para adequação de novas funções [...] através de uma readaptação.” (SANTOS, 1988, p. 70) com a instalação de novos equipamentos em estruturas outrora residenciais.

No centro da cidade, se verifica a recente instalação de clínicas médicas, estéticas e de fisioterapia. As primeiras oferecem serviços médicos e exames a preços populares, requisitados pelos segmentos populacionais que não dispõem dos mesmos recursos financeiros da classe média, mas não quer depender das condições ofertadas pelo sistema de saúde pública e as últimas destinadas à prestação de serviços que a classe média local em geral busca nos grandes centros urbanos, com espaços destinados a tratamentos corporais, serviço de acupuntura e tratamentos faciais (Figura 33).

Figura 33 – Estabelecimentos de serviços especializados no município de Amélia Rodrigues – 2016



Foto: Nascimento, E. (2016)

A análise das informações revela que a motivação empresarial para a escolha da instalação das clínicas de bioestética, acupuntura e de serviços de fisioterapia no município estão associados à demanda dos produtos e serviços neste mercado, mediados pela relação de custo e benefício.

Outra característica para a fixação destes empreendimentos nessa cidade está relacionada à conclusão dos estudos acadêmicos por seus proprietários residentes que, mediante as vantagens e demandas, optaram pela instalação do negócio no município.

A tabela 14 reúne as atividades comerciais e de serviços instaladas, no município de Amélia Rodrigues, no período entre 2010-2014. Verificamos que

correspondem a poucas unidades com baixa contratação, de dois a nove trabalhadores.

Os proprietários do laboratório de análises clínicas, da seguradora e loja de informática residem fora do município, em contrapartida os donos das clínicas de bioestética, funcional e acupuntura são moradores do local, motivados pelas demandas e carências se instalaram no município. Essas iniciativas revelam a percepção das possibilidades de ganho de capital nesse território. (Tabela 14).

Tabela 14 - Atividades comércio e serviços, no município de Amélia Rodrigues - 2010-2014

Tipo do estabelecimento	Quantidade	Número de empregos	Motivação para instalar o negócio	Residência do proprietário
Seguradora de Veículos	01	03	Demanda e ausência do serviço	Salvador
Loja de Informática	03	09	Demanda e ausência do serviço	Feira de Santana
Clínica Médica	03	12	Demanda e ausência do serviço	Amélia Rodrigues, Feira e Salvador
Laboratório Análise Clínica	01	04	Demanda e ausência do serviço	Feira de Santana
Clínica de Bioestética	01	02	Demanda e ausência do serviço	Amélia Rodrigues
Clínica de Acupuntura	01	02	Demanda e ausência do serviço	Amélia Rodrigues
Clínica de Reabilitação e academia funcional	01	06	Demanda e ausência do serviço	Amélia Rodrigues
Total	11	38	-	-

Elaborado por Nascimento, E. (2016)

Os pontos destacados na figura 34 correspondem à instalação dos novos empreendimentos no segmento de serviços no município de Amélia Rodrigues. Os estabelecimentos de serviços apresentados na tabela 14 formam no mapa,

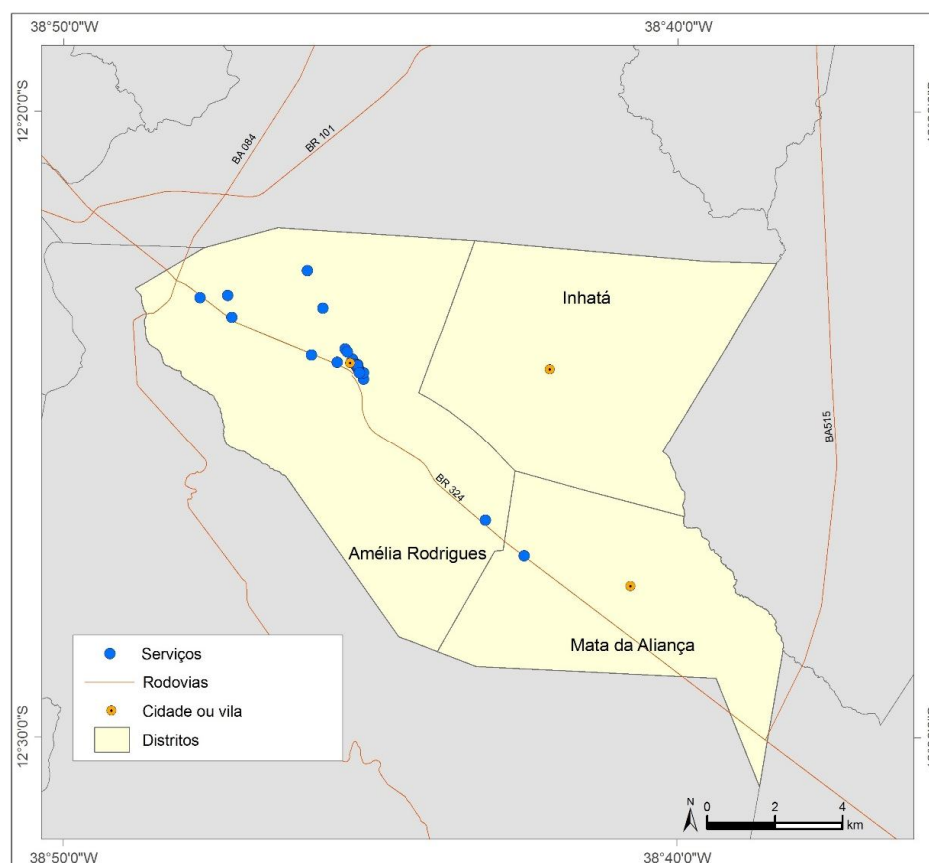
sobreposições de pontos que correspondem a sua concentração no centro da cidade.

Os pontos a noroeste no mapa correspondem a restaurante, hortos, hotel-fazenda, pesque-pague, campus de pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, localizados nas margens da BR-324.

O serviço localizado no distrito de Mata da Aliança corresponde à praça do pedágio da ViaBahia, na BR-324. Exceto este elemento, não há inserção de atividades comerciais, industriais ou de serviços no distrito que com incipiente comércio tem a situação agravada mediante a recente paralisação das atividades da Usina Aliança, fonte de renda dos seus habitantes.

Podemos observar que nos distritos de Inhatá também não são visualizados novos empreendimentos, este dispõe de poucos estabelecimentos comerciais e de serviços tradicionais, como mercadinho, farmácia, padaria, pois não há motivações mercadológicas que justifiquem a atração e instalação de novos negócios.

Figura 34 – Localização de novos empreendimentos de serviços, no município de Amélia Rodrigues – 2016



Elaboração: Nascimento, E. (2016)

No conjunto, as atividades descritas estão concentradas no distrito-sede e nas margens da rodovia BR-324, distribuídas e organizadas conforme a natureza do empreendimento, o que reforça a compreensão sobre como o fator locacional repercute na dinâmica do município.

No ano de 2015, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) firmou um acordo com a Prefeitura de Amélia Rodrigues e a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia para a cessão de uso pela universidade da área onde esta localizada a Estação Experimental Rio Seco que pertenceu à Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), extinta pelo governo estadual.

A UEFS utiliza a área como campus avançado e as estruturas como laboratórios de pesquisa do curso de agronomia oferecido no seu campus em Feira de Santana. (Figura 35).

Figura 35 – Campus avançado de agronomia da UEFS no município de Amélia Rodrigues - 2016



Foto: Nascimento, E. (2016).

A figura 36 apresenta um noticiário sobre o acordo de cooperação firmado entre o prefeito do município de Amélia Rodrigues, o reitor da universidade, o representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e outros participantes, realizada na reitoria da universidade, no município de Feira de Santana.

Figura 36 – Notícia do convênio da Universidade Estadual de Feira de Santana adquire área no município de Amélia Rodrigues – 2015

Uefs e Prefeitura de Amélia Rodrigues assinam acordo de cooperação

Jornal Grande Bahia | Redação | Publicado em 04/12/2015

Com o objetivo de desenvolver ações de pesquisa, ensino e extensão na Estação Experimental Rio Seco, a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) e a Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues assinaram Termo de Acordo de Cooperação Técnica nessa quinta-feira (03/12/2015). A solenidade contou com a presença do reitor Evandro do Nascimento Silva e do prefeito Antonio Carlos Paim Cardoso.



Foto: LASCOM
Publicado no Jornal Grande Bahia
Cooperação entre Uefs e Prefeitura de Amélia Rodrigues é formalizada.

Fonte: Jornal Grande Bahia (2015)

A contrapartida da UEFS para o município é a oferta de cursos de capacitação nas áreas de agroecologia e agricultura familiar, disseminados entre os agricultores do município através das associações dos produtores das localidades Rural da Volta, Campos, Areal, Bolandeira, Oitizeiros e Mata Velha. Além de disponibilizar instrumentos e técnicas agrícolas que melhorem o desempenho dos cultivos praticados pelos agricultores a universidade prevê o desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos cultivos praticados na região. Essas ações serão coordenadas pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia (Nea-Trilhas) e estudantes do Curso de Agronomia, componente de pesquisa-ação realizada pelos estudantes matriculados no 7º, 8º e 9º semestres.

O acordo de cooperação técnica prevê a participação do município na manutenção das estruturas prediais da antiga estação, com a disponibilização pela prefeitura de recursos humanos necessários à vigilância patrimonial, serviços de campo e gerais, bem como para a manutenção dos equipamentos agrícolas, além de disponibilizar o transporte escolar para os alunos realizarem pesquisas e trabalhos de campo junto aos agricultores do município.

O apoio municipal que fomente a prática da agricultura familiar resulta em ações da Secretaria da Agricultura, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, em acompanhamentos técnicos, distribuição de sementes, instalação de cisternas de fibra e na realização anual da Feira do Aipim e Feira Sustentável, organizada pela secretaria e promovida desde o ano de 2011. (Figura 37).

Figura 37 – Exposição da Feira do Aipim em Amélia Rodrigues – 2016



Fonte: Prefeitura Municipal (2016)

Outra iniciativa de apoio às atividades rurais dos pequenos produtores locais foi, a realização, até o ano de 2011, da Feira de Flores Tropicais que não progrediu em virtude das desmotivações dos agricultores locais para a expansão deste tipo de cultura por conta do ineficiente apoio técnico por parte da prefeitura e das dificuldades de acesso a linhas de créditos para financiamento do projeto.

Conforme Silva e Silva (1991, p. 197) “as necessidades de geração de empregos e os níveis de demandas sociais crescerão fortemente exigindo a formulação de políticas inovadoras, compatíveis com a gravidade da situação.” Um desafio posto ao pequeno município que necessita de políticas públicas que sejam capazes de uma efetiva integração, agora sustentada em novas bases.

4.4 DESAFIOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS DE FEIRA DE SANTANA E SALVADOR

A interação espacial, de um lado, com Feira de Santana e sua forte atividade comercial e, do outro, com Salvador e sua Região Metropolitana, com sua função distribuidora de bens e serviços, repercute no desempenho econômico do município de Amélia Rodrigues. É preciso destacar que este território tem uma população predominantemente urbana que demanda dos centros mais desenvolvidos mercadorias, bens e serviços inexistentes ou com ineficiente oferta em seu território, pois, de acordo com Pedrão (1998).

A maioria esmagadora dos moradores dos municípios do Recôncavo sobrevive de atividades de pequeno porte, no meio urbano e no rural, dependendo do mercado de Salvador [...] e dos mercados instalados em cidades com liderança comercial, como Feira de Santana. (PEDRÃO apud BRANDÃO, 1998, p. 226).

Feira de Santana é geograficamente mais próximo de Amélia Rodrigues, estando a 28 km de distância, via BR-324. Sua crescente importância no cenário baiano está associada principalmente a três fatores: entreposto comercial, localização no entroncamento rodoviário como ponto de convergência para diferentes zonas geoeconômicas e ao processo de industrialização. (SILVA; SILVA; LEÃO, 1985, p, 99).

Em função do que oferta e distribui, tem uma centralidade determinante e, por isso, exerce atração e influência sob os municípios do seu entorno e alguns relativamente distantes. Para Silva, Silva e Leão (1985, p. 99).

O rápido crescimento de Feira de Santana, não foi acompanhado proporcionalmente pelo crescimento das cidades “médias” de sua região; pelo contrário, o que se observa é que ocorre progressivamente, uma maior distância entre o centro regional e as cidades intermediárias de sua área de influência causando uma macrocefalia urbana no subsistema de Feira de Santana. (SILVA; SILVA; LEÃO, 1985, p. 99).

A condição privilegiada de Feira de Santana promove seu desenvolvimento e capitaliza para si uma variada gama de produtos e serviços como hospitais, universidades, centros tecnológicos, indústrias, shopping que, atrai as populações dos municípios no seu entorno. A esse elementos se associam à ineficiência ou ausência de determinados equipamentos, bens e serviços nos municípios circunvizinhos, demandando deslocamentos populacionais para Feira de Santana o que determina sua influência sobre os mesmos. (ARAÚJO, 2014, p.15).

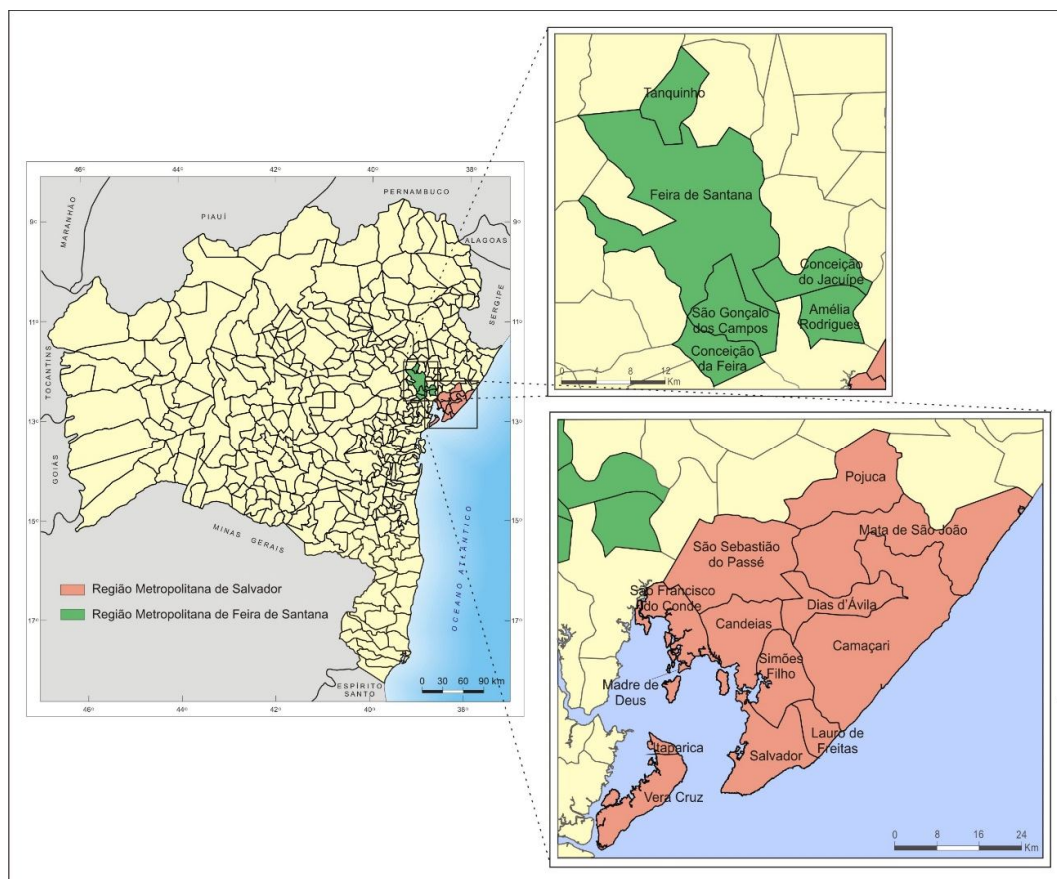
Salvador se mantém como o centro polarizador da economia baiana, território hegemônico dotado de uma zona econômica em excelência comercial, polo de atração, difusor de investimentos, inovações e oportunidades. Esses aspectos confluem para que exerça forte pressão sobre todos os municípios baianos que, sem condições competitivas, mantém relações de acentuada dependência do que conflui da capital do Estado da Bahia. Para Brito (2008, p. 83), Salvador segue

influenciando no desenvolvimento urbano de sua região imediata, através de contatos mais diretos com parte da população de todas as cidades (fornecimento de mercadorias industrializadas e serviços diversos e aquisição de alimentos e mercadorias de origem primária). Esse tipo de relação, quando não impedia, dificultava um maior nível de interação espacial entre as cidades [...] dados os tipos de relações funcionais que as uniam – entreposto comercial de mercadorias de base predominantemente agrícola para Salvador e mercadorias industrializadas adquiridas por essa última, para distribuição em sua hinterlândia. (BRITO, 2008, p. 83/85).

Para Silva, Silva, Leão (1985, p. 45-47/ 82), além de ser uma metrópole regional, Salvador exerce funções de capital regional e apresenta centralidade na função de distribuir bens e serviços, se destacando como um polo de crescimento especializado, integrado à economia nacional e internacional, adaptado às mudanças.

Tanto Feira de Santana quanto Salvador possuem suas Regiões Metropolitanas. Para Santos e Silveira (2008, p. 263), “são espaços de intensa mobilidade de pessoas e grande fluxo de bens e serviços sendo dotados das maiores e melhores condições dada à importância da divisão do trabalho e apresentam grande variedade e densidade de consumo.” Os mesmos autores também as consideram espaços do mandar, ordenadores da produção, do movimento e do pensar. Na figura 38 vemos a Região Metropolitana de Salvador (RMS), a mais antiga, e a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), instituída pelo governo baiano no ano de 2011.

Figura 38 – Localização das Regiões Metropolitanas de Salvador e Feira de Santana no Estado da Bahia – 2013



Fonte: Silva, Silva e Silva (2013).

A RMS é formada por 13 municípios e a RMFS é formada por seis municípios, incluindo suas metrópoles. É à Região Metropolitana de Feira de Santana que está integrado o município de Amélia Rodrigues outrora Recôncavo, conforme decreto do

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA faz saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei: 106/2011. Art. 1º - Fica instituída a Região Metropolitana de Feira de Santana - RMFS, como unidade regional do Estado da Bahia, constituída pelo agrupamento dos Municípios de Feira de Santana, **Amélia Rodrigues**, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse comum. (DIÁRIO OFICIAL, 2011, p. 05, grifo nosso).

Tomando por base os dados do censo do IBGE de 2010 sobre o local principal de trabalho dos habitantes do município de Amélia Rodrigues, se verifica que 2.696 pessoas declararam trabalhar fora do município. (Tabela 15).

Tabela 15 - Local de exercício do trabalho principal da população residente de Amélia Rodrigues – 2010

Local de exercício do trabalho principal	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	9.642	5.804	3.838
Município de Residência	6.863	3.599	3.265
Município de Residência - No Domicílio de Residência	1.590	591	998
Município de Residência - Fora do Domicílio de Residência	5.274	3.008	2.266
Outro Município	2.696	2.142	554
País Estrangeiro	-	-	-
Mais de um Município ou País	82	63	20

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010)

Quando utilizamos o dado do IBGE (2010), que detalha em qual segmento produtivo o trabalhador desenvolve sua atividade, verificamos que, entre os 2.696 habitantes que trabalham em outro município, 780 pessoas estão desenvolvendo alguma atividade no segmento da construção civil; 421 na indústria de transformação, 336 em atividades de transporte, armazenamento, correio e 326 no comércio de reparação de veículos automotores e motocicleta.

E, ainda observando as atividades dos moradores que declararam trabalhar em mais de um município ou país, verificamos que os 82 moradores estão concentrados nas mesmas atividades exercidas por aqueles que trabalham em outro município, exceto na construção civil, caracterizando assim, sua população migrante trabalhadora, mediante as análises dos dados obtidos nesse território. (Tabela 16).

Tabela 16 – Tipo da atividade do trabalhador fora do município de Amélia Rodrigues – 2010

Tipo da atividade	Outro município	Mais de um município ou país
Indústria de transformação	421	11
Construção	780	-
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	326	31
Transporte, armazenagem e correio	336	40
Serviços domésticos	160	-
Outros	673	-
Total	2696	82

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010)

Comparando essas informações com a distribuição por sexo, percebemos um indício de que, os trabalhadores relacionados nos segmentos produtivos apresentados na tabela 15, na página anterior, são em sua maioria homens, pois dos 2.696 residentes que trabalham fora, 2.142 são do sexo masculino.

Estabelecendo mais uma comparação, verificamos nos dados do IBGE que entre os 2.696 habitantes do município de Amélia Rodrigues que trabalham em outro município, 1.088 possuem ensino médio, outros 870 não tem instrução ou apresentam o ensino fundamental incompleto, 614 declararam ter concluído o fundamental completo, iniciando o médio sem conclusão e apenas 114 indicaram sua formação com o superior completo.

Assim, analisando as informações verificamos que o trabalhador residente em Amélia Rodrigues migra pendularmente para outros municípios no intuito de desenvolver suas atividades principalmente na construção civil, são pessoas que apresentam dificuldades para a continuidade dos estudos formais, que ocasiona um perfil de baixa escolaridade, condição predominante no sexo masculino.

Essas características sugerem ser este operário urbano o trabalhador rural que, em virtude da derrocada das produções açucareiras no município e, não encontrando oportunidades de emprego em Amélia Rodrigues, se deslocam diariamente para os grandes centros urbanos e suas Regiões Metropolitanas em busca das oportunidades. Assim, é rotineiro aos moradores e trabalhadores do município de Amélia Rodrigues, aguardar às margens da rodovia BR-324 pelo transporte intermunicipal. (Figura 39).

Figura 39 – Trabalhadores às margens da rodovia BR-324, no município de Amélia Rodrigues – 2016



"Ponto de ônibus" sentido Feira de Santana/Salvador

Foto: Nascimento, E. (2016)

Pedrão (1998, p. 227) diz que quando há um vazamento constante de capital e dos recursos humanos de uma região, ocorre um desestímulo à entrada de novos capitais com reflexos na formação ou manutenção de um quadro de emigração sistemática dos trabalhadores mais qualificados.

Algumas empresas, localizadas no núcleo BR-324 do CIS, concedem vale transportes para os trabalhadores que residem no município de Amélia Rodrigues. Segundo informações da empresa Santana de transportes, detentora da linha Feira de Santana-Salvador, há um convênio com a empresa da construção civil, R. S. Serviços, localizada no CIS, para a qual emite vales-transportes entre Feira de

Santana e Amélia Rodrigues, para o deslocamento diário de 49 dos seus trabalhadores que residem em Amélia Rodrigues.

Para a Região Metropolitana de Salvador, apenas a empresa Petrobrás disponibiliza o benefício do transporte aos seus trabalhadores que residem no município de Amélia Rodrigues. Neste caso, a rota é entre Feira, Amélia Rodrigues e Madre de Deus.

Observamos na figura 36 dois momentos de embarque de trabalhadores de Amélia Rodrigues, nas rotas das empresas Pirelli e Petrobrás. A rota para a Pirelli embarca os trabalhadores na área central da cidade, próximo à igreja matriz com destino ao município de Feira de Santana.

Enquanto que a rota da Petrobrás realiza o embarque nas margens da rodovia BR- 324, pois, a mesma, não disponibiliza uma rota específica para os trabalhadores que residem no município de Amélia Rodrigues. Assim, esses trabalhadores embarcam no transporte que vem de Feira de Santana e segue, via BR-324, para a refinaria da empresa, localizada no município de Madre de Deus. (Figura 40).

Figura 40 – Veículos em rota para trabalhadores no município de Amélia Rodrigues – 2016.



Foto: Nascimento, E. (2016)

Os deslocamentos da população de Amélia Rodrigues para o município de Feira de Santana não são limitados ao trabalho. Diariamente vários moradores vão para Feira de Santana em busca de produtos e dos serviços que ou são inexistentes

ou são insuficientes no município. Os serviços médico-hospitalares são um bom exemplo dessa procura, devido à ineficiência do que é ofertado. O município dispõe de um hospital de pequeno porte, com sérias limitações para o atendimento à população.

A população também faz uso do transporte alternativo que, diariamente segue para o município de Feira de Santana, sendo 70 veículos distribuídos entre as três associações: Associação dos condutores autônomos de Amélia Rodrigues (ASKAR), Cooperativa do Transportador Autônomo, Rodoviário de Passageiros, Cargas, Escolar, Fretamento, Turismo e Serviços do Estado da Bahia (COOTRAFS) e a Cooperativa de Transportes Autônomo, Turismo, Fretamento de Cargas de Amélia Rodrigues (COOPTAR) que fazem viagens de ida e volta no decorrer do dia. Dentre essas associações, apenas uma está em processo de autorização da AGERBA para realizar o transporte de passageiros. (Figura 41).

Figura 41 – Transporte alternativo de Amélia Rodrigues para o município de Feira de Santana – 2016

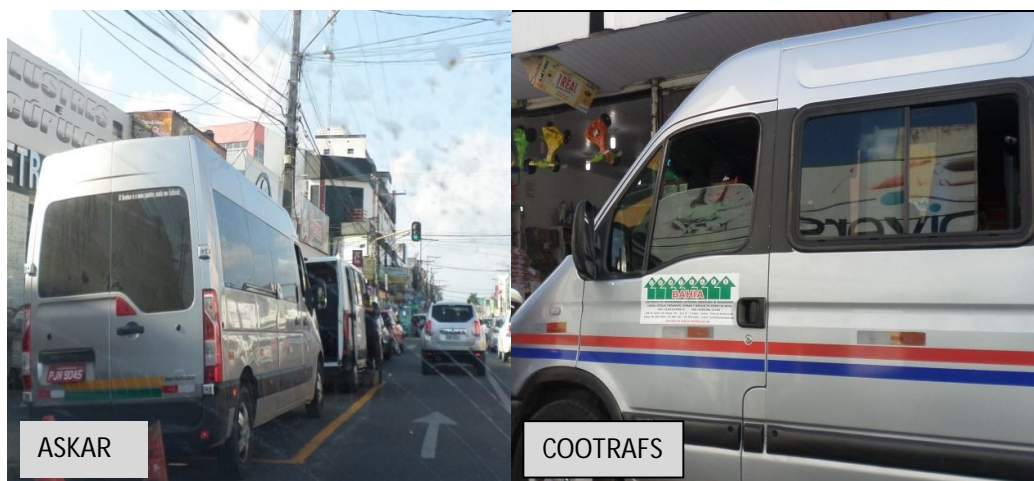


Foto: Nascimento, E. (2016)

De acordo com a Associação de Condutores Autônomos de Amélia Rodrigues (ASKAR), no ano de 2016, há um contrato de transporte realizado para um veículo da associação que conduz os trabalhadores que residem no município até a empresa Gujão em Feira de Santana.

De acordo com a associação ASKAR, dois veículos realizam o transporte diário de cinquenta estudantes para escolas particulares, nos turnos da manhã e

tarde, para Feira de Santana e, um transporta 12 estudantes para o município de Conceição do Jacuípe.

A qualidade e oferta do sistema de ensino do fundamental ao universitário e dos cursos profissionalizantes em Feira de Santana são elementos que atraem a população do município de Amélia Rodrigues. Assim, dois veículos realizam o transporte diário de estudantes para escolas particulares nos turnos da manhã e tarde para Feira de Santana e, outras duas no turno da noite.

Conforme o IBGE (2010), do total de 5.524 estudantes de Amélia Rodrigues que frequentam a escola, 740 estão matriculados em outro município. Esse valor corresponde a 13,4% do total, significando uma quantidade expressiva de estudantes em deslocamentos diários na rodovia BR- 324.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação diariamente três ônibus escolares que fazem viagens para Feira de Santana, nos três turnos, transportando em média 400 estudantes matriculados entre escolas profissionalizantes, faculdades e a UEFS do município de Feira de Santana. Outros 25 estudantes se deslocam para o município de Santo Amaro para o Instituto Federal de Tecnológico da Bahia (IFBA), no turno matutino.

Outro modo de relação com Feira de Santana se dá através dos comerciantes de Amélia Rodrigues que realizam compras nas redes de alimentos por atacado no município de Feira de Santana para abastecer seus estabelecimentos comerciais. Diferentemente do que pensamos o contato não se dá por deslocamento físico do comerciante até a loja e sim, mediante o envio pela rede atacadista de um representante comercial que visita os municípios no entorno de Feira em busca dos potenciais clientes. Após a conclusão das negociações dos produtos, a entrega é realizada por transportadoras terceirizadas pela rede atacadista, mediante pagamento do frete pelo comerciante.

Para Silva e Silva (1991, p. 47) as desvantagens para áreas que ficam às margens do processo de crescimento de determinados espaços urbanos como Feira de Santana são decorrentes, em geral, da falta de estímulo local para o desenvolvimento das suas atividades produtivas que, são superadas na concorrência com as outras áreas e repercutem em um fraco dinamismo local, impactando negativamente no seu crescimento.

Essa condição, embora vantajosa do ponto de vista do comerciante local, contribui para a manutenção de uma fraca inserção econômica do município, no

contexto econômico regional, que reflete na oferta de trabalho local, ineficiente em termos competitivos, com sérias limitações para absorver sua mão de obra.

De acordo com Santos (1996, p. 56) “Como as pequenas cidades não têm condições concretas de suprir-se de todos os bens e serviços, ou os vendem muito caro, acabam por perder boa parte dos seus habitantes. A migração, em última instância, é, sem paradoxo, consequência também da imobilidade.”

Com reduzidas perspectivas de emprego e melhoria das condições de vida, a população do município de Amélia Rodrigues tende a migrar para os territórios que concentram as oportunidades visando sua inserção no mercado de trabalho, especialmente o formal.

A mobilidade dos trabalhadores tem efeitos sobre as regiões que perdem e ganham esses trabalhadores. É fácil de ver como a expansão em uma localidade produz “efeitos regressivos” (backwash effects) em outras, isto é, os movimentos de mão de obra, capital, bem e serviços não impedem, por si mesmos, a tendência natural a desigualdade regional. Por si próprios a migração, o movimento de capital e do comércio, são, antes, os meios pelos quais os processos acumulativos se desenvolvem, para cima, nas regiões mais afortunadas, e para baixo, nas desafortunadas. Em geral, seus efeitos são positivos nas primeiras e negativos nas últimas. (MYRDAL, 1957, p, 62 apud CHAGAS, 2008, p, 61).

Dessa forma, Silva e Silva (1991, p. 196) nos diz em que os meios de produção inseridos neste espaço, devem captar novas funções, que devem está integradas nos sistemas urbano-regionais de forma mais efetiva, integrados pelo sistema viário e de comunicações no complexo sistema de cidades que exercem forte influência sobre o território.

A configuração territorial do município de Amélia Rodrigues pode ser interpretada em conformidade com o pensamento de Santos e Silveira (2008, p. 248), por afirmarem que “as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos.”

Podemos atribuir ao sistema natural do município de Amélia Rodrigues as condições de solo, no caso o massapê, o clima, a localização geográfica e ao sistema de engenharia a instalação dos engenhos e posteriormente das usinas canavieira, herdados por uma sociedade, nas manifestações culturais associadas as

práticas de resistência. “As configurações são apenas condições. A atualidade do território advém das ações realizadas sobre elas.” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 248).

Sendo assim, o somatório da necessidade do emprego com a acessibilidade facilitada pelas opções de transportes às margens rodovia, contribui nas dificuldades de inserção do trabalhador no mercado de trabalho local. As ações destinadas à atração de novos investimentos por parte da iniciativa pública, tem se demonstrado pouco eficiente, por não conseguir canalizar para o próprio município a mão de obra que se desloca diariamente para outras cidades e a poupança gerada pelo seu trabalhador, com vistas ao fortalecimento econômico.

Com a derrocada das produções açucareira no município de Amélia Rodrigues, se verifica a necessidade de uma base produtiva que contribua no crescimento municipal, fortaleça seu papel na Região Metropolitana de Feira de Santana, sua participação econômica no contexto regional ao qual pertence, não desconsiderando o legado histórico que essas produções representam na formação desse território.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada no município de Amélia Rodrigues objetivou a busca por respostas para a inquietação sobre os fatores que condicionam a atual situação desse município, considerando as tradições açucareiras que respondem por sua formação territorial, o fator locacional às margens da rodovia BR-324 entre Feira de Santana, Salvador e suas Regiões Metropolitanas que influenciam nos deslocamentos populacionais e nas condições atuais desse território.

Traçados os objetivos e hipóteses sobre as condições de impedimentos ao seu crescimento econômico, mediante os levantamentos de dados que resultaram na formação do acervo de imagens fotográficas e documentais de instituições diversas, e do trabalho em campo, apresentadas nos capítulos anteriores, concluímos as validades das hipóteses elaboradas para cada objetivo apresentado, que confirmam que o município de Amélia Rodrigues reúne fatores que se apresentam como desafios ao seu crescimento econômico.

Os dados apresentados revelam que as produções canavieiras se efetivaram como a base econômica desse município, e que as instalações de usinas sucroalcooleiras contribuíram no desencadeamento das condições da delimitação municipal em questão, no sentido de sua emancipação na década de 1960.

As análises iniciais permitem afirmar mudanças na dinâmica demográfica de uma população predominantemente rural, oriundas dos distritos rurais canavieiros de Santo Amaro, para uma majoritariamente urbana na condição de município na década de 1970. Nessa composição territorial, as estruturas açucareiras tradicionais, predominaram tanto no setor agrícola quanto na economia municipal.

Verificamos, em continuidade que, um lento processo de derrocada dessas estruturas de produção açucareira, deixa como legado um trabalhador de baixa escolaridade que necessita se deslocar diariamente ou semanalmente, em busca de renda nos municípios circunvizinhos, assim como obstáculos significativos às possibilidades de investimento comercial local relativo a esse déficit das rendas dessa população, que executam atividades como operários da construção civil, na mecânica de automóveis, transporte de carga e na indústria.

A rodovia BR-324, como facilitadora dos deslocamentos, evidencia uma migração pendular como uma característica desse território. Entendemos que a própria condição geográfica do município de Amélia Rodrigues contribui nas

condições que dificultam o seu crescimento, pois a proximidade com a Região Metropolitana de Salvador e com o município de Feira de Santana influencia sua população a uma migração pendular, para o atendimento das suas demandas diversas. É preciso esclarecer que essa posição geográfica deve ser também analisada como um condicionante positivo, mediante vantagem competitiva para a promoção e captação de novos investimentos para o município, não vislumbrada nas suas potencialidades pelas políticas de planejamento municipal.

Verificamos, também, que as atividades empresariais instaladas recentemente no município são originadas, em sua maioria por iniciativas privadas, estando concentradas no distrito-sede, distribuídas na área central da cidade, às margens da rodovia BR-324 e em alguns pontos de sua área rural. Os outros distritos Inhatá e Mata da Aliança não apresentam investimentos recentes que revertam à situação de atraso secularmente estabelecida, exceto a praça de pedágio na rodovia BR-324, localizada em área que corresponde ao espaço do distrito de Mata da Aliança.

Dentre as empresas instaladas no município, no período 2000 a 2016, verificamos que três foram efetivadas mediante contrapartidas municipais de isenção de impostos, locação de espaços, intermediação para aquisição de área no município e acordos em que os governos federal e estadual estabelecem como incentivos complementares a redução temporária de seus impostos.

As demais empresas que se instalaram no município, declararam como motivação o fator locacional às margens da rodovia e a proximidade com os municípios de Feira de Santana, Salvador e suas Regiões Metropolitanas.

Contudo entendemos que se trata apenas de um crescimento localizado e incerto, dadas as condições de atração econômica de Feira de Santana como polo comercial, industrial e de serviços de concorrência majoritária.

Por outro lado entendemos que a lacuna das políticas públicas relativas ao planejamento territorial representa um fator decisivo às possibilidades de efetivo crescimento econômico para o município de Amélia Rodrigues. São tímidas iniciativas para a demanda que se faz presente, como reflexo uma sociedade que não capitaliza para si a poupança gerada por seus trabalhadores.

As iniciativas privadas instaladas entre os anos de 2000-2016 sinalizam as potencialidades de uso econômico que o município pode agregar com a existência da rodovia BR-324, associado ao fator locacional, especialmente pela proximidade

ao município de Feira de Santana, podem ser explorados economicamente pelo segmento de transporte logístico, estimulando, por exemplo, a criação de um porto seco, visto que Feira de Santana tem uma demanda crescente de ocupação urbana residencial e comercial, com a expansão do Centro Industrial do Subaé no seu núcleo da BR-324, sentido Salvador.

A rodovia deve ser entendida como uma vitrine de apresentação do município. A fixação do campus avançado de agronomia da UEFS deve ser aproveitada, com estímulos em diferentes parcerias para desenvolver melhorias técnicas de plantio, manejo e venda da produção local, com reflexos na fixação do trabalhador rural. A funcionalidade desse campus pode contribuir para a expansão residencial em seu entorno se novas atividades forem agregadas pela universidade nesse espaço.

O potencial turístico, tanto dedicado à demanda por atividades ecológicas quanto a visitas necessitam de maior atenção da administração pública, pois o município tem elementos naturais interessantes e agrega valor com as estruturas que expressam a história do Recôncavo Açucareiro.

Assim, essa pesquisa demonstra exemplos de efeitos negativos causados por insuficientes ações de planejamento territorial local que conduzam o município a uma efetiva integração na economia de escala das Regiões Metropolitanas da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano; MORELLI, Gustavo. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume/Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p. 25-69.

AMORIM, Clóvis. **O alambique e chão de massapê**: romance póstumo. São Paulo: GRD, 1980.

APSYS. Consultoria empresarial s/c LTDA. **Nova aliança S.A: terras e construções rurais**. Janeiro, 2005. Disponível em: <http://sistemas.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2005-00568/20050512_LAUDO_DE_AVALIACAO_II.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2015.

ARAÚJO, Tatiana B. de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador: FIEB, 2002.

ARAÚJO, Alessandra O. **Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o centro de abastecimento e o comércio do feijão**. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2014.

AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar. 2 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1950.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Informações municipais**. Salvador: SEI. 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia. **Transporte e linhas da empresa Santana**. Disponível em: <<http://www.agerba.ba.gov.br/transporte/linhasempresa.aspempresa=empresas%20de%20transporte%20santana%20e%20s%3o%20paulo%20ltda>>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Lei complementar 35, de 06 de julho de 2011. Cria a região metropolitana de Feira de Santana. **Diário Oficial da Bahia**, Cadernos Executivo, Salvador, 06 de jul. 2011. Disponível em: <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRANDÃO, Maria de A. (Org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. Os vários recôncavos e seus riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, Cachoeira, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www2.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n01/interna_artigos.html>. Acesso em: 19 maio 2015.

BRITO, Cristovão. **A Petrobras e a gestão do território no recôncavo baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <www.edufba.ufba.br/2011/.../a-petrobras-e-a-gestao-do-territorio-no-reconcavo-baiano.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1992.

CHAGAS, Jonilson B. **Recôncavo baiano**: as transformações em curso. 2008. Dissertação (Mestrado)–Universidade Salvador, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://teste.tede.unifacs.br:8080/tede/handle/tede/194>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Safra da cana-de-açúcar, 2016/2017**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_08_18_12_03_30_boletim_cana_portugues_-_2o_lev_-_16-17.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CUNHA, Joaci de S. **Amargo açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964). 1995. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. Disponível em: <<http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2014/07/Amargo-Acucar-final.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

ELLIS, Myrian. A capitania da Bahia nos meados do século VIII: a propósito de uma publicação recente de grande valor documental. **Revista de História**, São Paulo, n. 1, p. 197-209, 1953. Disponível em: <<file:///C:/Users/PC/Downloads/35230-41488-1-SM.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mudança na geografia agrícola**: a atividade canavieira nos principais municípios produtores do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2007/doc-116.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GÓES, Arlan T. **O PDDM de Amélia Rodrigues/Ba**: análise do planejamento urbano municipal. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social)–Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2016.

HAESBAERT, Rogério C. "Gaúchos" e baianos "novo" nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico populacional de 2010. **População residente**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____. **Manual técnico de pedologia**. Manuais técnicos em geociências. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37318.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

JORNAL A TARDE. **Duplicação da BR-324 sairá no próximo ano**. 19 de junho de 1975. Arquivo Público do Estado da Bahia. Consultado em: 14 maio 2015.

JORNAL O Momento. **Recorde na produção de sacas de açúcar da usina São Bento**, 27 de setembro de 1951. Arquivo público municipal de Santo Amaro. 2016.

MATOS, Milton S. **Recôncavo**: berço dos canaviais. Salvador: Itapoan, 1975.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Ed. Saga. 1957.

NASCIMENTO, Anna A. V. **Memória da federação das indústrias do Estado da Bahia**. Salvador, FIEB, 1997.

OTT, Carlos. **Povoamento do recôncavo pelos engenhos 1536-1888**, Salvador: Bigraf, 1995.

PASSOS, Elizete. **Amélia Rodrigues 1861-1926**. Salvador: EDUFBA; FACET, 2005. Coleção Educadoras Baianas.

PEDRÃO, Fernando C. Novos rumos, novos personagens In: BRANDÃO, Maria de A. (Org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. Urbanização e formação de regiões. **Cadernos de Análise Regional da UNIFACS**, Salvador, n. 1, nov. 1998. Disponível em: <http://www.ppdr.unifacs.br/cedre/cadernos_01.htm>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. Novos e velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, Cachoeira, v. 1, ano 1, p. 8-22, 2007. Disponível em:<<http://www2.ufrb.edu.br/edicoes/n01/pdf/pedrao.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PESSOTI, Gustavo C. SAMPAIO, Marcos G. V. S. Análise sobre o programa desenvolve Bahia, período entre 2000 e 2006. **Revista Desenhahia**, Salvador, n. 10, p. 61-62, mar. 2009. Disponível em: <http://www.desenhahia.ba.gov.br/uploads/2508201111308593_Cap3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

PINHO, Wanderley de. **História de um engenho do recôncavo**. São Paulo: Nacional, 1982.

POPPINO, Rolle. E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL. **Amélia Rodrigues**: uma cidade, uma mulher. Feira de Santana: Panorama Notícias, 1988.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RÊGO, José L. **Usina**. 13. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. Romances reunidos e ilustrados.
- SANTANA, Jaciara de. **São Francisco do Conde e o enigma da riqueza e pobreza no recôncavo baiano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social)–Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011. Disponível em: <http://tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=276>. Acesso em: 24 mar. 2016.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de A. (Org.). **Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59-100. Texto original de 1959.
- _____. **A natureza no espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. SILVA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XIX**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**, tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Barbara C. N.; SILVA, Sylvio C. B. de M. **Cidade e região no estado da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.
- _____. SILVA, Maina Pirajá. **Atlas escolar da Bahia: espaço geo-histórico e cultural**. 3. ed. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2013.
- _____. LEÃO, Sônia de O. **O subsistema urbano regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE-CPR, 1985.
- SILVA, Sylvio C. B. de M. Baía de Todos os Santos, de todos os orixás e de todos nós. In: CARDOSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. (Org.). **Baía de todos os santos: aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6264/1/baia%20de%20todos%20s%20santos_aspectos%20humanos.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2016.

SOARES, Carlos A. C. (Coord.). **Estudo preliminar de impacto ambiental:** avaliação da proposta de loteamento de uma área de propriedade da Nova Aliança S/A em Amélia Rodrigues, Bahia. Amélia Rodrigues: Max Paper, 1991.

SOUZA, Amós da C. **Comemorações e fotografias:** práticas de inovação pedagógica cultural e os afro-brasileiros da Escola Maria Teófila – Amélia Rodrigues – Bahia. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/educacao/2008/amos_da_cruz_souza.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. **Sobre a(s) memória(s) dos homens/mulheres das usinas:** contemporaneidade do recôncavo açucareiro como demanda educacional. 2015. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade)–Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/09/AM%C3%93S-DA-CRUZ-SOUZA.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

SOUZA, Éder J. C. de. **Políticas territoriais do estado da Bahia:** regionalização e planejamento. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19363/1/%C3%89der%20J%C3%BAnior%20Cruz%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.

TAVARES, Luis H. D. **História da Bahia.** 10. ed. Salvador: EDUFBA, 2001.

UEFS e prefeitura de Amélia Rodrigues assinam acordo de cooperação. **JORNAL GRANDE BAHIA.** Disponível em:<<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2015/12/uefs-e-prefeitura-de-amelia-rodrigues-assinam-acordo-de-cooperacao.html>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

APÊNDICE A- Documento de solicitação para consulta aos empreendimentos instalados no município de Amélia Rodrigues-Ba.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONSULTA AOS EMPREENDIMENTOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE
AMÉLIA RODRIGUES.

O presente questionário tem objetivo registrar informações gerenciais obtidas nos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços instalados no município de Amélia Rodrigues entre os anos 2000-2016. Busca-se com tal instrumento, apreender a leitura que os empresários tem do município. Serão adotados os critérios qualitativos e quantitativos abrangidos no conteúdo desse questionário. Adotar-se-à um quantitativo de 10 questionários que correspondem em média ao número de estabelecimentos instalados no período citado. Associado a esse instrumento de trabalho segue o termo de consentimento livre e esclarecido.

Amélia Rodrigues, abril de 2016.

Ednalda Marques Araújo do Nascimento
Mestranda em Planejamento Territorial

APÊNDICE B- Questionários semiestruturados para indústria, comércio e serviços

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONSULTA AOS EMPREENDIMENTOS **INDUSTRIAIS** INSTALADOS NO
MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES.

O presente questionário tem por objetivo registrar informações gerenciais obtidas nos empreendimentos industriais instalados no município de Amélia Rodrigues entre os anos de 1990 à 2015. Busca-se com tal instrumento, apreender a Leitura que os empresários tem do município. Serão adotados os critérios qualitativo e quantitativo abrangidos no conteúdo desse questionário. Adotar-se-á um quantitativo de **11 questionários** que correspondem em média ao número de estabelecimentos industriais instalados no município.

Orientações sobre o processo de entrevistas:

O / a entrevistado / a deve responder às questões sobre a visão gerencial da localização do empreendimento no município de Amélia Rodrigues.

I. Identificação do entrevistado

1. Nome:

2. Cargo/função:

3. Naturalidade

Amélia Rodrigues Outro município da Bahia

Salvador Outro estado do Nordeste

Outros estados

4. Tempo de Residência em Amélia Rodrigues

Até 3 anos De 6 a 10 anos

De 3 a 5 anos Mais de 10 anos

5. Tempo de Serviço na empresa

Até 3 anos De 6 a 10 anos

De 3 a 5 anos Mais de 10 anos

II. Dados gerais sobre a natureza do empreendimento

6. Endereço do empreendimento: _____

7. Principal atividade desenvolvida: _____

8. Tempo de funcionamento do empreendimento no município

- Até 3 anos De 6 a 10 anos
 De 3 a 5 anos Mais de 10 anos, especificar: _____

9. Número de empregos diretos

- Menos de 20 de 81 a 100
 Entre 20 e 50 Mais de 100, especificar: _____

10. Número de empregos indiretos

- Menos de 20 de 81 a 100
 Entre 20 e 50 Mais de 100, especificar: _____

11. Localização dos principais fornecedores

- Amélia Rodrigues Feira de Santana
 Salvador Outro município do estado da Bahia:
 Outro município do Nordeste outros estados, especificar: _____

12. Principais mercados consumidores

- Amélia Rodrigues Feira de Santana
 Salvador Outro município do estado da Bahia:
 Outro município do Nordeste outros estados, especificar: _____

13. Quais critérios foram relevantes para que ocorresse a implantação do empreendimento no município de Amélia Rodrigues?

14. Houve participação da prefeitura na atração do empreendimento para o município?

- Sim, especificar _____ Não

15. Sobre a localização: influência da proximidade com a Br. 324 para a localização do empreendimento.

- Sim Não

16. Ocorre (U) contato com o Centro Industrial do Subaé junto ao empreendimento

- Sim Não

17. Qual a média salarial dos trabalhadores no empreendimento?

- Até 01 salário mínimo de 02 a 04 salários mínimos acima de 05 salários mínimos

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONSULTA AOS EMPREENDIMENTOS **COMERCIAIS E DE SERVIÇOS**
INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES.

O presente questionário tem por objetivo registrar informações gerenciais obtidas nos empreendimentos industriais instalados no município de Amélia Rodrigues entre os anos de 1990 à 2015. Busca-se com tal instrumento, apreender a Leitura que os empresários tem do município. Serão adotados os critérios qualitativo e quantitativo abrangidos no conteúdo desse questionário. Adotar-se-á um quantitativo de **10 questionários** que correspondem em média ao número de estabelecimentos industriais instalados no período acima citado.

Respondentes:

Comércio e Serviços

I. Identificação do entrevistado

1.Nome:

2. Cargo/função:

3. . Naturalidade

Amélia Rodrigues Outro município da Bahia

Salvador Outro estado do Nordeste

Outros estados

4. Tempo de Residência em Amélia Rodrigues

Até 3 anos De 6 a 10 anos

De 3 a 5 anos Mais de 10 anos

5.Tempo de Serviço na empresa

Até 3 anos De 6 a 10 anos

De 3 a 5 anos Mais de 10 anos

II. Dados gerais sobre a natureza do empreendimento

6. Endereço do empreendimento: _____

7. Principal atividade desenvolvida: _____

8. Tempo de funcionamento do empreendimento no município

- Até 3 anos De 6 a 10 anos
 De 3 a 5 anos Mais de 10 anos, especificar: _____

9. Número de empregos diretos

- Menos de 20 de 81 a 100
 Entre 20 e 50 Mais de 100, especificar: _____

10. Número de empregos indiretos

- Menos de 20 de 81 a 100
 Entre 20 e 50 Mais de 100, especificar: _____
 Não sabe

11. Principais fornecedores:

12. Quais os critérios estabelecidos para a localização do empreendimento no município de Amélia Rodrigues?

13. Quais principais desafios para manter o empreendimento em funcionamento no município de Amélia Rodrigues?

14. Qual a média salarial dos trabalhadores no empreendimento?

- Até 01 salário mínimo de 02 a 04 salários mínimos acima de 05